



REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

◆

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

◆

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PÔRTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente honorário:
Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva
Presidente:
Dr. Leonardo Macedonia.
Vice-Presidente:
Prof. Othelo Rosa.
2.º Secretario:
Prof. Valter Spalding.
Secretário Perpétuo:
Dr. Eduardo Duarte.
Orador:
Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Tesoureiro:
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Bibliotecário:
Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Prof. Jorge Bahlis.
Dr. Lindolfo Collor.
Clemenciano Barnasque.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.
Dr. Darcy Azambuja.
Dr. Felix Contreiras Rodrigues.
Cel. Aurelio Porto.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



IV TRIMESTRE

ANO XVI

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

1936

OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CIA. → PÔRTO ALEGRE

→ FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS →

PÔRTO ALEGRE

= 1936 =

A Assembléia dos deporta- dores

Paulino Jacques

(Capítulo dos "Farrapos", livro inédito, premiado e a ser editado pela Comissão Executiva do Centenário Farroupilha, com sede no Rio-de-Janeiro).

A cidade era transida de medo. As ruas desertas revelavam a apreensão dos habitantes. Nem uma só alma — mesmo dessas que vagam perdidas pelo mundo, indiferentes aos seus encantos ou às suas misérias, a quem a felicidade matou de prazer, ou a miséria ressuscitou de sofrimento — nem uma só alma errava pelas ruas ensombreadas da Capital em desalento. O cão, o cão simbólico das ruas desertas, naqueles tempos em que a "urbs" era uma clareira singela na vastidão do campo rude; a vaca, em companhia de seus bezerros, a leiteira fiel das famílias citadinas, a qual pascia molemente no capim veludoso das calçadas sem trânsito; o "arrastador d'água" que resfolegava no espaço de quintal, limitado pela soga, o qual invadia a rua, como o campo invadia a cidade; o escravo, molambo humano, que rolava no chão da ignorância de uma sociedade incongruente, que começava a transformar-se; nenhuma dessas manifestações da vida se fazia sentir nas veias da cidade temerosa.

Dir-se-ia que a população fugira, deixando a Capital em abandono.

A vida, entretanto, revelava-se, em tôda a sua plenitude, no interior das casas fechadas a sete chaves. A apreensão

e a dúvida, a princípio, invadiam os espíritos, chamando-os a si mesmos, numa introspecção aflitiva. A incerteza e o temor, por fim, arrancavam os homens daquele torpor aparente, para atirá-los na mais profunda das agitações, como se fôsem êles presas de um delírio impulsivo.

Como catacumbas de vivos, num cemitério macabro, as casas enfileiravam-se ruas a fora, emparedando dentro em si os habitantes tomados de pavor, tementes do seu destino.

O contraste entre o desolamento externo (o das ruas) e a inquietação interior (a das casas), reinante na Capital, sobremaneira acentuava a criticidade da situação.

Bento Gonçalves deixara Pôrto-Alegre, a sua presença urgia no campo da luta. Tendo assumido, após a fuga de Fernandes Braga para a Vila de Rio-Grande, a presidência da Província, o 4.º vice-presidente, Marciano Pereira Ribeiro, cidadão pacífico por natureza, ficou a Capital entregue, praticamente, à facção exaltada e intransigente, a cuja testa se encontrava Pedro José de Almeida, por alcunha, Pedro Boticário, o terrível demagogo.

O “Marat da revolução farroupilha” exercitava a sua autoridade sem limites sobre a pequena massa de desherdados que constituía a escória da população porto-alegrense. Arguto, como o era, bem sabia que se tratava de um aglomerado eminentemente sugestionável, de pronto controle e domínio. Composto de vadios, capoeiras, alcoólatras, ladrões e assassinos, na sua totalidade, pois que podiam contar-se a dedo os elementos não anti-sociais, entre os quais se viam alguns escravos que conseguiram evadir-se, impelidos pelo instinto primário da liberdade, essa legião sinistra que infestava a Capital, a despeito de tudo, angariara adeptos mesmo fora dos círculos da cidade.

Não era à-toa que os enviados de Rosas e Lavalleja de há muito vinham trabalhando o espírito dos rebeldes, lançando mão de tôdas as armas da propaganda — na tribuna e nos “complots”, Zambeccari; na imprensa, Ruedas; e, nas confabulações privadas, Lamas e D. Ana Monteroso, entre outros. Desnaturar o movimento revolucionário, incrustan-

do-lhe o corpo estranho do separatismo, para o enfraquecimento do Rio-Grande e do Brasil, afim de que os dois caudilhos ambiciosos pudessem realizar os seus planos de anexação da desditosa e heróica Província de São-Pedro — tal foi o espírito da campanha castelhana, de profundas e funestas conseqüências para a Província.

As ordens de Pedro Boticário, o irreverente Juiz de Paz da Capital, já se encontravam perto de “400 homens armados, próximos à cidade, vindos de S.-Antônio, Viamão, Aldeia-dos-Anjos e de outros lugares, dispostos a sustentarem a todo o transe as doutrinas do tribuno”. (1)

Valendo-se da ausência de Bento Gonçalves, que, fiel ao seu plano de consolidação da vitória de Pôrto-Alegre, saíra a campo para bater as forças legais que se haviam alojado nas vilas de Rio-Grande e S.-José-do-Norte, o astuto agitador julgou azado o momento para apresentar o seu “projeto de deportações”.

Bem sabia Boticário que ao general farrapo, a quem não faltava inteligência, senso e elevação de sentimento, não se lhe antolharia oportuna e justificável tão radical medida. Pôsto ocupasse a presidência da província, o 4.º vice-presidente, Marciano Pereira Ribeiro, na realidade, o govêrno se exercia por Bento Gonçalves, a quem o presidente Marciano ouvia antes de tomar qualquer deliberação de ordem geral, principalmente política. Afastado da Capital e absorvido inteiramente pelo desenvolvimento das operações no campo da honra, o general farroupilha deixou o govêrno de fato entregue ao pacífico 4.º vice-presidente, que não dispunha da força moral necessária para conter a legião exaltada na sua arremetida violenta contra os “chamados galegos, que eram os portugueses e também todos os brasileiros adotivos ou naturais que não pactuavam com os revolucionários exaltados”. (2)

(1) “Memória”, de Francisco de Sá Brito, in “Almanaque literário e estatístico do Rio-Grande-do-Sul para 1904”, organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues, pág. 185.

(2) Op. cit., loc. cit.

Os 400 homens que sustentavam a “idéia das deportações”, acampavam nas circunvizinhanças de Pôrto-Alegre, aos quais, por felicidade, se havia ido juntar a centena de desfavorecidos da sorte que infestava a cidade e se encontrava às ordens de Boticário.

À beira de um capão, estendia-se o acampamento da legião sinistra.

* * *

Chega a primavera de 1835, a estação adorável de encantamento e de luxúria naturais, paradisíaca. O minuano, exausto de tanto guasquear, vai encolhendo o seu rebenque fustigante, enquanto o pampeiro desdobra fraternalmente o seu pala acolhedor. As árvores, para celebrarem tão grande evento, nuas ou maltrapilhas, que se encontravam, vestem-se de novo, em profusão de folhagens. Os seus galhos frondosos e as suas ramagens espêssas baloiçam e dansam ante os assobios e as carícias ingênuas do pampeiro. Trapos das suas roupagens abandonadas rolam pelo chão e vão se acumulando até formarem almofadas macias que se distribuem irregularmente em todos os cantos — vai-se arranjando, ao mesmo tempo, a sala de visitas.

As aves também se enfeitam. As que sujam na lida as penas luzidias, mudam-nas. As asseiadadas ou as cuidadosas lavam-nas, para mais brilharem. Aos assobios do pampeiro, beijando os cinamonos e os ciprestes esguios, ajuntam-se os gorgeios da passarada em festa. E’ uma eufonia indescritível, que prende, encanta, arrebatada, domina, vence e esmaga, no deslumbramento supremo!

Como se não bastassem tais encantos, a natureza, em sua sabedoria divina, coroa a celebração da chegada da primavera, com a multiplicação dos seres. Então, as árvores ainda mais se adornam: cobrem as suas cabeças de flores odorosas, do mesmo passo que aceleram o ritmo de seus requebros. O aroma que se exala pelo espaço é penetrante, e, tão intenso se revela, que acaba embriagando os seres. Aí, as aves, já tontas de som e perfume, caem em delírio de

gorgeios. E, á eufonia dos sons, reúne-se a eufonia dos aromas. O pampeiro, agora, excitado por êsse pandemônio de euritmia rebenta em assobios estrídulos, que mais semelham suspiros e gemidos de sofrimento (a dôr do prazer) que expansões de exaltada satisfação (o prazer da dôr).

E' a sinfonia selvagem da primavera!

Durante o dia, o sol, que é de uma luminosidade impressionante, pinta as ramagens das árvores de ouro vivo, num fundo esverdeado, e joga o seu manto dourado por sôbre a terra. Assiste-se a uma combinação maravilhosa de côres e luzes, no meio do pandemônio de sons e aromas dos pássaros e das árvores.

À noite, sòzinho fica o pampeiro assobiando lá fora. Fechadas as casas, dormindo os pássaros e cochilando as árvores, êle se aplaca, e, a fôrça de cismar, termina namorando a lua, com quem atravessa a noite em adorável idílio. As estrêlas, entretanto, não deixam de vigiá-los, e, para não dormitarem, pestanejam, madrugada em fora, até que a d'alva venha arrancá-las da modorra em que caem, afinal, com imenso pesar para o pampeiro e a lua.

* * *

Umas poucas barracas costeando o capão, onde se vêem vigorosos açouta-cavalos ombreando com imponentes angicos; fogões com braseiro vivo, sapecando carne e aqueitando água para chimarrão, em tôrno dos quais prosam soldados animadamente; arreios estendidos debaixo de árvores que avançam mato em fora, servindo de cama e mesa de jôgo; cavalos ensilhados, presos pelo cabresto a estacas cravadas ao lado de seus cavalgadores; pingos pascendo à soga, próximo às barracas e camas de arreios; cães roendo osso e farejando remanescentes de carniça; chinas desembaraçadas, dando vida aos grupos de jogadores e beberrões que se estiram na relva lisa da borda do mato; sons desarticulados de gaita e viola, cujos écos se espriam capão a dentro, indo repercurtir nas canhadas e quebradas mais próximas; eis o

acampamento da legião sinistra, enquistado no coração da primavera.

A grande maioria dos legionários eram índios vagos, criados no lombo dos potros a quebrar-lhes o queixo. Errantes de pago a pago, viviam a subir e a descer cochilhas, no gôzo da liberdade plena das campinas. A única autoridade que conheciam era o instinto de conservação, só diante dêste estacavam respeitosos. A consciência nem sempre lhes presidia os atos, mesmo porque a alguns falecia esta faculdade, tamanha a ignorância em que viviam. Qualquer embaraço ou constrangimento que se lhes opunham, material ou moral, em consequência, antolhava-se-lhes como uma afronta que exigia reparação imediata.

Incutiam-lhes na mente, não sem razão, que os “galegos” os oprimiam e que se fazia necessário fôsem expulsos do território rio-grandense. O estribilho era entoado pelos lugares-tenentes de Boticário. Porisso, os índios vagos aguardavam, ansiosos, o momento de invadir a Capital, onde, asseguravam, viviam entocados os seus verdugos.

Os demais legionários provinham dos que são estigmatizados pelo destino com a anomalia, a doença ou o vício, os quais, possuindo o instinto da revolta, estão sempre prontos, conciente ou inconcientemente, a maldizer e a destruir. E' bem verdade que, desta coorte de desgraçados, saem, também, os filósofos, os artistas e os sábios, quando ambientados na educação e na cultura; mas, no caso contrário, surtem os loucos e os criminosos, como acontecia com os cem legionários que a Capital fornecera ao tribuno irreverente.

Não era debalde que a cidade se atemorizava.

— Precisamos sair, Sá Brito, — diz Calvet (José de Paiva de Magalhães), que, a êsse tempo, exercia as funções de secretário da Presidência do Sr. Marciano Pereira Ribeiro.

Sá Brito ⁽¹⁾ não respondeu ao apêlo de Calvet, desde

(1) Francisco de Sá Brito foi um dos grandes esteios da revolução. Em 1834, desempenhou as funções de Juiz de Direito da Comarca das Missões, de que fazia parte a vila de Alegrete, e, nessa época, em 1835, era secretário da Assembléia Provincial. Foi, ainda, em 1836, recondu-

logo, permanecendo concentrado por segundos. O seu silêncio não traduzia hesitação, apenas expressava o seu estado permanente de espírito, meditação e prudência.

— Impõe-se-nos, — reforça Macedo Brum (Manoel de), Juiz de Paz das Pedras-Brancas, e amigo íntimo de Sá Brito.

— Lamento que hajam chegado em má hora, pois estou no firme propósito de não sair. Mas, que há?

Calvet — que se sentava numa poltrona, ao lado, tendo, à frente, Macedo, assentado em outra, ladeando, ambos, a Sá Brito, imóvel no sofá intermédio — aproveitando o ensejo, fala.

— Não debes estar surdo ao zum-zum que se espraia pelas ruas, de que o Pedro Boticário está disposto a levar adiante a sua “idéia de deportações”. Como sabes, êle é um demagogo astuto que, com facilidade, conquista admiradores e adeptos, principalmente entre a massa anônima. Aliás, já insinuam, por aí, que tem ao seu dispor uns 500 homens, acampados aquí nas circunvizinhanças da Capital.

— E'. Já ouvi falar nisso, — retrucou Sá Brito, que, rompendo com a sua imobilidade de estátua, encruzou as pernas e puxou um cigarro. Ofereceu outros aos amigos, que, aceitando, os acenderem e começaram logo, a tirar grossas baforadas, que se dissipavam no espaço da sala.

— Adianta-se, mesmo, que o tribuno, já tem em mãos uma lista de 400 pessoas que devem ser deportadas, — atalhou Macedo.

— Ora, Sá Brito, como bem percebes, semelhante medida, se levada a efeito, deporá contra o princípio de moderação que vem presidindo os atos do nosso movimento, desde

zido no cargo de Juiz de Direito, o qual exerceu até 1842, quando o elegeram deputado à Assembléia Constituinte Republicana, da qual foi secretário até 1843. Nesta data, nomearam-no Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Justiça e, interinamente dos do Interior e Exterior, cargos que desempenhou até a queda da República Rio-Grandense. Foi, ainda, membro da comissão relatora da Constituição Republicana. E' tronco de distinta família alegretense, da qual o autor é um dos reben- tos, bisneto paterno que é de Francisco de Sá Brito.

o início, e que tem sido o grande fator da simpatia e aplauso com que se vão coroados as nossas vitórias.

— Não há dúvida nenhuma! A esse espírito de moderação, pelo qual sempre me batí, em tôdas as reuniões que fizemos, e sabeis disso, devemos-lhe, em grande parte, o êxito da revolução. Além do mais é contraproducente essa medida, sobre ser destemperada, e não será com a expulsão de 4 centenas de cidadãos que haveremos de pôr as coisas desta mal-fadada Província nos seus devidos lugares!

— De fato, — secundou Calvet, — a “idéia das deportações” é extemporânea e inoperante!

— Repugna aos espíritos equilibrados, tanto mais quanto, devido à nossa acentuada complacência para com os adversários, têm-se, ultimamente, multiplicado as defeições dos imperiais, — acrescentou Macedo.

— Urge, pois, agirmos, Sá Brito, enquanto é tempo. Não podemos deixar vingar essa idéia exótica, sob pena de vermos frustrados os nossos propósitos de pacificação honrosa. Ausente, como o é, o general Bento, ao tribuno não lhe será difícil realizar os seus planos diabólicos, mesmo porque, como vês, a cidade está inerme, e não temos forças para opormos aos seus desígnios.

— Estamos desarmados, — atalhou, Macedo.

— A-pesar-de tudo, continuou no firme propósito de não sair, preferindo “observar e carpir daqui mesmo os infortúnios de meu país” ⁽¹⁾, para os quais jamais cooperei, pois que, por princípio, sempre me opus à reivindicação de direitos por processos violentos, tendo, apenas, aceitado, por fim, os fatos consumados, que nos podem conduzir aos mesmos objetivos que eu colimava por meios pacíficos — o que, aliás, tive oportunidade de dizer ao próprio general Bento, aqui mesmo, nesta sala, quando de sua visita, junto contigo e o Dr. Marciano. Deves de lembrar-te, foi pouco antes do movimento estalar. ⁽¹⁾

(1) Op. cit., pág. 186.

(1) Op. cit., pág. 179.

— E' verdade. Entretanto, cabe-nos, no momento, como homens responsáveis, não permitir que se macule dessa forma o nosso sagrado ideal de liberdade, — retrucou Calvet.

— E nem se desnature a nossa política de tolerância, com a qual esperamos que o Império compreenda as nossas intenções, que consistem, apenas, em desejarmos ser governados por homens capazes de sentir as nossas necessidades, entender as nossas aspirações de pura brasilidade e promover a satisfação delas sem atentar contra o nosso brio e menosprezar os valores provinciais, — atalhou Macedo.

— E' o nosso programa, — confirmou Sá Brito.

— Pois, então, homem, por que não agirmos? — interrogou Calvet, levantando-se da poltrona.

— Vamos, Sá Brito, — acudiu Macedo, erguendo-se, também.

Sá Brito foi obrigado a vestir a casaca e sair à rua. E o fez automaticamente.

Calvet e Macedo, de propósito não lhe haviam revelado a intenção que os movia. Boticário convocara uma assembléia popular para apresentar o seu “projeto de deportações”, que era apoiado pelos 500 fanáticos que acampavam próximo à Capital. Entendendo-se, previamente, com o vice-presidente em exercício, Dr. Marciano, este lhes alvittrara, a Calvet e Macedo, o golpe decisivo para conjurar a ação “anarquica” do tribuno, e que consistia em atribuir, por aclamação do povo, a presidência da assembléia ao austero e prudente Sá Brito, o que não seria difícil, dado o prestígio de que esse emérito varão, que foi um dos mais ilustres vultos do movimento revolucionário, gozava entre os habitantes da cidade, precipuamente entre as classes instruídas.

A menos de meia quadra da casa de Sá Brito, situada na rua do Ouvidor (ou Ladeira), os três homens detêm-se. Estão diante de um “pequeno sobrado, onde entram e saem alguns indivíduos”. Pela rua, passam curiosos e estacam na calçada da frente Pouco a pouco, vai-se formando a multidão.

As outras ruas, que eram desertas, começam a apresentar algum movimento. As janelas das casas, que há dias se mantinham fechadas, abrem-se. Homens e mulheres chegam

à frente. Crianças vêm à porta da rua, acompanhadas de suas amas. Escravos, seguidos de cães, surgem nos portões de solares sombrios. “Arrastadores d’água” resfolegam no meio das ruas cobertas de capim, e vacas leiteiras, com seus terneiros crescidos, pascem sossegadamente.

A cidade despertara da modorra de apreensão e temor em que caíra há dias.

Calvet, deixou os amigos defronte da porta do pequeno sobrado, e foi ter junto a Boticário, pois que, vencida a primeira etapa, com a saída de casa de Sá Brito, restava a segunda, que era dar a êste último cidadão a presidência da assembléia.

Macedo introduziu a Sá Brito no corredor de entrada do sobrado, que levava a uma escada, e lhe falou:

— Espera-me lá em cima, — apontando para a escada.

— Estou até desconfiando, mas seja, enfim, o que tiver de ser.

— Não é nada, homem, trata-se de conjurar o movimento chefiado por Boticário, — retorquiu-lhe Macedo ao ouvido.

Sá Brito ficou menos intranquilo e subiu a escada. Não pretendia, em absoluto, romper com os seus princípios de prudência e generosidade.

Macedo juntou-se a Calvet, que conversava com o tribuno intransigente, numa saleta do andar térreo, ao lado da escada.

— Antes de mais nada, Pedro, devemos aquí, escolher uma pessoa para presidir a reunião.

— Ocorre-te algum nome, Calvet?

— Só vejo um, que, pela confiança que inspira a todos, pode perfeitamente conduzir os trabalhos com a máxima serenidade.

— Quem é?

— Sá Brito, respondeu Calvet.

— E’ o homem talhado para tal mister, — secundou Macedo.

Boticário, após refletir uns segundos, e diante da insinuação dêsses dois representantes do pensamento do presidente Marciano, resolveu concordar, embora com pouco en-

tusiasmo, pois bem sabia até que ponto a moderação orientava a Sá Brito.

— Está bem, arrematou êle.

Ficou, pois estabelecido que Sá Brito seria aclamado presidente da assembléia.

O salão, que não era pequeno, começava a encher. Uma mesa em frente de vários bancos, colocados em fila, uns atrás dos outros, e algumas cadeiras ao lado, dispostas em ordem, constitufam o mobiliário. Muita gente já havia se assentado, outros permaneciam de pé, nos lugares que ocupavam. Sá Brito de um lado e atrás, encostado numa das janelas do salão, observava atentamente. Poucas as pessoas que lhe não eram estranhas, pois a maioria revelava ser do campo, vestindo bombacha, enorme lenço no pescoço, chapéu de aba larga, mango, chilena por sôbre pedaços de lona amarrados às pernas, adaga e pistola à cintura. Tratava-se de gente da legião sinistra, aliás, da flor, pois Boticário mandara escolher a dedo para não espantar os habitantes da Capital, que já andavam atemorizados com os boatos correntes.

O salão já estava repleto. O vozerio atordoava. Apertavam-se, empurrando-se e expremendo-se os circunstantes. Uma pequena sala que levava à escada, do lado de fora do salão, que abrangia quasi todo o andar, estava também cheia. Boticário, Calvet, Macedo e outros vultos já se achavam ali, no meio da massa. Sá Brito, no mesmo lugar, espectava, silencioso.

— Precisamos um presidente, — grita Calvet, do meio do povo, que silencia religiosamente.

— Quem nomearemos? — indaga a seguir.

— Francisco de Sá Brito, — responde Macedo.

Calvet e Boticário batem palmas, no que são imitados pelo povo. Ouvem-se vivas à revolução, a Bento Gonçalves, a Sá Brito e a Boticário. E' a aclamação unânime do secretário da Assembléia Provincial para presidir a reunião.

Sá Brito, cedendo às circunstâncias, avança da janela em que se encosta e, atravessando o povo, entre palmas, vai pos-tar-se no centro da mesa, em frente à assembléia.

Faz-se profundo silêncio.

— Agradeço a confiança dos senhores presentes, e necessitando um secretário, tomo a liberdade de indicar seja aclamado o coronel José Mariano de Matos, — diz Sá Brito.

A assembléia recebe com aplausos a indicação, e Mariano de Matos vai tomar assento à direita do presidente.

Sá Brito fala.

— Consta-me, senhores, que se pretende representar à presidência da Província, pedindo sejam deportados alguns inimigos da revolução. Pois, si assim o é, o projeto deve ser presente à assembléia para sôbre êle manifestar-se soberamente.

Ouvem-se palmas e **hurrahs** ensurdecedores. A assembléia movimenta-se em tumulto. Todos querem olhar e ver. Boticário, subindo num banco, no meio do salão, pede a palavra, que lhe é dada, e vai falar.

Pôsto coxo, o tribuno intemorato, apoiando-se na bengala que traz na mão direita, mantem-se de pé e meio retezado. Calvo e torto, enverga com aprumo a casaca. O colarinho enorme quasi lhe esconde as orelhas. A gravata vermelha atada à moda de lenço, aviva-lhe o peito amplo. Os olhos fogueiros passeiam pelo salão, faiscantes de entusiasmo. A fisionomia como que se transmuda, tão acentuada a sua vivacidade. Parece que Boticário cai em transe.

— Respeitável mesa e meus senhores. Quando um povo, livre por natureza, clama por liberdade, e os seus clamores não são ouvidos pelos governantes, que, além disso, procuram ainda mais humilhá-lo e perseguí-lo — só lhe resta, a êsse povo, ativo e brioso, uma única atitude, imposta pelo próprio instinto de conservação, e que é a revolta, o apêlo à força, quando não mais subsiste o direito! Assim, o fez e o fará, até quando se fizer mister, o heróico povo rio-grandense, cuja cartilha de liberdade a tem na infinitude das campinas de seu território, onde não há obstáculos nem acidentes que detenham os caminhantes, nem montanhas de opressão, nem caudais de demagogia! E, quando não baste a força em si mesma, porque ainda os opressores, sopesando as mais vis das armas, a injúria e a calúnia, arremetem contra o povo com maior impetuosidade, aí, então, senhores, assis-

te-lhe, ao povo, cioso de sua dignidade, não só o direito, mas o dever, de enxotá-los, a êsses cães infiéis, por quem, a despeito de lhes dar carne para comer, e não osso para roer, como o devera, vem sendo traído, humilhado, perseguido e chicoteado! E' o supremo dever de um povo que possui direitos! Reagindo, assim, ascende às mais transcendentales das bemaventuranças, porque inaugura, na terra, o respeito que merece todo ser humano, de seus semelhantes, e que é o princípio fundamental da idéia de justiça, condição primária da felicidade de um povo!

Os legionários do tribuno berram de entusiasmo. A azáfama é aturdidora. Boticário esbraveja em delírio.

— Senhores, si êste povo não quizer negar-se a si mesmo, desprezando o seu incomparável passado de heroísmo e enfrentando o juízo da posteridade, que o não perdoará, deve enxotar, sem piedade, êsses cães infiéis, que, comendo a sua carne e, por instinto, roendo osso, vivem difamando-o, pretendendo incompatibilizá-lo com os seus irmãos de outras regiões do imenso território nacional, e, não satisfeitos de tantas crueldades, tentam esmagá-lo, para lhe impor a escravidão!

O berreiro dos soldados do tribuno ensurdece e tem-se a impressão que o sobrado vai abaixo.

— Bem sabeis que a liberdade se rega com sangue e não com estêrco, e que, a não expulsar os nossos algozes, teremos que jogar peteca, nas ruas, com as cabeças dêsses galegos ingratos.

O clamor recrudescer, e, agora, mais intenso, como se fôsse trovada.

— Enxotemo-los, si não quisermos permitir que nos escravizem!

Após cessarem os aplausos violentos, pois mais que entusiastas, Boticário, como que voltando a si mesmo, acalma-se e declara que vai ler a representação que redigiu, para ser apresentada ao presidente da Província, pedindo a deportação de 400 e tantos "galegos".

Lê. E' concebida em termos semelhantes ao de sua vi-

rulenta alocução. No fim de cada período, rompe em aplausos frenéticos, o auditório.

Os dois membros da mesa assistem às demonstrações de simpatia do povo pelas idéias do seu tribuno. Calvet e Macedo, próximos a Boticário, ouvem-no atentamente.

Ao terminar a leitura da representação, que é recebida com ovações eletrizantes, declara:

— Segue-se uma lista de 400 e tantos a serem deportados, que lerei, si quizerem, para se fazerem as alterações que forem do agrado dos senhores.

Desce do banco e senta-se.

Sá Brito ergue-se. Sereno, como de seu temperamento, começa a falar.

— Parece-me muito inconveniente, no momento fazer-se qualquer apreciação a respeito das pessoas que devem ou não ser deportadas, isto porque muitas delas podem ter, aquí nesta assembléia, amigos ou parentes, o que dará lugar a discussões acaloradas, que redundarão em tumulto, si não na queda da própria idéia que se levanta. Tratando-se de questão complexa, que envolve interêsses de toda ordem, privados e públicos, políticos e sociais, merece exame e estudo acurados, que não podem ser produzidos na confusão dos debates. Além do mais, não nos é lícito esquecer que a tolerância e a magnanimidade, até onde permite a altivez e o brio que se as observem, têm sido a fôrça poderosa de nossas vitórias, e que a maior derrota que pode sofrer o inimigo, é passar para as fileiras contrárias, como, aliás, já vem acontecendo, entre os imperiais, de tempos para cá, graças à fôrça invencível e incomparável da nossa tolerância e da nossa prudência. Não esqueçais que, si as armas subjugam, destruindo e derramando sangue, a tolerância e a prudência dominam, criando e espalhando a amizade. E mais, só são verdadeiramente gloriosas as ações que assentam no amor.

Soam aplausos. Boticário, cabisbaixo, remoi as palayras do presidente.

— Demais, a hesitação do Sr. Pedro José de Almeida, deixando de ler os nomes constantes da lista de deportações, vem em abono de meu pensamento, razão por que julgo mais

acertado que se nomeie uma comissão que ficará incumbida de examinar a lista, apurando os culpados e merecedores de deportação. Com a comissão deverá ficar a mesma lista depois de apurada, para que apresente com a representação ao chefe do movimento, o general Bento Gonçalves da Silva, que, para levar a efeito tal medida, me parece mais idôneo que o muito pacífico Sr. Dr. Marciano, vice-presidente em exercício.

Posta em votação a proposta, foi esta aprovada pela maioria. Pode dizer-se que, então, caíra a "idéia das deportações", e que a prudência vencera a intemperança.

"Quando vi aceita a minha indicação pela reunião dos deportadores, sentí o meu coração aliviado do grande peso que o oprimia; a responsabilidade de tão anárquico quanto cruel feito era assim tirada de cima de centos de cabeças e colocado desde logo sobre três e mais tarde sobre uma só cabeça, o que a tornava tanto mais tremenda quanto menos dividida. Por outra parte o chefe da revolução não se achava na cidade e, até que regressasse, teriam-se acalmado as paixões e poderia êle, que era dotado de grande ânimo ou muita valentia moral (segundo sua expressão favorita) por algum modo obstar às intenções dos exaltados, tanto mais facilmente que acharia dispersa a força armada que aterrava a cidade, a qual dizia-se acampada nas circunvizinhanças da mesma cidade". (1)

Calvet e Macedo, após a aprovação da proposta de Sá Brito, haviam saído. Foram dar ao presidente Marciano, conhecimento da deliberação da assembléia.

Por escrutínio, elege-se a comissão encarregada de apreciar a lista organizada por Boticário, a qual se compõem de 3 membros, sendo presidida por Mariano de Matos.

Sá Brito faz-lhe a entrega da lista e da representação, sob aplausos dos circunstantes, e declara encerrada a sessão.

A esta altura, a rua do Ouvidor ferve de gente. Os poucos curiosos, que, a princípio, estacaram na frente do sobrado, onde lhes parecia que decidiam dos seus destinos, atraem

(1) Op. cit. pág. 187. Eis como se manifesta Sá Brito a respeito da medida, que, graças à sua intervenção, acabou caindo.

outros. E a multidão surge, inquieta e temerosa. Com a saída dos assembleantes, aumenta a sua apreensão, pois ela ignora o que foi deliberado. A agitação que, antes, se produzia no interior das casas, agora, manifesta-se nas ruas, pois os habitantes da Capital, com a realização da assembléia, como que se enchem de ânimo e correm às ruas, na ânsia de novidades.

Os legionários do tribuno, passam, resmungando, entre o povo, que abre alas, receioso.

— Que diabo! Não é, hoje, ainda que se enxotam os “galegos”!

— Mas, será amanhã!

— De qualquer forma, serão enxotados!

— O meu mango está pedindo um lombo de “galego”!

— As minhas chilenas cortam como navalha!

— A adaga que trago na cintura, está à espera da hora de “pescocear” “galegos”!

Tais ditos ameaçadores calam fundo na mente da multidão, onde se vêem muitos dos chamados “galegos”, e indicam-lhe, por outro lado, que os deportadores não alcançaram o que desejavam, pelo menos no momento.

Os legionários, caminhando até a esquina, montam os seus cavalos fogosos. Formados em esquadrão, seguem pelas ruas repletas de gente. Puxando-os, o Cap. Fabrício, lugartenente de Boticário e comandante dos 500 exaltados. Do passo, ao trote, e, dêste, ao galope, cortam as ruas, malsinando os “galegos” e erguendo vivas à revolução e a Boticário. Nas lanças que impunham garbosamente, baloïçam bandeiras verde-encarnado-amarelas.

Nessa atitude, atravessam a rua da Igreja e passam pela frente do Palácio Presidencial.

As sacadas assomam o presidente Marciano, Calvet e Macedo, que trocavam idéias a respeito da assembléia.

Os cavalarianos os não vêem, ou melhor, fazem que os não vêem, e continuam no galope largo, por entre vivas e malsinações.

— Essa gente é capaz de promover desordens, presidente Marciano! — exclama Calvet.

— Já me lembrei de encarregar o Gomes Jardim do policiamento da cidade, que poderá ser feito com a sua gente de confiança, — retrucou Marciano.

— E' necessário, presidente, haja vista os espancamentos que se têm praticado em nome da revolução, — afirmou Calvet.

— O Gomes Jardim desfruta de muito prestígio no meio dessa gente, mesmo entre os exaltados de Boticário, podendo, assim, atuar com eficiência, — acrescentou Macedo.

— Mande chamá-lo, Calvet, — rematou Marciano.

O esquadrão chega ao acampamento.

E' noite. O luar envolve as coxilhas solitárias com a palidez de sua luz macerosa. As estrêlas arregalam os olhos brilhantes e pestanejam tranqüilamente. O pampeiro oscula de leve as folhagens das árvores. O quero-quero, conclamando, constantemente, rompe o silêncio noturno.

Cada fogão ardente é um planeta caído do céu, donde emana uma luz vermelha que, transfundindo-se na luz pálida do luar, dá ao acampamento um colorido róseo, de sonho, tamanho o encanto.

Os legionários recebem o esquadrão com entusiásticos aplausos. Estão convictos de que as deportações dos "galegos" se efetuarão. Erguem-se, os que dormitam ao relento, semi-bêbedos. Abandonam os fogões, os que churrasqueiam ou chupão chimarrão. Aproximam-se, os que, afastados, entregam-se à jogatina e às carícias das caboclas da legião. Reina o tumulto e a polvorosa, porque ninguém se entende. Gritam, berram em delírio, os legionários.

Os recém-vindos apeiam, desensilham os pingos e vão se agrupar, com os demais legionários, em tórno dos fogões. Enquanto se prepara churrasco e se aquece água para chimarrão, conversam animadamente, os que não caem de novo na modorra de embriaguez de que haviam acordado com a chegada do esquadrão.

— Correm-se, ou não, os "galegos", a bolas?

— Enxotá-lo-emos, queiram ou não!

— Mas quando?

— Dentro de poucos dias! A lista já está em poder da comissão apuradora!

— Isto de lista não me parece bom.

— Por que?

— Verás que os “galegos” acabarão ficando por aquí!

— Não digas isso! Então que fazem os nossos chefes, o Dr. Pedro de Almeida e o Cap. Fabrício? E nós não somos 500?

— Si de fato nos dispusermos a impor a nossa vontade, estará tudo certo.

— E' claro que a imporemos, pois, há pouco, isto mesmo me dizia o Cap. Fabrício!

— Acho que o Dr. Pedro também pensa do mesmo modo, não?

— Evidentemente. O Cap. Fabrício deixou isto assentado com êle, após a assembléia.

— Então está tudo resolvido?

— E' claro!

A comissão de que era presidente Mariano de Matos, já se reünira algumas vezes, e, devido a empenhos e súplicas, fôra obrigada a reduzir a lista de 400 e tantos deportandos para 40. Ao próprio presidente não se lhe antolhava, a medida, oportuna e eficaz, porisso era o primeiro a sugerir exclusões.

Não tardou que Bento Gonçalves voltasse a Pôrto-Alegre. A sua vinda surtiu o efeito do sol que afasta o temporal. O povo recebeu-o com manifestações de profundo contentamento. Homens e mulheres, velhos e crianças, todos foram levar-lhe os votos de boa vinda. As casas esvaziaram-se, nesse dia redentor da Capital, pois até os escravos e os cães participaram das homenagens ao intemerato general farrapo.

A cidade sabia que Bento Gonçalves jamais praticaria um ato que lhe repugnasse a consciência, e que a sua energia se temperava com magnanimidade. E que, também, não hesitaria, si preciso, em repelir, com a fôrça, os que pretendessem opor-se às suas deliberações.

A Capital, agora, era prenhe de satisfação e confiança nos seus destinos.

A comissão das deportações foi, no mesmo dia da chegada de Bento Gonçalves, entregar-lhe a representação e a lista dos 40 deportados.

— A comissão tem a subida honra, Sr. general, de fazer-lhe presente a representação e a lista anexa de 40 deportandos, — diz o substituto de Mariano de Matos, o qual presidia a comissão, por ter-se êste exonerado a pedido.

Bento Gonçalves, que se sentava em sua mesa de trabalho no Palácio Presidencial, e que se cercava de ajudantes de ordens, secretários e companheiros de armas, levantou-se e recebeu os documentos. Tornou a sentar e leu, atentamente, a extensa e atrevida representação, um tanto insinuante, bem como a lista de 40 deportandos.

Erguendo-se, encolerizado, e olhando firme para os 2 membros da comissão, declara:

— Isto não tem lugar! (1)

E joga os documentos para dentro de uma cesta de papel, ao lado da mesa.

Boticário e o Cap. Fabrício meteram-se dentro de suas impotências e jamais ousaram falar em deportações.

(1) Op. cit., pág. 189.

Origem do homem

pelo

IRMÃO TEODORO

(Do Instituto dos Irmãos das E. C.)

A leitura do artigo sobre "O Homem da prehistória", que o 1.º ten. de art. Henrique Oscar Wiederspahn publicou nesta mesma "Revista" ⁽¹⁾, trouxe-nos a lembrança dalguns apontamentos que tínhamos arquivado para dar aos nossos alunos de Ciências Naturais uma resposta satisfatória à pergunta, que perpétuamente ressoa aos ouvidos de todo homem: "Qual é a tua natureza? Donde vens?".

Visto que o nosso estudo nos conduziu a conclusões diferentes das que constam do trabalho do autor supracitado, deliberamos publica-lo juntamente com a crítica do artigo de Wiederspahn, sem que isto implique sequer o mínimo desejo de sustentar uma polémica com o provecto militar; antes, pelo contrário, deixamos ao arbítrio dos ilustres leitores da "Revista", muito especialmente dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, julgar do valor das respectivas teorias.

Convencidos da verdade dos conceitos emitidos por J. de Tonquédec ⁽²⁾:

⁽¹⁾ Wiederspahn, 1.º ten. art., Henrique Oscar — O homem da prehistória. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. II, 1936.

⁽²⁾ Tonquédec, J. de — La critique de la connaissance. Paris. 1929.

“E’ certo que as disposições subjetivas podem modificar a percepção dum objeto... Por exemplo, o amor, o ódio fazem perceber melhor certos aspectos das coisas, ou, pelo contrário, impedem de notar outros. Neste caso, a visão é de fato modificada, e o seu objeto muda; quer pela adição de elementos novos, objetivos e válidos, quer pela subtração de certos dados às observações do espírito”.

resolvemos escolher, para orientar a nossa investigação, o lema que muito acertadamente adoptou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul:

“Incorruptam fidem professis neque amore quisquam et sine odio dicendus est”.

Porisso, protestamos desde já que o objetivo por nós colimado é simplesmente a verdade, a qual procuraremos demonstrar com mansidão e justiça.

Pensando encontrar Wiederspahn, na tese supracitada, uma plausível explicação da origem do homem, rejeitou S. S. a hipótese da geração espontânea e também a narração de Moisés, como “não mais satisfazendo ao espírito científico e inquieto hodierno”. Reconhece, porém, que “não é desprovida de possibilidade a teoria simplista do sábio argentino Florentino Ameghino”.

Estamos perfeitamente de acôrdo com o ilustre militar quanto ao que diz respeito à geração espontânea, pois, ninguém já pode tomar a sério semelhante hipótese depois das experiências do imortal Pasteur. Discordamos, porém, em absoluto do seu modo de julgar a narração de Moisés e a teoria de Ameghino.

Na primeira parte do nosso trabalho ficarão demonstradas as seguintes proposições:

1.^a A teoria do sábio argentino Florentino Ameghino deve rejeitar-se por anti-científica.

2.^a A narração de Moisés está perfeitamente de acôrdo com as conquistas da Ciência hodierna.

A maior parte das proposições contidas no terceiro período do trabalho do Sr. Wiederspahn são expressões errôneas. Poderíamos muito bem dispensar-nos de qualquer refutação, visto que se trata de simples afirmações, desacompanhadas de qualquer gênero de provas; por causa, no entanto, da gravidade de alguns assertos queremos, na segunda parte dêste trabalho, demonstrar a verdade destas outras proposições:

1.^a A narração de Moisés sôbre a origem do homem não pode ser de origem ariana.

2.^a Javé manifestou a sua justiça sômente quando a sua misericórdia não foi reconhecida.

3.^a Santo Tomáz de Aquino admite a criação especial do homem.

4.^a O Velho Testamento Bíblico não foi uma barreira para o Renascimento.

Finalmente, na terceira parte, demonstraremos que o primeiro par humano foi criado na Ásia.

I

1. A teoria do sábio argentino Florentino Ameghino deve rejeitar-se por anti-científico.

Antes de mais nada, exporemos brevemente uma síntese da filogenia do homem segundo Ameghino.

Os primates evoluíram na Patagônia até resultar um grupo novo: os "Hominidae" primitivos. Os descendentes dos "Hominidae" evoluíram por sua vez, resultando, por uma parte, os "Antropomorfos" e, por outra, o "Tetraprothomo". Da evolução dêste último, originaram-se o "Pseudhomo Heidelbergensis" e o "Triprothomo", o qual produziu o "Pithecanthropus erectus" e o "Diprothomo Platensis". Dêste resultou o "Prothomo" que por sua vez originou o "Homo". O gênero "Homo" evoluiu, resultando o "Homo Ater" e "Homo pampaeus", do qual saíu o "Homo sapiens".

Salientemos que a diferença morfológica entre o símio mais perfeito e o homem mais imperfeito é enorme. Cito a

seguir as palavras de dois partidários do transformismo, Huxley e Büchner.

Huxley, citado por Reusch ⁽³⁾, diz: “As diferenças entre o crânio dum homem e o do gorila são enormes; as que existem entre o Homem e o símio de ordem mais elevada são ainda consideráveis: cada osso particular do gorila tem sinais que permitem distingui-lo facilmente daquele que lhe corresponde no corpo humano”.

Vêde o que diz Büchner ⁽⁴⁾: “Cuidemos de diminuir a diferença anatômica entre o homem e os seus mais próximos vizinhos na classe dos mamíferos. Esta diferença é tal, que um só lance d’olhos sobre uma parte qualquer um pouco característica do corpo, por exemplo do esqueleto, basta ao anatomista experimentado para distinguir um homem dum animal”.

Das precedentes citações concluímos que é fácil para um antropólogo a identificação dos restos antrópicos.

Vejam agora quais são os restos antrópicos que serviram de base a Ameghino para estabelecer a sua síntese filogenética do homem.

1. Ameghino estabeleceu o seu “Tetraprothomo” baseado nos caracteres de dois restos antrópicos: um “fêmur” e um “atlas”, ambos do Monte Hermoso, localidade que fica na Argentina a 60 kms. ao NE de Baía Blanca. Segundo Ameghino, o fêmur pertenceu a um ser adulto, novo representante da família dos “Hominidae”.

Evidentemente, Ameghino foi vítima de lamentável engano, visto que o “fêmur” do Monte Hermoso foi identificado pelo Dr. Urquiza, como fêmur dum pequeno mamífero (sic!); e, segundo Keit ⁽⁵⁾, o famigerado fêmur resultou ser dum carnívoro do gênero “Felis” das dimensões dum puma.

Sobre o “atlas”, Keith afirma que se trata duma vértebra pertencente ao “Homem recente”. E’ do mesmo parecer o Dr. Kasimierz Stolyhwo, cuja autoridade invocamos com particular satisfação por tratar-se dum antropólogo que foi

⁽³⁾ Reusch — La Bible et la Nature.

⁽⁴⁾ Büchner — L’homme selon la Science. Qui sommes nous?

⁽⁵⁾ Keith — The Antiquity of Man. 1916.

considerado pelo próprio Ameghino como o primeiro do mundo.

Não correspondendo os restos antrópicos do Monte Hermoso à concepção de Ameghino, resulta que o "Tetraprothomo" nunca teve realidade objetiva; por conseguinte, tal denominação deve ser riscada dos tratados de Antropologia por ser anti-científica.

2. Ameghino descobriu no pôrto de Buenos-Aires uma calota craniana incompleta, que julgou ser o resto dum ente intermediário entre os antropomorfos e o homem, dando-lhe o nome de "Diprothomo Platensis".

A parte conservada do crânio do "Diprothomo Platen-sis" foi estudado pelos antropólogos G. Schwalbe, A. Mochi, Friedemann, Luschan e Stolywo, estando todos de acôrdo para afirmar que a calote craniana do pôrto de Buenos-Aires não revela diferença alguma essencial com a estrutura do homem recente.

Na impossibilidade de citar in extenso o trabalho de Kasimierz Stolyhwo (6), transcreverei só alguns períodos:

"Não posso aderir à opinião de Ameghino quando êle afirma "que a debilíssima elevação da parte superior do crânio em relação às arcadas super-orbitárias", etc., constitue no "Diprothomo" um caráter que atrai, desde o primeiro momento, a atenção do observador.

Esta opinião resulta sómente duma orientação errônea da calota craniana em relação ao nível, especialmente duma orientação exagerada para trás. Donde resulta que tôda uma série de caracteres morfológicos, considerados por Ameghino como característicos do "Diprothomo", e distintivos em relação ao "Homo Sapiens", são, na realidade, o resultado dêste erro.

Eis porque, contrariamente a Ameghino, opino que a peça em questão não revela diferença alguma essencial com a estrutura do homem recente".

(6) Stolyhwo Kasimierz — Contribución al estudio del hombre fósil sud-americano y su pretendido precursor el Diprothomo Platensis. Traducción. 1911.

E mais adiante acrescenta:

“O aspecto total da região frontal do “Diprothomo” responde, segundo minha opinião, inteiramente ao tipo “Homo Sapiens”.

Estando perfeitamente de acôrdo com Stolyhwo, com êle devemos concluir que o “Diprothomo Platensis” deve passar à sinonímia do “Homo Sapiens”.

3. Sôbre os crânios de “Necochea” e de “La Tigra”, os quais serviram a Ameghino para estabelecer o seu “Homo Pampoeus”, escreveu Stolyhwo que o aspecto total do primeiro corresponde por completo ao tipo dos crânios americanos recentes, e que o segundo é um crânio com deformação fronto-occipital, evidentemente de origem intencional, da época no máximo pre-colombiana e dotado de tais caracteres que o assemelham aos crânios recentes dos índios americanos.

E' tudo quanto descobriu Ameghino em matéria de restos antrópicos, de maneira que todos os outros nomes por êle inventados para estabelecer a sua teoria sôbre a origem do homem, são de nenhum valor para a Ciência Antropológica, visto que não correspondem à realidade objetiva alguma.

Agora, sómente nos resta lembrar as palavras de Horta Barbosa (7): “O valor de uma Ciência mede-se pelo grau de exatidão com que as suas teorias abstratas representam a realidade”.

Nós concluímos:

Considerando que nenhum dos restos antrópicos descobertos por Ameghino pode justificar a filogenia do homem por êle imaginado, julgamos que tal teoria deve ser rejeitada por anti-científica.

(7) Barbosa Horta — Pelo índio e pela sua proteção oficial. 1923.

**2. A narração de Moisés sobre a origem do homem está
perfeitamente de acôrdo com as conquistas da
Ciência hodierna.**

Podemos julgar do valor da narração de Moisés, considerada simplesmente em face da Ciência moderna, pelas declarações de Buckland, Dana, Quenstedt, Silliman, Mac-Culloch, Serres, Pfaff, De Quatrefages e De Lapparent.

William Buckland (1784-1856), geólogo inglês e conservador do British Museum escreveu "*Vindiciae geologicae*" e "*Geology and Mineralogy with reference to natural theology*", para demonstrar a concordância entre a Bíblia e a Ciência.

James Dwight Dana (1813-1895), considerado o maior geólogo dos Estados-Unidos do século XIX, escreveu: "Não pode haver real conflito entre a Natureza e a Bíblia, dois livros do mesmo Grande Autor, duas revelações feitas por Ele ao homem".

Frederico Augusto Quenstedt (1809-1889), chamado por Oscar Fraas o primeiro geólogo e paleontólogo da Alemanha, proclamou a Moisés "o maior geólogo de todos os tempos".

Benjamim Silliman Filho (1816-1885), Professor de Química do "Yale College" é autor dum trabalho sobre "Concordância das descobertas da moderna Geologia com os Livros Santos".

Mac-Culloch (1773-1835), da Sociedade Real e da Sociedade de Geologia de Londres, autor da Carta Geológica da Escócia, publicou um "*Sistema de Geologia*" que é um tratado de Apologética em favor da veracidade da Bíblia.

Marcel de Serres (1782-1862), Professor de Geologia na Faculdade de Ciências de Montpellier publicou diversos trabalhos comprovando a concordância da Ciência com a Bíblia.

Frederico Pfaff (1825-1886), geólogo notável e lente na Universidade de Erlangen, insistiu nos seus escritos na patente harmonia das Ciências Naturais com a Bíblia.

Armando De Quatrefages (1810-1892), durante mais de 40 anos, concentrou no estudo da Antropologia tôdas as suas energias e tôdas as suas faculdades. Membro efetivo ou ho-

norário de 44 Sociedades Científicas franceses e de 54 estrangeiras, sustentou que existia uma perfeita harmonia entre a narração de Moisés sôbre a origem do homem e os descobrimentos da Antropologia.

De Lapparent (1839-1908), o maior geólogo francês dos últimos tempos, declarou: “Longe de ter achado nas minhas crenças um estôrvo, achei nelas um precioso apôio para prosseguir os meus estudos. Nunca percebi, no terreno, aliás tão delicado, por mim explorado, que nenhum ponto do que foi claramente definido pela Igreja, estivesse em opposição ao que chamei de ortodoxia científica”.

De caso pensando, escolhemos alguns nomes entre todos os autores que mais se distinguiram no estudo das Ciências Geológicas e Antropológicas de maneira a abranger todo o século XIX e primeiros anos do século XX, para podermos concluir com tôda a confiança que, a narração de Moisés está perfeitamente de acôrdo com a Ciência.

II

1. A narração de Moisés sôbre a origem do homem não pode ser de origem ariana.

Trata-se duma questão brilhantemente solucionada em 1889 por F. Vigouroux ⁽⁸⁾. Eletivamente, êste autor disse textualmente:

“Para melhor estabelecer que a narração do Gênesis sôbre os nossos primeiros pais é sómente um mito, as críticas dos incrédulos procuraram descobrir para a narração bíblica uma origem estranha e pretendem tê-la encontrado nos livros mazdeanos do Irão. Segundo êles, a narração hebraica está enredada e confusa, provando que não é original. O último redator perdeu-se no meio das árvores do Paraíso”.

Depois, Vigouroux cita vários textos de Gubernantis ⁽⁹⁾,

⁽⁸⁾ Vigouroux, F. — La Bible et les découvertes modernes en Palestine, en Egypte et en Assyrie. Tome IV.

⁽⁹⁾ Gubernantis, A. de — La mythologie des plantes. Paris. Tome I. 1878-1882.

de Renan ⁽¹⁰⁾ e de Littré ⁽¹¹⁾, por meio dos quais estes autores estabelecem a tese supra. Vigouroux demonstra terem estes senhores caído num êrro histórico flagrante:

“Longe de nós o negarmos a existência dum parentesco entre a tradição iraniana e a narração do Gênesis; êste parentesco, porém, não é da natureza que supõem Littré e certos sábios, mais entendidos nos estudos indo-europeus do que no conhecimento da arqueologia semita. Se o Zend-Avesta, como é certo, nos conservou a lembrança do Paraíso terrestre e das árvores misteriosas que Deus tinha nêle plantado; se o Gênesis narrou-nos também a estadia dos nossos primeiros pais no Éden e a funesta queda dêles, não é porque um autor copiou do outro, mas porque ambos reproduziram a antiga tradição, tal qual lhes tinha chegado, isto é, pura em a narração de Moisés e alterada na de Zoroastro.

No que diz respeito às árvores paradisiacas, os Hebreus não precisaram pedi-las emprestadas ao Irão, pela simples razão que estas árvores eram como uma parte da sua herança paterna. Abraão tinha certamente trazido a lembrança da Caldéia, sua pátria, onde constituíam uma das crenças mais vivas e mais populares. A árvore sagrada é uma das representações mais freqüentes nos monumentos assirocaldaicos. Pode ver-se várias vezes repetida em todos os museus da Europa, que conservam os restos da arte ninivita e babilônica, e nas grandes coleções, que reproduzem os baixos-relevos exumados das ruínas dos paços reais da beira do Tigre e do Eufrates. E', pois, um êrro histórico flagrante o pretender que os Israelitas pediram emprestado a estranhos o que fazia parte das suas tradições de família.”

E como Bréal ⁽¹²⁾ sustentasse a teoria da origem mazdeana da cobra da Bíblia, Mgs. de Harlez ⁽¹³⁾ demonstrou

⁽¹⁰⁾ Renan, E. — *Les Origines de la Bible*. Revue des deux mondes. Mars 1886.

⁽¹¹⁾ Littré, E. — *Du mythe de l'arbre de vie*. Philosophie positive, t. V. 1869.

⁽¹²⁾ Bréal — *Hercule et Cacus*. Mélanges de mythologie. Paris. 1878.

⁽¹³⁾ Harlez, Mgr. de — *Les origines du Zoroastrisme*. Journal asiatique. Août — Septembre 1880.

que “ a cobra tentadora do Gênesis era conhecida na Babilônia muitos séculos antes que os Árias e os Iranianos em particular, tivessem chegado às fronteiras dos países semitas, por onde teriam podido relacionar-se com eles”.

2. Javé manifestou a sua justiça somente quando a sua misericórdia não foi reconhecida.

“Um dos maiores defeitos de grande parte de nossos historiadores é o desprezo pelos arquivos e o amor pelo que existe em letra de fôrma, . . .” (14).

A queixa formulada por um dos maiores historiadores do Rio-Grande-do-Sul, podemos fazê-la nossa no que diz respeito aos predicados atribuídos a Javé pelo autor que estamos criticando. O arquivo que deve ser consultado, para poder formular um juízo certo a respeito, é o de Moisés, o “Pentateuco”: é isso o que exige a crítica histórica. Ora, a simples transcrição do Cap. XXXII do “Deuteronômio” é altamente sugestiva para demonstrar a verdade do título com que encabeçamos este capítulo:

1. Ouví ó céus, o que vou dizer,
ouça a terra as palavras da minha boca.
2. Cresça como chuva a minha doutrina,
espalhe-se como orvalho a minha palavra,
como aguaceiro sôbre a erva,
e como gotas de água sôbre a verdura.
3. Porque eu invocarei o nome do Senhor;
dai glória ao nosso Deus.
4. As obras de Deus são perfeitas,
e todos os seus caminhos são justos;
Deus é fiel, e sem nenhuma iniquidade,
êle é justo e reto.
5. Pecaram contra êle os não seus filhos
com suas imundícias;
geração depravada e perversa.

(14) Souza Doca — O naufrágio de Martim Afonso de Souza. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul. I, 1936.

6. E' este o agradecimento que dás ao Senhor,
povo louco e insensato?
Não é elle teu Pai, que te possuiu,
que te fêz, e te criou?
7. Lembra-te dos días antigos,
considera cada uma das gerações:
interroga teu pai, e elle te contará;
os teus avós, e elles te dirão.
8. Quando o Altíssimo dividiu as nações:
quando separou os filhos de Adão,
fixou os limites dos povos
segundo o número dos filhos de Israel.
9. A porção, porém, do Senhor é o seu povo:
Jacó é a corda da sua herança.
10. (O Senhor) encontrou-o numa terra deserta,
num lugar horroroso, e de vasta solidão:
cercou-o e instruiu-o,
e guardou-o como as meninas dos olhos.
11. Como a águia que provoca seus filhos a voar
e esvoaça sobre elles,
(assim o Senhor) estendeu as suas asas e o tomou
e o levou sobre seus ombros.
12. O Senhor só foi o seu guia,
e não estava com elle deus algum estranho.
.....
15. Mas o amado engordou e recalcitrou:
tendo-se tornado gordo, cheio e grosso,
abandonou a Deus seu Criador,
e afastou-se de Deus sua salvação.
.....
19. O Senhor, viu (isto), e acendeu-se em ira:
porque o provocaram seus filhos e filhas.
20. E disse: Eu esconderei dêles a minha face,
e verei qual será o seu fim:

porque é uma geração perversa,
e uns filhos infiéis.

.....

22. Um fogo se acendeu no meu furor,
e arderá até ao fundo da habitação dos mortos,
e devorará a terra com todos os seus germen-
s, e abrasará os fundamentos das montanhas.

Javé manifestou a sua justiça somente quando a sua misericórdia não foi reconhecida: é a conclusão que resulta da leitura da Bíblia.

3. Santo Tomaz de Aquino admite a criação especial do homem.

Santo Tomaz de Aquino pergunta ⁽¹⁵⁾: “Utrum corpus humanum sit immediate a Deo Productum?” Responde o Doutor Angélico: “Quia igitur corpus humanum nunquam formatum fuerat, cujus virtute per viam generationis aliud simile formaretur: necesse fuit quod primum corpus hominis immediate formaretur a Deo”.

Salientamos as últimas palavras:

“Foi preciso que o corpo do primeiro homem fôsse diretamente formado por Deus”.

Muito enganados estão portanto os que pretendem encontrar em Santo Tomaz de Aquino as provas de que a “criação especial é apenas uma hipótese”.

4. O Velho Testamento Bíblico não foi uma barreira para o Renascimento.

Como é possível afirmar que a Bíblia pretendeu ser uma barreira para o Renascimento, quando é do conhecimento de

⁽¹⁵⁾ Tomaz de Aquino (Santo) — Summa Theologica, 1.^a p., quaest. 91, art. 2.

todos os estudiosos que os Papas, intérpretes infalíveis da Bíblia, foram os “Mecenas” protetores dos humanistas do Renascimento?

Uma simples enumeração é quanto basta para demonstrar a improcedência dos caluniadores da Bíblia.

a) Poggio foi secretário da chancelaria pontifícia desde 1402; Leonardi Bruni, desde 1405: Vergerio, Loschi, Flávio Biondo durante o século XV.

b) Tomaz Parentucelli, célebre humanista, eleito Papa sob o nome de Nicolau V, fundou a Biblioteca do Vaticano.

c) OEneas-Sylvius Piccolomini, eleito Papa sob o nome de Pio II, era um humanista autêntico.

d) Sixto IV (1471-1484) nomeou ao historiador Platina Diretor da Biblioteca do Vaticano, incumbindo-o de escrever a história dos Papas.

III

O primeiro par humano foi criado na Ásia.

Todos os naturalistas estão de acôrdo para considerar a espécie natural como um grupo de indivíduos dotados dos mesmos caracteres essenciais. Discordam, porém, quando se trata de saber se êstes caracteres essenciais são constantes no tempo e no espaço; isto é, alguns naturalistas opinam que as espécies biológicas foram sempre idênticas a si mesmas; outros, pelo contrário, querem que as espécies se tenham transformado no tempo e no espaço, de maneira que segundo esta última hipótese, as espécies biológicas atualmente existentes na terra teriam descendido de outras espécies diferentes.

A solução do problema da “Origem do Homem” exige previamente uma resposta à seguinte pergunta: Os indivíduos que integram a humanidade pertencem a uma ou a várias espécies?

Resposta:

Os indivíduos que integram a humanidade pertencem a uma só espécie.

Efetivamente, se entre o homem mais perfeito, — física, moral e intelectualmente —, e o homem mais imperfeito, existe uma serie de variedades, esta é tal, que a transição de uma parte a outra se realiza por meio de diferenças quasi impercetíveis. Pelo contrário, entre o homem mais imperfeito e o animal mais perfeito, existe um abismo insondável. Prova evidente de que o homem constitue uma única espécie.

Passemos em revista os diferentes caracteres considerados por alguns autores como específicos.

1. A côr da pele. O próprio Darwin ⁽¹⁶⁾ reconhece que nenhum caráter é tão variável como a côr da pele.

2. O sistema piloso. O sistema piloso é essencialmente o mesmo em todos os homens: é o que resulta da seguinte declaração de Hollard ⁽¹⁷⁾:

“Os cabellos enroscados do negro têm a mesma estrutura que os cabelos compridos e sedosos do Abexim e da loura Escandinávia, que os cabelos grosseiros do Mongol. Os cabelos diferem somente pela sua maior ou menor abundância, pelo seu comprimento, pela sua tenuidade e, finalmente, pela quantidade de matéria corante que contêm: a êste respeito, observa-se uma gradação de matizes desde o castanho até o preto intenso”.

3. Forma do crânio. E’ um fato indiscutível que há “Dolicocéfalos”, “Braquicéfalos” e “Mesocéfalos”, “Prognatos” e “Ortognatos” indistintamente entre os indivíduos das raças humanas mais diversas. Donde resulta que estes caracteres não podem ser considerados como específicos.

4. Capacidade craniana. Sobre o valor da capacidade craniana como caráter distintivo das espécies, é altamente sugestiva a média das medidas dos crânios examinados por Broca, constante da seguinte lista:

	Homens	Mulheres
88 “Auvergnats”.....	1598 cm. ³	1445 cm. ³
69 Bretões gauleses	1599 ”	1426 ”

⁽¹⁶⁾ Darwin — The variation of animals and plants under domestication. London, 1868.

⁽¹⁷⁾ Hollard, H. — De l’homme et des races humaines. Paris, 1853.

	Homens	Mulheres
125 Parisienses contempor.	1558 cm. ³	1338 cm. ³
18 Caverna do Homem morto.....	1607 "	1507 "
20 Guanches	1557 "	1354 "
60 Bascos.....	1574 "	1357 "
28 Corsos.....	1552 "	1368 "
84 Merovíngios.... .	1505 "	1361 "
22 Chineses	1518 "	1383 "
12 Esquimós	1539 "	1428 "
54 Néo-caledonianos	1460 "	1331 "
83 Negros	1431 "	1252 "
7 Tasmanianos	1452 "	1201 "
18 Australianos	1347 "	1181 "
21 Nubianos	1329 "	1298 "

Comparem-se os seguintes dados com a lista precedente: o crânio do gorila macho tem uma capacidade de 531 cm.³, e do gorila fêmea 472 cm.³, os do orangutango e do chimpanzé machos 439 cm.³ e 421 cm.³, as fêmeas 418 cm.³ e 404 cm.³.

Estes dados dispensam qualquer comentário.

5. Pêso do cérebro. Numerosos são os autores que se ocuparam dêste assunto: Parchappe (18), Lélut (19), Wagner (20), Davis (21), Wilson (22), Pozzi (23), Le Bon (24), Bloch (25)... O resultado de tôdas estas investigações foi que o pêso do cérebro não pode adotar-se como caráter específico.

(18) Parchappe — Recherches sur l'encéphale. Paris, 1836.

(19) Du poids du cerveau dans ses rapports avec le développement de l'intelligence. Journal des connaissances médico-chirurgicales. 1837.

(20) Wagner, R. — Ueber die typischen Verschiedenheiten der Windungen der Hemisphären und über die Lehre von Hirngewicht. Goettingue. 1860.

(21) Davis, B. — Contribution towards determining the weight of the brain in different races of man. 1868.

(22) Wilson, D. — Brainweight and size in relation to relative capacity of races. 1876.

(23) Pozzi, S. — Du poids du cerveau suivant les races et suivant les individus. Revue d'anthropologie. 1878.

(24) Le Bon, G. — Recherches anatomiques et mathématiques sur les lois des variations du volume du cerveau et sur leurs relations avec l'intelligence. 1870.

(25) Bloch, A. — L'intelligence est-elle en rapport avec le volume du cerveau? 1885.

Se a tudo isto acrescentamos, que as faculdades inteletuais e morais são características do homem, deveremos admitir que todos os homens constituíram sempre, no tempo e no espaço, uma só espécie.

Estabelecida a unidade da espécie humana, devemos investigar qual seja o lugar da Terra que deve ser considerado como berço do gênero humano.

Antes de mais nada, é indiscutível que os americanos precolombianos chegaram às costas da América oriundos da Ásia ou da Oceania, e que os habitantes da Polinésia são originários dos arquipélagos orientais da Ásia.

Eletivamente, segundo Bancroft ⁽²⁶⁾, desde 1852 até 1875 recolheram-se nas costas da Califórnia 28 navios asiáticos, entre os quais somente 12 estavam vazios. Desde 1872 até 1876, 49 juncos chineses foram arrastados pelas correntes oceânicas: 19 chegaram até as Ilhas Aleutas, 10 tomaram terra na Alaska, 3 aportaram nos Estados-Unidos e, finalmente, 2 arribaram às Ilhas Sandwich. E' muito provável que o acontecido nestes últimos tempos, também se deu antes de 1492, ficando assim explicada a existência do Americano no Novo-Mundo antes do descobrimento de Colombo. Confirma este asserto, a analogia entre os monumentos arqueológicos da América e os da Ásia.

Por outra parte, já em 1866, De Quatrefages demonstrou ⁽²⁷⁾ que os habitantes da Polinésia, originários dos arquipélagos orintais da Ásia, estabeleceram-se primeiro em Samoa e Tonga, e, depois, pelos outros arquipélagos do Pacífico; constando que nenhuma destas migrações é anterior aos tempos históricos.

Finalmente, o mesmo De Quatrefages demonstrou que o berço da espécie humana deve ser colocado na Ásia, não muito longe do planalto central do Continente e perto da região das

⁽²⁶⁾ Bancroft — *The native Races of the Pacific States of North America*. New-York. 1875-1876.

⁽²⁷⁾ De Quatrefages, A. *Les Polynésiens et leurs migrations successives*. Paris. 1866.

nascentes de todos os principais rios que o sulcam pelo Norte, Este e Sul. Eis as palavras textuais do sábio antropólogo ⁽²⁸⁾:

“Os três tipos físicos humanos fundamentais, o Branco, o Amarelo e o Negro estão representados ao redor dêste planalto por elementos ora puros, ora mestiços. Pelo Norte e pelo Nordeste, estão espalhados os Amarelos, mais ou menos alterados pela mistura com os Brancos alófilos... Pelo Oeste, o mesmo tipo cruzou-se com os Brancos Arianos ou Semitas. Os Arianos pelo Sul e pelo Suloeste, os Semitas mais longe na mesma direção completam o cordão. Os Negros dispersos, freqüentemente cruzados com os Amarelos, algumas vezes com os Brancos, deixaram os seus vestígios em muitas partes: no Sul do Continente, nas Ilhas Bengalesas e mesmo no Japão.

Os três tipos ligüísticos, assim como também muitas línguas derivadas que servem para ligar os tipos primitivos entre si, estão representadas nas mesmas regiões. Pelo Oeste, pelo Noroeste, pelo Nordeste e pelo Este dominam as línguas aglutinantes pelo Sudeste, as línguas monossilábicas. O domínio das línguas de flexão começa pelo Suloeste e forma no Sul do Himalaia uma faixa, cuja posição quasi seria suficiente para indicar que ela é o resultado duma conquista. O centro também está ocupado pelos povos amarelos, provavelmente cruzados com os Brancos alófilos, pelo menos nalguns pontos, e que falam línguas aglutinantes ao Norte e línguas monossilábicas ao Sul. Nenhuma outra parte do Mundo apresenta cousa semelhante... Tudo é de molde a fazer admitir que os povos antigos nasceram na proximidade do grande maciço asiático, do qual irradiaram-se por tôdas as direções, levando consigo a forma da língua que tinham atingido”.

Conclusão.

O objeto da Ciência é saber. Saber é conhecer com certeza. O critério da certeza é a evidência. E' evidente tôda proposição que exclue qualquer dúvida.

O valor dos fatos citados nas considerações supra, depende

⁽²⁸⁾ De Quatrefages, A. — *Histoire générale des races humaines*. Paris, 1887.

da sinceridade e competência indiscutíveis das testemunhas citadas e que garantem a autenticidade e a integridade dos mesmos. Donde resulta a evidência das seguintes proposições:

1.^a A teoria de Ameghino sôbre a origem do homem deve regeitar-se por anti-científica.

2.^a A narração de Moisés sôbre a origem do homem está perfeitamente de acôrdo com as conquistas da Ciência hodierna.

3.^a A narração de Moisés sôbre a origem do homem não pode ser de origem ariana.

4.^a Javé manifestou a sua justiça sòmente quando a sua misericórdia não foi reconhecida.

5.^a Santo Tomaz de Aquino admite a criação especial do homem.

6.^a O Velho Testamento Bíblico não foi uma barreira para o Renascimento.

7.^a O primeiro par humano foi criado na Ásia.

Canoas, 15 de Outubro de 1836.

Uma instituição benemerita

por CELSO SCHRÖDER

Existem muitas vezes certas corporações tão estreitamente vinculadas à história de uma localidade que não se pode estudar proficientemente a evolução desta sem se acompanhar a daquela.

Nesse caso está a antiga e tradicional Loja Maçônica “Rocha Negra” ⁽¹⁾, uma das instituições de que São-Gabriel mais se orgulha. As atas das suas sessões, num período de 61 anos, constituem um elemento subsidiário de valor para se seguir o desenvolvimento da cidade, por ser desde 1873 um verdadeiro repositório de acontecimentos locais. Realizando-se as sessões, no mínimo, uma vez por semana, as respectivas atas, em número de quasi 5.000, assemelham-se, realmente, a uma crônica local, nelas se refletindo os acontecimentos que se desenrolaram na gleba ga-

(1) — Faz parte do arquivo da “Rocha Negra” um curioso documento firmado pelo General José Mariano de Matos, vice-presidente da República-Rio-grandense, de grande interesse para a época atual em que tanto se fala na comemoração do centenário da revolução farroupilha *) e são relembrados homens e fatos desse decênio épico.

O documento em apreço demonstra que o chefe farrapo era maçom de destaque, iniciado nos ritos escocês antigo e aceito e francês moderno, o que é, talvez, um indício veemente de que o movimento de 35 teve estreitas ligações com as sociedades secretas daquele tempo.

Como é sabido, em julho de 1839, Bento Gonçalves, levando Mariano de Matos em sua companhia, foi conferenciar em São-Gabriel com Bento Manuel Ribeiro. Nessa ocasião Mariano de Matos, que usava o nome simbólico de “Bruto”, iniciou nos mistérios maçônicos o fazendeiro Tomaz Ferreira Vale, conforme certifica o documento a que nos referimos e que é assim redigido:

*) Absoluta falta de espaço não nos permitiu publicar em tempo oportuno esta interessante colaboração, o que, só agora, podemos fazer (N. R.).

briellense. Vê-se por elas a época em que se fixaram na vida cittadina muitas figuras que nesta representaram papel de destaque, de onde foram originárias, a data do seu nascimento, etc. Acompanha-se depois a sua marcha pela vida, pelo registo em ata do regozijo causado pelas distinções obtidas na vida pública assim como os acontecimentos de ordem íntima ou afetiva como matrimônio e nascimento da prole e os transeos dolorosos por que passaram com a enfermidade e perda de entes queridos, até o seu

A' G.'. do S.'. Arch.'. do Univ.'.

A TT.'. NN.'. CC.'. II.'. espalhados pela Superfície da Terra
S.'. F.'. U.'.

Certifico que, attendendo ás boas qualidades e requisitos necessarios, que concorrem na pessoa do Prof.'. Thomás Ferreira Valle, natural da Freguezia da Eneruzilhada, Bispado do Rio de Janeiro, idade de 39 annos, Religião Catholica, Apostolica, Romana, e em virtude do meu Sub.'. G.'. e dos poderes, de que me acho revestido pelo G.'. Or.'. Bras.'. o iniciei Apr.'. Mag.'.; devendo dar a joia d'entrada na L.'. em que se houver de filiar. Em fé do que lhe dei o presente certificado; e para que este não possa servir senão ao dito L.'. Valle fis-lhe assignar seu nome a margem = Ne varietur = Rogo portanto a TT.'. os CC.'. II.'. o reconhecimento por tal, e lhe prestem tudo quanto nos assegura N.'. A.'. e R.'. O.'. Dado no remanso da Paz, em lugar vedado as vistas dos PProf.'. em S. Gabriel, Republica Rio Grandense, aos trez dias do 4.º mez do An.'. da V.'. L.'. de 5839.'.

José Marianno de Mattos (Bruto)
7.'. 18.'.

Thomas Ferr.^a Valle.

Como diversos membros da familia Vale, como os srs. Aníbal Ferreira Vale, Gabriel Ferreira Vale e Antônio Ferreira Vale, fizeram parte da Loja, é possível que algum dêles tivesse mandado guardar no arquivo da mesma o interessante documento da década farroupilha.

Esse Thomaz Ferreira Vale deve ser descendente de outro de igual nome, nascido em 1769, que vemos em armas, como soldado da 1.ª Companhia de cavalaria Ligeira, na guerra de 1777, depondo no processo contra Rafael Pinto Bandeira em 1778 (Revista do Museu e Arquivo Público, n.º 23, pag. 287), recebendo em 1815 do Marquês de Alegrete um campo, com uma légua de frente por 3 de fundo, em Itapororó, ao sul do rio Ibicuí, no atual município de Alegrete, possuindo, em 1816, outro campo, já Major (Sargento-Mor), junto à estância de São-José na Coxilha da Linha Divisória, atual município de São-Gabriel, e com o nome de Coronel Thomaz, vendo pernoitar em sua estância, na noite de 26 para 27 de fevereiro de 1827, o 1.º Corpo do Exército Argentino, comandado pelo General João Antônio Lavalleja, que vinha em marcha do campo de batalha de Ituzaingo para a povoação de São-Gabriel.

desaparecimento para os domínios do Além, comemorado com imponentes sessões fúnebres, acompanhando-se, também, pela cerimônia da adoção de “lowtons”, o desenvolvimento de sua descendência.

Ainda pelas atas, pode-se fixar a estadia na cidade de visitantes ilustres, que eram cumprimentados, quando maçons, por comissões designadas pela Loja, assim como as viagens e transferência de residência de associados desta, pelas despedidas que apresentavam em sessão.

Fundada em 29 de junho de 1873 por pessoas de relêvo social, como o dr. Jônatas Abbott, Sebastião Barreto Pereira Pinto Filho (filho do Marechal Sebastião Barreto), Antônio Joaquim Pereira Coimbra, Manuel Ribeiro Baltar, Antônio Pinto Palmeiro da Fontoura, Francisco Ernesto da Silva Chaves, Clemente José Vieira, Angélico José de Barros, Joaquim Eleutério de Almeida Peres, Agostinho Lopes Nunes e Pedro Ferrão de Farias, tem a “Rocha Negra” visto passar pelo seu quadro social, em seus 61 anos de existência, o elemento mais representativo da sociedade gabrieliense. Basta dizer que nesse espaço de tempo nada menos de 603 associados tem tido a Loja, tendo adotado como “lowtons” ou filhos adotivos, 310 crianças, das quais muitas alcançaram mais tarde postos de realce como os Generais João e Jônatas Borges Fortes, o desembargador Anápio Jobim, os drs. Luiz e Lino Moreira (êste último, genro do dr. Pedro de Toledo), os Coronéis Epaminondas de Lima e Silva, Godofredo de Vargas Vasconcelos e Outubрино Pinto Nogueira, o sr. João Carlos de Soveral (de que foi padrinho o Marechal Barão de Batoví), etc. Entre os associados vêem-se os nomes do Conde de Porto-Alegre (Marechal Manuel Marques de Souza), do Barão de Candiota Luiz Gonçalves das Chagas), do Barão de Irapuá (José Luiz Cardoso de Sales), dos comendadores Francisco Martins da Cruz Jobim e Emídio José Lino Moreira, dos Marechais Manuel Deodoro da Fonseca, Francisco de Lima e Silva, João Vicente Leite de Castro, Celestino Alves Bastos e Carlos Frederico de Mesquita, dos Generais Benjamin Pereira Monteiro, Donaciano de Araujo Pantoja, Irineu Catão Mazza, João Leocádio Pereira de Melo, João Manuel de Campos Souza, João Pacheco de Assís, Joaquim Gomes da Silva, Firmo Augusto Davi, Jorge Diniz de Santiago,

José Pantoja Rodrigues, Marcionilo Gonçalves Barroso, Napoleão Felipe Aché e Zózimo Alves da Silveira, dos Coronéis Antônio Fernandes Barboza, e Franklin de Menezes Dória, do Major João Horácio da Silva Paranhos (filho do Visconde de Rio Branco), dos drs. Augusto Álvares da Cunha (genro do Conde de Pôrto-Alegre), Fernando Abbott, João Abbott, Francisco Belagamba, João Pereira da Silva Borges Fortes Filho, José Batista Rodrigues Pereira, Adolfo Costa da Cunha Lima, José Zeferino da Cunha, Antônio Húngria Rogick de Andrade, Antonino Machado, Heitor Pereira de Nonoai e Argimiro Zimmermann, do Deputado Pedro Manta, e de Fileto da Cunha Ramos, Gabriel Borges Fortes, José Gonçalves de Almeida, José de Souza Brasil (tronco da importante família Assis Brasil), Tomaz Borges Fortes, Artur Baltasar da Silveira, João Pedroso Barreto de Albuquerque Sobrinho, João Batista Rodrigues Pereira, Nataniel Cardoso da Cunha, Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros Oliveira, etc., etc.

Hoje que tanto se fala no antagonismo entre o clero católico e a instituição maçônica, achamos interessante relembrar dois fatos que vão de encontro a essa asserção.

O primeiro é que nada menos de quatro sacerdotes católicos fizeram parte da “Rocha Negra”, a saber: O Padre Joaquim Veríssimo dos Anjos, de 1876 a 1878, o Padre Leonardo Felipe Fortunato, de 1889 a 1891, o Cônego Domingos Antônio Hipólito de Jaimes, de 1891 a 1900 e o Padre Tancredo Frederico Blotta, de 1919 a 1924, devendo-se notar que somente o último ingressou na Maçonaria depois de deixar a batina.

O segundo fato é o seguinte: As obras da construção da Igreja Matriz de São-Gabriel foram muito morosas, tendo ficado estacionárias diversas vezes, por deficiência de recursos. Apesar de ter sido lançada a pedra fundamental em 14 de março de 1863, sendo a primeira argamassa posta pelo Barão de São-Gabriel (Marechal João Propício Mena Barreto) e pelo Barão de Cambaí (Antônio Martins da Cruz Jobim), em 1878 achava-se o serviço suspenso pelo motivo apontado, quando na sessão realizada em 1.º de outubro desse ano, resolveu a “Rocha Negra” que o produto da coleta costumeira das sessões, angariada no decurso de dois meses, fôsse destinado a auxiliar o prosseguimento da cons-

trução do templo católico e que cada maçom ficasse munido de uma lista para conseguir donativos para o mesmo fim. Compulsando-se as atas subseqüentes, vê-se que as listas já acusavam em 19 de novembro um total de Rs. 1:300\$000, quantia avultada para a época, fora o material de construção oferecido, registando-se ainda, em 21 de janeiro de 1879, a oferta de Rs. 200\$000 feita pelo associado da Loja, dr. Augusto Álvares da Cunha, permitindo êsses recursos o reinício, em 27 do mesmo mês, das obras da Igreja, que foram, como se vê, custeadas, nessa fase da construção, por importâncias angariadas pela Maçonaria.

Outro fato interessante da crônica social da “Rocha Negra” é ter sido essa Loja quem iniciou na Maçonaria o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, que era então Coronel Comandante do 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo, a tradicional unidade de nosso Exército que tanto se distinguiu em Tuiuti sob o comando de Mallet e que aquartelou em São-Gabriel desde 1831 até 1925. Esse acontecimento teve lugar em 20 de setembro de 1873, tendo sido companheiros do futuro proclamador da república nessa iniciação os então Capitães João Vicente Leite de Castro, Antônio Fernandes Barboza e Idalino Favorino Vilaça, o Alferes Cândido Marques da Rocha e os srs. Augusto Fayett, Tomaz Borges Fortes, Fiufo Francisco Gonçalves e Gaspar Ferreira Cardoso. Deodoro demonstrou sempre pela “Rocha Negra” a maior dedicação e afeto. Para comprová-lo basta lembrar que em sessão de 18 de janeiro de 1876 ele próprio relatou em Loja que indo servir temporariamente, já General, na guarnição de Livramento, foi convidado para ingressar na Loja “Caridade Santanense” e assumir nela o cargo de Venerável, o que não aceitou, pedindo que não lhe dessem o desgosto de ver o seu nome excluído do quadro de sócios de sua querida “Rocha Negra”.

Porém o fato culminante da história da “Rocha Negra” é sem dúvida alguma o seu empenho em prol da extinção da escravidão no município de São-Gabriel, destacando-se pelo assinalado papel que desempenhou na campanha abolicionista.

Desde o início da Loja, manifestaram os seus componentes decidido pendor pela causa emancipadora, tendência essa que ela procurou estimular, premiando com louvores, aplausos e elevações de grau aos seus obreiros que alforriavam escravos. Basta ma-

nusear as atas dessa época para se verificar a exatidão dessa afirmativa e é o que vamos fazer nesta singela narrativa, retirando do olvido atos nobilitantes dos nossos antepassados.

Por ocasião da solenidade da regularização da Loja pela comissão presidida pelo Marechal Conde de Porto-Alegre, em 15 de setembro de 1873, o dr. Jônatas Abbott libertou um escravo, o mesmo fazendo o sr. Sebastião Barreto Pereira Pinto Filho, e em 26 do mesmo mês o sr. Luiz Gonçalves das Chagas, Barão de Candiota, em regozijo pela sua regularização junto à Loja, declarou libertar dois escravos, fato este que, levado pelo Conde de Pôrto-Alegre ao conhecimento da Grande Loja Provincial, determinou congratulações desta com a "Rocha Negra".

No seguinte mês de outubro, a 23, os srs. Hipólito Simpliciano Guterres e Germano Fayett, em sinal de regozijo pela sua iniciação na Loja, libertaram, cada um, um escravo, e em 4 de novembro, por ocasião de se filiar na Loja, alforriou uma escrava o sr. Bernardino de Oliveira Pôrto.

Continuando a nossa digressão pelas atas, vemos em 28, ainda de novembro, o sr. João Batista de Mascarenhas libertando um escravo no dia de sua iniciação, tendo idêntico gesto de humanidade por ocasião da inauguração do novo Templo da Loja, ocorrida em 10 de fevereiro de 1874.

Dias depois, a 17 de fevereiro de 1874, o sr. João Batista Rodrigues Pereira alforriou uma escrava, como demonstração de júbilo pela iniciação nos mistérios maçônicos do seu filho dr. José Batista Rodrigues Pereira.

Antes de findar o mês, em 27, o sr. Manuel Bento de Miranda solenizou a sua admissão com a libertação de uma escrava e em 8 de maio vemos o sr. Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros e Oliveira dizer que tendo de se retirar da cidade Madame Berchon, proprietária de uma criança escrava, ficaria esta separada de sua mãe, que já era liberta, pelo que propunha que se destinasse à alforria do pequeno cativo o produto da coleta costumeira de três sessões seguidas, devendo o que faltasse ser completado pelos fundos do Tronco de Solidariedade, o que foi feito, tendo o sr. Ismael Meyer contribuído com Rs. 100\$000 e o Barão de Candiota com Rs. 50\$000, quantias apreciáveis nesse tempo, em que era grande o valor aquisitivo da nossa moeda, sendo

Rs. 10\$000 o equivalente da libra esterlina. Com os fundos angariados, a Loja libertou não só esse pequeno, como um seu irmão menor.

Em 25 do citado mês de maio de 1874, o dr. Jônatas Abbott, em bela peça oratória, disse que era necessário dar emprêgo e trabalho aos filhos de escravos livres e lembrou a conveniência da Loja encomendar para a Europa um ou dois teares e bem assim um mestre tecelão. Essa idéia encontrou guarida e em 29 de setembro foram designados para constituir a comissão encarregada de tratar da insalação da oficina de tecelagem, os srs. Francisco Ernesto da Silva Chaves, Manoel Ribeiro Baltar e João Bento Pereira Soares, comissão essa que em 13 de outubro solicitou determinada quantia para dar início ao projetado tear. Em 17 de novembro consta em ata que a Loja ia ofertar diversas toalhas de algodão, nele preparadas, para serem vendidas em um leilão que se realizaria em benefício da Santa Casa de Caridade e a 18 de dezembro sabemos que foi nomeado para fazer parte da comissão diretora o sr. Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros e Oliveira.

Os obreiros da Loja trataram de incentivar a indústria têxtil, registrando-se em 5 de janeiro de 1875 a oferta, feita pelo sr. Francisco Martins de Oliveira Jobim, de 60 quilos de lã para o tear. Em sessão de 19 de janeiro foi lido o relatório da comissão, sendo esta encarregada de redigir também um regulamento e em 20 de abril, tendo se exonerado dela o sr. Manuel Ribeiro Baltar, foram incluídos na referida junta os srs. Augusto Fayett, Cândido Silvestre de Santa Ana e Joaquim Eleutério de Almeida Pères.

No decorrer do ano de 1875, em sessão de 24 abril, ainda se registou a libertação de mais uma escrava, feita pelo sr. Manuel Ribeiro Baltar, e a 3 de setembro declarou a Loja solenemente que não seriam iniciadas pessoas que se dedicassem ao comércio de escravos.

Em sessão de 4 de abril de 1877 prestou a Loja uma homenagem a uma distinta senhora, d. Maria das Mercês Barboza, que teve o generoso gesto de libertar uma escrava em sinal de regozijo pela instalação em Livramento da Loja "Caridade Santanense".

O tear instalado para dar emprêgo aos filhos de escravos, parece ter ido em decadência. Em 15 de maio de 1877 ainda se vê a apresentação das contas da tecedura, mas a 9 de outubro já surge a proposta de se transformar a oficina em asilo de órfãos e no mês seguinte, a 20 de novembro, foi proposto o estabelecimento, em sua substituição, de uma fábrica de charutos e o cultivo do tabaco. Nas atas subseqüentes um significativo silêncio demonstra o fim que teve o generoso empreendimento, iniciado em 1874 com tão boas intenções e que não poderia frutificar por falta de recursos, de obreiros e de mercado.

Em 24 de junho de 1880 resolveu a Loja, por proposta do sr. José Narciso Antunes, que o produto da coleta desse dia de festividade maçônica, dedicado a São-João, o padroeiro da Maçonaria, fôsse dado a um escravo do sr. Pedro Vinadé para auxiliar a compra de sua liberdade.

Passam-se depois alguns anos em que parece dormitar o anelo abolicionista dos obreiros da “Rocha Negra”, porém esse repouso nada mais era do que um armazenamento de energias que, deflagradas, iriam dar por terra, definitivamente, com a negregada instituição servil na bela comuna gabriellense.

Efetivamente, em 5 de setembro de 1884, o sr. Gaspar Ferreira Cardoso declara em sessão libertar dois escravos em homenagem à data da emancipação política de nossa Pátria e nessa mesma sessão o dr. Fernando Abbott faz diversas apreciações sobre o movimento abolicionista, no que foi secundado pelo Venerável da Loja, Major Bráulio Fernandes Pessoa, o qual terminou designando os srs. Tenente-Coronel Francisco de Lima e Silva (depois Marechal), dr. Fernando Abbott, Manuel Ribeiro Baltar, Bento Rodrigues Salazar, Ismael Meyer, Máximo Irigaray, Carlos Cândido Pereira, Gaspar Ferreira Cardoso, Emídio José Lino Moreira, Sebastião Mena Barreto e João Pedroso Barreto de Albuquerque Sobrinho para, reunidos, na residência do segundo deles, assentarem os meios mais convenientes para se conseguir a libertação dos escravos existentes na cidade.

Lançaram-se esses beneméritos obreiros, com a maior decisão, em sua meritória tarefa e agindo amistosamente junto aos proprietários de escravos, com maneiras persuasivas e convincentes, foram, por toda a parte, triunfando e em 10 do mesmo mês

achava-se a zona urbana com todos os seus cativos em liberdade, sendo proposto em Loja a elevação de grau aos srs. João Pedroso Barreto de Albuquerque Sobrinho, Sebastião Mena Barreto e Máximo Irigaray em atenção aos bons serviços prestados à causa abolicionista. Nessa mesma sessão de 10 de setembro o dr. Fernando Abbott exaltou a bela atitude assumida pela Loja e propôs que fôsse nomeadas comissões que agissem também na campanha do município com idêntico fim.

Foram então designados para constituírem comissões os seguintes srs.: no 1.º distrito — Sebastião Mena Barreto e Almanzor Cuello, no 2.º distrito — Carlos Cândido Pereira, Luiz Pereira de Lima e João Manuel de Ataíde, no 3.º distrito — Máximo Irigaray e Jônatas Ribeiro Baltar, encarregando-se o sr. Bráulio Fernandes Pessoa de conseguir que os srs. Damião Coelho de Moraes e José Gomes de Andrade, também maçons, prestassem o seu auxílio no 1.º distrito, tendo a Loja — respondendo a uma interpelação do dr. Fernando Abbott, — resolvido que se aceitasse a cooperação de elementos estranhos à Maçonaria.

Em 12 de setembro tomou a Loja conhecimento de um telegrama em que a sua co-irmã “Luz e Ordem”, de Pôrto-Alegre, congratulava-se pelo movimento emancipador promovido em São-Gabriel pela “Rocha Negra” e nesse mesmo dia o Venerável Bráulio Fernandes Pessoa, no intuito de apressar a libertação integral, acrescentou às comissões os srs. Fiuco Francisco Gonçalves e Juvêncio Zobaran.

Desejando a Loja comemorar festivamente em 28 de setembro, data da Lei Rio Branco, a emancipação total dos escravos do município, incumbiu no dia 15 os srs. Delfino José Martins da Rosa, Manuel Francisco Pereira e José Joaquim de Farias Nascimento do preparo externo do edifício social enquanto os srs. Manuel Antônio Nunes, Franklin de Menezes Doria e Joaquim Gonzaga Marques Pôrto se encarregariam da ornamentação interna.

Reunida em 26 de setembro, recebeu a Loja, remetidas pelo sr. Juvêncio Zobaran, 85 cartas de alforria, pelo srs. Máximo Irigaray e Jônatas Ribeiro Baltar 33 cartas e pelos srs. Sebastião Mena Barreto e Almanzor Cuello 6 cartas, e em sessão realizada no dia seguinte, 27, recebeu do sr. Carlos Cândido Pereira,

encarregado de agir no 2.º distrito, mais 190 cartas de liberdade, declarando êsse senhor ter sido coadjuvado pelos maçons Luiz Pereira de Lima, Eduardo Bica Filho, Joaquim Soares de Menezes e João Manuel de Ataíde e por dois estranhos à Ordem, dr. José Maria Gonçalves das Chagas e sr. Manuel Albino do Monte.

Raiou finalmente o dia 28 de setembro de 1884, em que teve lugar a sessão magna de festividade promovida pela “Rocha Negra” com a presença de maçons, visitantes e exmas. famílias. Nela foi lido um telegrama do Barão de Sobral, José Júlio de Albuquerque Barros, presidente do Rio-Grande-do-Sul, em que o primeiro magistrado da província congratulava-se jubiloso com os srs. Bráulio Fernandes Pessoa, dr. Fernando Abbott e Vitor Barreto de Oliveira e com o patriótico povo gabrielense, pelo magnífico triunfo alcançado em bem da civilização e para a glória da Nação Brasileira com a pronta e gloriosa emancipação dos cativos do município.

Uma comissão de “lowtons” da Loja introduziu no Templo 61 libertandos, os quais, depois de assistirem ao hino da “Rocha Negra”, cantado pelo belo sexo e por obreiros da Loja, receberam suas cartas de liberdade e, de joelhos ante o altar, com as mãos sôbre a Bíblia e a espada flamígera, declararam solenemente: “Juramos, perante Deus e nossos concidadãos, sermos honrados e amantes ao trabalho, diligenciando sermos úteis à Sociedade e à Pátria.”

Depois de serem distribuídas flores às famílias presentes, discursou o Venerável Bráulio Fernandes Pessoa, rememorando a campanha empreendida pela “Rocha Negra”, terminada naquele dia, com o regresso das comissões rurais, depois de se conseguirem, ao todo, na cidade e fora dela, 900 cartas de alforria, pedindo que fôsse registados em ata os nomes dos maçons que as compunham e que eram: na cidade — Bráulio Fernandes Pessoa, Ismael Meyer, Gaspar Ferreira Cardoso, Bento Rodrigues Salazar, Manuel Ribeiro Baltar, Vitor Barreto de Oliveira, dr. Fernando Abbott, Tenente-Coronel Francisco de Lima e Silva e João Pedro Barreto de Albuquerque Sobrinho; no 1.º distrito — Fiuoso Francisco Gonçalves, Juvêncio Zobaran, e José Gomes de Andrade; no 2.º distrito — Carlos Cândido Pereira, Luiz Pereira de Lima, João Manuel de Ataíde e Joaquim Soares de Menezes;

no 3.º distrito — Máximo Irigaray e Jônatas Ribeiro Baltar; no 4.º distrito — Sebastião Mena Barreto, José Narciso Antunes e Almansor Cuello. Finalizou o Venerável Bráulio a sua eloquente oração incitando os libertos presentes a serem sempre amigos do trabalho e da honra e inimigos do vício.

Pronunciou excelente discurso. ~~alusivo~~ ^{alusivo} ao ato, o dr. Fernando Abbott, tendo o sr. Carlos Cândido Pereira recitado uma poesia análoga e feito uso da palavra também o maçom visitante dr. Eduardo de Lima.

Terminada a festividade, foram as famílias e visitantes homenageados com doces e líquidos na Sala dos Passos Perdidos.

A Loja propôs a elevação de grau aos srs. Francisco de Lima e Silva, Juvêncio Zobaran, Emídio José Lino Moreira, Fiuso Francisco Gonçalves, José Narciso Antunes, Máximo Irigaray e Almansor Cuello pelos relevantes serviços prestados à causa emancipadora.

Ao saber da libertação dos escravos da cidade, os altos poderes maçônicos do Rio-de-Janeiro, à frente dos quais se achava o Marechal Francisco José Cardoso Junior, conferiram à “Rocha Negra” o título de Benemerita da Ordem.

Ao desentranhar dos arquivos poeirentos do passado êsses episódios reveladores da ténpera de aço dos pioneiros da cruzada redentora de 1884, desejamos, antes de terminar, prestar nestas linhas o nosso tributo de veneração e saudade aos eméritos lutadores do bem que já se transportaram aos domínios do Além e o nosso preito de respeito e admiração aos sobreviventes dessa falange de abnegados, que conseguiu lavar São-Gabriel da mancha escravagista quatro anos antes da Lei Áurea de 13 de maio.

Êsses sobreviventes são: o sr. Sebastião Mena Barreto, fazendeiro residente em São-Gabriel e o maior proprietário de terras do município, pois possui 214 quadras de sesmaria de campo, pertencente à tradicional família Mena Barreto, sendo filho do Marechal João Propício Mena Barreto, Barão de São-Gabriel, e neto do Marechal João de Deus Mena Barreto, Visconde de São-Gabriel; o Coronel José Narciso Antunes, que ~~exerceu~~ ^{exerceu} diversas vezes o cargo de Intendente do município de São-Gabriel e é filho do chefe farroupilha José Narciso Antunes da Porciúncula, parente e ajudante de ordens de Bento Gonçalves; o Major Bráulio Fer-

nandes Pessoa, veterano da campanha do Paraguai, a quem a “Rocha Negra” deve inestimáveis serviços e que atualmente reside em Pôrto-Alegre.

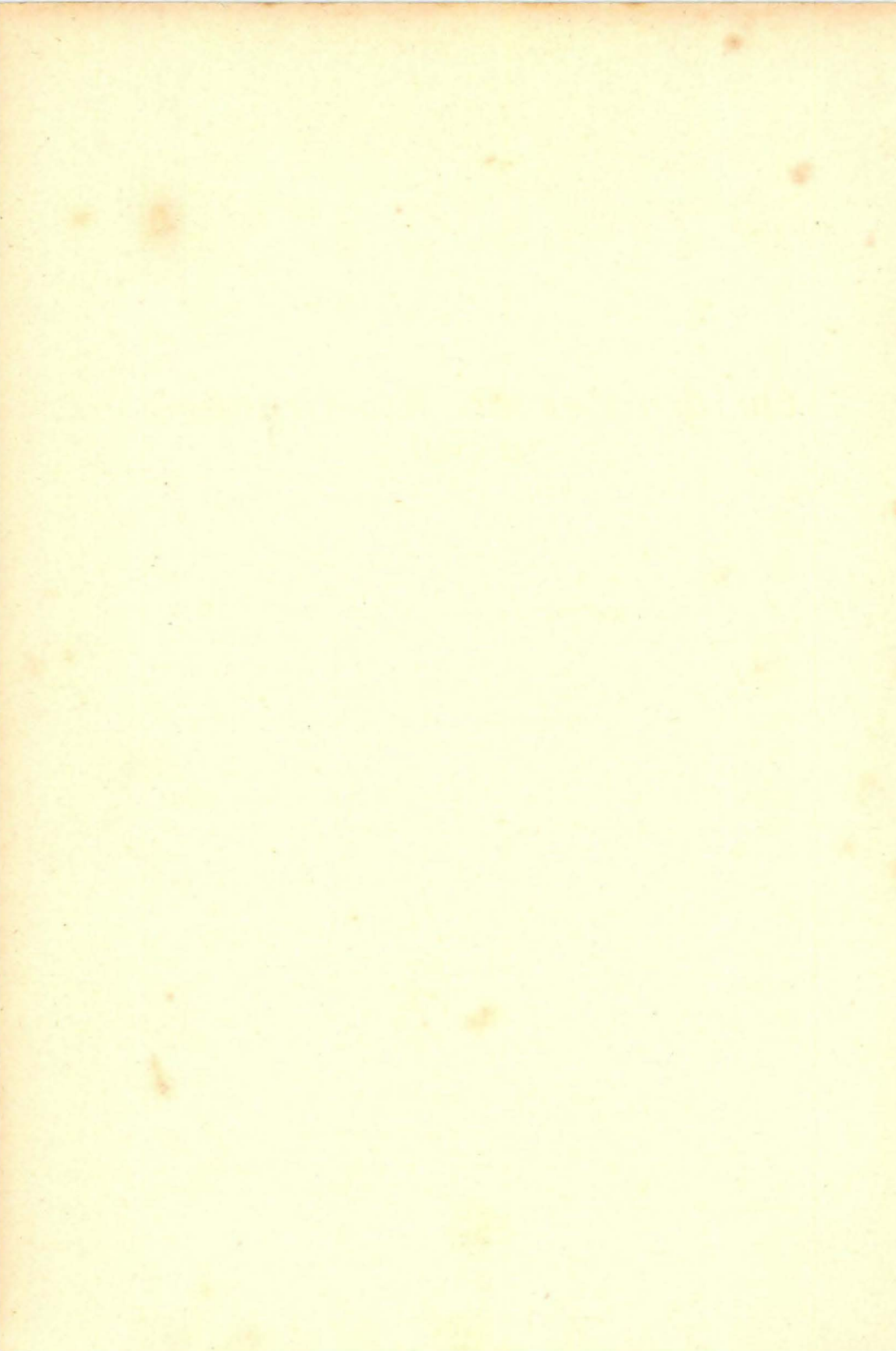
Antes de terminar esta despretensiosa narração de ocorrências locais ligadas à Loja “Rocha Negra”, desejamos recordar mais um fato, sucedido por ocasião da guerra civil que devastou o Estado em 1893/1895. Em 3 de dezembro de 1893, vendo-se São-Gabriel abandonada pelas forças militares e policiais, autoridades civis e grande número de famílias, ficando ainda na cidade, sòmente durante êsse dia, um piquete das forças legalistas, comandado pelo Major Amâncio Guedes, reüniram-se na sede da Loja 92 cidadãos, sendo aclamado presidente da assembléia o sr. Manuel Pinto da Costa Brandão Júnior e secretário o sr. Júlio Napoleão dos Santos. Depois de amplamente debatida a situação, resolveram os presentes tomar medidas que garantissem a ordem e as suas famílias contra a eventual incursão de bandos armados, formados com o intuito de pilhagem por desertores das duas facções políticas em luta e que constavam existir nas proximidades da cidade. Foi então eleita uma Comissão Directora, composta dos srs. Propício Afonso Mena Barreto, Perciliano de Faria Corrêa e Graciano da Costa Pacheco, sendo designados suplentes os srs. Numa Pompílio Pires e Timóteo de Faria Corrêa e resolvido que 50 dos presentes pernoitassem naquela data na Associação Literária, sob a direção do sr. Propício Afonso Mena Barreto, e que no dia seguinte fôssem êles substituídos pelos restantes.

No dia 4, a Comissão Directora, achando prejudicial o agrupamento de tanta gente armada, organizou um piquete de 15 homens, subvencionado pelo comércio e particulares, sob o comando do Capitão Perciliano de Faria Corrêa, para patrulhar a cidade, ficando a guarda da campanha a cargo dos srs. José Maria Fagundes, Gabriel Coelho de Moraes, José Antônio da Silva Belico e Galdino Neves da Silva, que para tal fim organizaram pequenas patrulhas.

Nova reunião realizou-se na Loja no dia 5, com a presença de 27 cidadãos, presidida também pelo sr. Manuel Pinto da Costa Brandão Júnior, e nela exonerou-se a Comissão Directora da missão que lhe fôra confiada, explicando os motivos por que o fazia,

ficando resolvido que o Capitão Perciliano de Faria Corrêa continuasse com o patrulhamento a seu cargo, sob as ordens do dr. Tito Prates da Silva, Juiz de Comarca e única autoridade que ficara na cidade.

Não sendo nosso desejo alongarmo-nos demasiado nesta narrativa, vamos encerrar esta com a enumeração dos prestimosos cidadãos que têm exercido o espinhoso cargo de Venerável da Loja “Rocha Negra”, os quais são os seguintes: Dr. Jônatas Abbott, Sebastião Barreto Pereira Pinto Filho, Coronel Antônio Fernandes Barboza, Manuel Ribeiro Baltar, Artur Rodrigues da Silva Lopes, Major Bráulio Fernandes Pessoa, Gaspar Ferreira Cardoso, dr. Francisco José Simch, Júlio Napoleão dos Santos, José Ferreira Cardoso, Guilherme Waltzer, João Pires da Silva, Tertuliano de Vasconcelos Machado, Alexandre Antônio de Almeida, Antônio Cândido da Silveira, Abel Corrêa da Silva, dr. Egídio Tito de Almeida Souza, Tenente-Coronel Jerônimo iPres Missel, Major João Rodrigues de Abreu, dr. Breno Brandão Fischer, João Pedro Sclowitz e Manuel Pais Vieira.



Os dragões do Rio-Grande-do-Sul

VALTER SPALDING

I

Pelo ano de 1690, mais ou menos, foi que começaram, intrépidos lagunistas, a percorrer o “vasto deserto” que ainda era, nesse tempo, a capitania d’El-Rei, o Rio-Grande-do-Sul, estabelecendo-se aqui, ali, acolá, formando êsses pequenos feudos, — as estâncias, — que tanta influência tiveram na vida desta gleba ⁽¹⁾ que muitos ainda teimam em dizer castelhana ⁽²⁾.

Mas sòmente em 1737 foi que a Côrte deu ao Rio-Grande-do-Sul um govêrno militar, com a fundação do presídio **Jesús Maria José**, na praia do Rio-Grande, pelo sargento-mor de batalha José da Silva Pais.

A origem dessa fundação bendita, foi a tão disputada Colônia-do-Sacramento, que tanto sangue e tanto dinheiro custou.

Governava-a Antônio Pedro de Vasconcelos que, premido pelas armas espanholas solicitara socorro à Côrte. Esta, atendendo-o, enviou uma expedição composta das galeras **Leão Dourado**, com a invocação de N. Sra. de Nazaré, em que vinha Pais, e **Bonita**, com a de N. Sra. da Madre de Deus; a balandra d’El-

⁽¹⁾ — Veja-se nosso A ESTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO RIO-GRANDE, in A LUZ DA HISTÓRIA (1.^a série).

⁽²⁾ — Defendem essa erradíssima tese o Sr. Alfredo Varela que, em suas obras DUAS GRANDES INTRIGAS, POLÍTICA BRASILEIRA, REVOLUÇÕES CISPLATINAS e HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO, só falta dizer que o próprio ar que respiramos é castelhano, e o Sr. Basílio de Magalhães, baseado em Varela.

Rei, com a de N. Sra. da Conceição, o bergantim **Bichacadela**, com a de N. Sra. da Piedade; e as corvetas **São Francisco Xavier** e **Santana** ⁽³⁾. Trazia essa expedição a seu bordo um comissário de mostras, um tesoureiro da Real Fazenda, 1 ajudante, 3 capitães, 3 alferes, 7 sargentos, 90 infantes do Rio-de-Janeiro, 56 da Baía, 37 dragões, 37 artilheiros e diversas praças, perfazendo ao todo 254 homens, além de marinheiros e outras pessoas, e o comandante da expedição, sargento-mor de batalha José da Silva Pais.

Foi esta a gente que, a 19 de fevereiro de 1737, desembarcou na barra do Rio-Grande, fundando, logo na entrada, na própria praia, o presídio militar.

Fundado o presídio, ficou Silva Pais comandando-o e, ao mesmo tempo, nomeado Governador Militar da Capitania.

Providencial, sem dúvida, foi essa nomeação, pois Silva Pais exerce, desde logo, grande atividade para que o Rio-Grande seja, enfim, povoado, o que consegue depois de alguma luta, se bem já um ano antes, isto é, ao partir com a expedição destino à Colônia-do-Sacramento, lhe fôra recomendado por Gomes Freire de Andrade, cumprindo ordens de D. João V, o povoamento do Rio-Grande ⁽⁴⁾.

Organizado o presídio e o governo militar em pleno funcionamento já, recebe Silva Pais, depois de ter escrito a Gomes Freire ser necessário que todos, no Rio-Grande, saibam andar a-cavalo ⁽⁵⁾, ordem de organizar um novo corpo de dragões ⁽⁶⁾.

⁽³⁾ — Alfredo Ferreira Rodrigues, O PRESIDIO DO RIO-GRANDE, in Almanaque Literário e Estatístico do Rio-Grande-do-Sul, Ano 1895. — Veja-se também: General Borges Fortes, O BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAIS E A FUNDAÇÃO DO RIO-GRANDE, Porto-Alegre, 1933 (Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul).

⁽⁴⁾ — Carta de 23 de maio de 1736.

⁽⁵⁾ — Nessa carta datada de 21 de março de 1737, diz Silva Pais a maioria dos cavalos comprados são redomões, sendo “preciso amansá-los, muito mais para os nossos soldados que não estão acostumados a montar, por cuja razão estão caindo sempre que o fazem”, etc. (Cit. por Aurélio Pôrto in O REGIMENTO DE DRAGÕES DO RIO-PARDO).

⁽⁶⁾ — Carta de Gomes Freire, de 28 de abril de 1737, a Silva Pais, in General Borges Fortes, obra citada, na qual se lê o seguinte: “S. M. foi servido determinar se formasse um novo corpo de Dragões para a

Começa, então, a história dos célebres “Dragões do Rio-Grande”, transferidos, mais tarde, para Rio-Pardo, como veremos.

II

OS DRAGÕES DO RIO-GRANDE

Trinta e sete foram, conforme vimos, os primeiros dragões vindos ao Rio-Grande-do-Sul, na expedição de José da Silva Pais.

Aumentou, depois, o seu número com novas levas de soldados escolhidos vindos de outras províncias, especialmente da Baía, tendo o sargento-mor Manuel de Barros Guedes trazido 120, de uma só vez ⁽⁷⁾.

Barros Guedes, que embarcara no Rio-de-Janeiro a 25 de maio, sòmente chegou ao Rio-Grande em princípios de 1738, quando já comandava o presídio e governava a capitania o coronel André Ribeiro Coutinho.

Mas quem organizou, realmente, o glorioso regimento dos Dragões, foi o coronel Diogo Osório Cardoso, tronco da família Osório no Rio-Grande-do-Sul.

Estava o coronel Diogo Osório na Colônia-do-Sacramento, onde aportara a 1.º de setembro de 1738, com o fim de lá organizar, também, um regimento de dragões. Mas tudo, na Colônia, era difícil, dificultando ainda mais essa organização o tratado de Paris, de 26 de março dêsse ano, que determinava ficassem as cousas como estavam até que emissários especiais de Portugal e Espanha tratassem do assunto de limites, etc.

Porisso, a 21 de outubro, escreveu o Governador da Colônia, Antônio Pedro de Vasconcelos a Gomes Freire, dizendo que, devido a falta de cavalos e terreno, só ficava o recurso de se formar

Praça da Colônia de 8 companhias a 70 cavalos, manda coronel, alguns capitães e subalternos em uma nau de guerra e nas duas galeras os quais espero brevemente: foi nomeado tenente-coronel o capitão José de Moraes sargento-mor o capitão Manuel de Barros Guedes”, etc.

(7) — A 11 de maio escrevia Gomes Freire, pelo próprio Barros Guedes: “Parte o sargento-mor Manuel de Barros Guedes. Leva em sua companhia cento e vinte soldados, escolhidos para montarem Dragões e o maior número dêles muito por sua vontade”. (Cit. pelo general Borges Fortes, ob. cit.).

no Rio-Grande o tal regimento, conforme, aliás, já lho havia manifestado ⁽⁸⁾.

A-pesar-disso ficou Diogo Osório até fins de fevereiro na Colônia. Em março desse ano de 1738 chegou, finalmente, ao Rio-Grande, “com o efetivo completo de oficiais e praças” ⁽⁹⁾, e dá imediata organização ao Regimento.

Com Diogo Osório, entre os oficiais, vieram dois alferes — Francisco Barreto Pereira Pinto e Francisco Pinto Bandeira — que exerceram, mais tarde, grande influência na agitada vida do Rio-Grande daqueles tempos.

Barros Guedes, além dos 120 soldados escolhidos, trazia 67 pessoas de casais, que formaram a povoação em torno do presidio iniciado por Silva Pais e terminado por Ribeiro Coutinho, com o material que esse mesmo Barros trouxera nas embarcações comboiadas pela galera **N. S.^a da Glória**.

Foi essa a primeira utilidade prática para a vida do Rio-Grande a entrada de Silva Pais.

A passos regulares ia-se desenvolvendo a nova povoação, realizando-se, a 16 de junho, de 1738, na humilde ermida de Jesús Maria José, o primeiro batizado de um rio-grandense nato.

Batizou-o o Rev. vigário José Carlos da Silva. Em 1740 já essa ermida foi considerada Matriz ⁽¹⁰⁾.

Mais ou menos sereno, a-pesar-dos contratempos surgidos, desde o início, quer quanto às necessidades do presidio, quer quanto às dos habitantes de em torno, transcorreu a vida da povoação que surgia à entrada da “barra diabólica”, como batizou Gomes Freire a barra do Rio-Grande ⁽¹¹⁾.

Em 1739, por motivos de doença, afasta-se Ribeiro Coutinho da governança que passou ao coronel Diogo Osório Cardoso.

⁽⁸⁾ — Em carta de 21 de outubro escrevia o Governador da Colônia: “Em a nau veio o fardamento, munições e arreios para se poder montar o Regimento o que tudo se recolheu nestes armazéns, e se acha separado para quando lhe chegar a hora que não se deve esperar cedo no estado presente, achando-se neste caos onde não há cavalos nem terreno; crescendo fazer a convenção de Paris dificultoso o remédio que se podia dar a tudo, se bem ainda ficou o recurso de se formar no Rio-Grande (segundo o parecer que já disse a V. S.) e conforme o tempo aplicá-lo à-parte de maior ponderação”. (Id., id.).

⁽⁹⁾ — Conf. Aurélio Porto, ob. cit.

⁽¹⁰⁾ — A 26 de janeiro.

⁽¹¹⁾ — Cit. pelo general Borges Fortes, ob. cit.

Enérgico, intrépido, Diogo Osório procurava, por todos os meios ao seu alcance o engrandecimento da gleba e, sobretudo, dos seus dragões.

Infelizmente, porém, não lhe foram favoráveis as circunstâncias. A Côrte faltou, e com a Côrte o Vice-rei do Brasil, no Rio-de-Janeiro.

Seus soldados estavam já passando miséria, e totalmente rotos. Os fardamentos eram ainda os mesmos que aos soldados haviam sido fornecidos em 1737. E os trabalhos eram árduos, especialmente em se tratando da vida do campo a que eram obrigados, pois era do campo que lhes vinha o único alimento, pode-se dizer: a carne.

O descontentamento reinava por todos os cantos.

III

A REVOLTA DOS DRAGÕES

Cinco anos havia que Silva Pais fundara aquele presídio militar na barra do Rio-Grande-de-São-Pedro. E cinco anos fazia que os primeiros dragões ali aportados sofriam baramente, “comendo o pão que o diabo amassou”.

O inimigo, sempre de olho naquele ponto, era uma ameaça constante. E como se não bastasse essa intranquilidade permanente de corpo e espírito, ainda, nos últimos meses, até a alimentação lhes faltava, e o sôlido, o miserável sôlido dos dragões, há vinte meses, mais ou menos, não lhes era pago. Tudo, parecia, conspirava contra eles, êsses pobres homens que tudo haviam abandonado pela pátria que tão mal os recompensava.

Andavam já semi-nús. O último fardamento que lhes fôra fornecido datava do ano da organização do regimento. Estavam em frangalhos. Não mais se sabia se aqueles trapos velhos cobriam o corpo de um dragão, ou se o de um misérrimo mendigo.

Assim viviam eles com um único fardamento, desde o ano de 39, fazendo os exaustivos serviços das guardas, as rondas permanentes, o árduo trabalho do arrebanhamento de gados, — que era o seu sustento principal, pois o resto do que se lhes dava para alimento era até ridículo: uma espiga de milho por dia e

uma abóbora para 15 dias. O que, porém, lhes valia um pouco, era a carne. Não fôsse isso e aqueles homens, há muito, teriam sucumbido à míngua.

E além disso tudo, os maus tratos. Diogo Osório Cardoso não era, por certo, oficial digno de comandar aqueles verdadeiros heróis do presídio. O capitão Tomaz Luiz Osório mostrava-se, também, um legítimo tirano. E', ao menos, o que se depreende da "representação" dos dragões ao comandante da praça ⁽¹²⁾.

"Faltando pão de munição pela pouca prevenção que houve se mandaram dar a cada soldado 15 espigas de milho para 15 dias, e uma abóbora para outros tantos segurando-se-lhe na frente do regimento que em chegando farinhas se lhe interaria tudo sem desconto, se lhe faltou inteiramente e querendo entrar nesse requerimento não só se lhe não admitiu mas se passaram ordens para se dar com um pau a morrer no que falasse nisso."

Escandalizados também de serem maltratados, com palavras injuriosas, acutilados como succedeu ao cabo de esquedra José da Costa de Vasconcelos, ficando aleijado das mãos, e ao soldado João Vaz da Silva, e Antônio da Costa Soeira, ficando também um de um pé e outro de uma mão, estes promovidos pelo alferes Antônio José da Gama Lôbo e afrontados como succedeu ao soldado Inácio da Costa, sendo chamado à casa do capitão Tomaz Luiz Osório donde as portas fechadas por dois mascarados com sacos de areia e, calabrotes foi tão maltratado que o levaram para o hospital. Na mesma forma o alferes Rodrigo de Mendonça Furtado que comandava a guarda do corpo mandou abor-doar (sic) o soldado infante Cristóvão de Albuquerque rodeado de soldados com baionetas caladas e ao soldado Sebastião Ruiz Pina fechando-o no corpo da guarda e com pau fêz o mesmo."

Com tais chefes e tais procedimentos, era impossível não haver alguma reação.

Tristemente, para os pobres dragões em particular, despediu-se o ano de 1741, e mais tristemente ainda iniciava-se o de 42.

Os dragões, a-pesar-de tôda a sua boa vontade e fidelidade

(12) — Citado por Aurélio Pôrto, obt. cit. Veja-se, também, General Borges Fortes: O LEVANTE DOS DRAGÕES DO RIO-GRANDE EM 1742, in "Correio da Manhã" de 18 de novembro de 1930.

ao juramento prestado, não podiam continuar suportando aquele estado de cousas.

A revolta era geral, como geral era o descontentamento.

Resolveram, porisso, agir por si, nomear officiaes de sua confiança, dentre os próprios esfarrapados dragões, sem consultar, para nada, e sem dar a mínima satisfação, ao comandante da praça, coronel Diogo Osório e mais officiaes superiores, cúmplices no seu infortúnio.

Estalou, enfim, a revolta, na manhã de 5 de janeiro dêsse ano de 1742.

Para iniciá-la saem da guarda, chefiados por três officiaes eleitos pelos revoltosos, 40 homens, dispostos a fazer valer os seus direitos.

Os demais deveriam acompanhá-los, em seguida. Mas a sorte lhes foi adversa. Diogo Osório teve immediato conhecimento de suas intenções pouco pacifistas, e immediatamente providenciou, aproveitando-se, para o fim, dos que ainda não haviam transposto as muralhas do presídio.

Mandou, logo, chamar o alferes de dragões Francisco Barreto Pereira Pinto e ordenou-lhe que, com os demais soldados acalmasse, de immediato, por bem ou por mal, os revoltosos, seguindo êle mesmo, Diogo Osório, na frente com o intuito de lançar uma “fala” aos seus subordinados, o que fêz, conseguindo acalmá-los sem a intervenção das armas ⁽¹³⁾.

(13) — Assim relata o successo a Gomes Freire de Andrade o próprio Diogo Osório Cardoso:

“Chegada que foi a guarda uma a vista composta de 40 homens e de 3 officiaes, mandou pedir licença ao seu nomeado ajudante ao qual perguntei se trazia permissão do corpo para montar a guarda com os seus verdadeiros officiaes respondeu-me que não pois a guarda trazia capitão, alferes e sargentos nomeados pelo seu corpo e vinha também o sargento maior nomeado por êle mandei com o mesmo ajudante o alferes de dragões Francisco Barreto dizer àquella guarda fizesse alto enquanto passava ao corpo representar da minha parte quisesse aceitar os seus legitimos officiaes para governar a guarda como dantes que era só o que lhe estava bem visto ter determinado continuar o serviço como dêle se esperava, respondeu que a guarda se havia meter com os officiaes que levavam elegidos pelo mesmo corpo, e como não pude despersuadir mandei dizer à dita guarda marchasse, e chegando a alvorada e a-cavalo ao pé do corpo da guarda refiz as perguntas, quem eram, responderam que portuguezes que eu muito bem conhecia que queriam, responderam tornar entregue daquela guarda, se eram vassallos de El-Rei Nosso Se-

O coronel comandante da praça, aproximando-se da fôrça rebelde, mandou chamar o comandante dêles perguntando-lhe, em seguida:

— Traz V. licença do corpo para montar guarda?

— Não, — respondeu o improvisado official, — pois a guarda que comando é composta de soldados que a seu critério escolheram-me para capitão, nomeando mais um alferes e sargentos de sua confiança.

À vista dessa resposta, Diogo Osório Cardoso, ordenou que fizessem alto imediatamente, e a todos arengou por algum tempo concluindo por perguntar-lhes:

— Quem sois vós? — Ao que responderam:

— Soldados portugueses. E acrescentaram:

— E sabe muito bem V. Ex^a. o que desejamos.

— Sois vassallos d'El-Rei Nosso Senhor?

— Sim, somos.

— E estais dispostos a dar vossas vidas pelo mesmo Senhor, na defesa da fortaleza de Jesus Maria José, e do seu continente?

— Estamos, Senhor, e prometemos fazer essa defesa até a última gota de nosso sangue.

— Porque, então, vos revoltais? A Pátria precisa de vós e de vós tudo espera. Soldados briosos jamais devem rebelar-se contra a legítima autoridade, que só tem procurado defender os vossos direitos e interêsses.

E por aí afora continuou o comandante da praça a prègar aos soldados rebeldes, terminando sua predicação com o clássico

nhor responderam que sim; se estavam prontos a dar a vida pelo mesmo Senhor na defesa desta fortaleza, e do seu continente, responderam ansiosos que assim o prometiam fazer até a última pinga de seu sangue, o que lhe agradecei muito advertindo-os e assegurando que para o mesmo fim estávamos todos os officiaes da guarnição que presentes se achavam e dando as 3 vezes de viva El-Rei as repetiram tanto de coração que foi o único alívio que tive nesse labirinto de pezares que me serviam à vista das promessas e das resoluções que tínhamos tomado no conhecimento que fizemos, encarreguei o corpo da defesa daquela muralha e chaves do seu portão e me recolhi com os meus officiaes ao meu quartel aonde mandaram buscar a senha a hora costumada, e depois de fechada a porta trazer as chaves buscar o santo, e o amanhecer buscar as chaves tudo na forma costumada."

triplo viva a El-Rei Nosso Senhor, o qual foi respondido a “una voce”, por todos.

— Viva El-Rei Nosso Senhor.

Estava, virtualmente, terminada a revolta.

Houve, contudo, castigos corporais e prisões, pois alguns, mais ousados, não se sujeitaram com a mesma facilidade a dar por terminada a questão sem terem visto resolvidos ao menos parte de suas pretensões.

Diogo Osório, porém, prometera fazer o que pudesse para atendê-los e, talvez em vista da relutância dos que tivera que castigar, resolveu dar-lhes, ao menos, parte do pagamento do soldo, e a mais ampla anistia.

Para pagamento do soldo, conseguiu êle, por empréstimo, na vila, algum dinheiro, e à Côrte escreveu pedindo confirmação da anistia que concedera, pois êle, ali, naquele deserto, constantemente ameaçado pelo inimigo sempre à vista, precisava dêsses soldados.

A junta do Govêrno, no Rio-de-Janeiro, presidida pelo próprio Gomes Freire de Andrade, vendo-se na impossibilidade de mandar para o Rio-Grande novos soldados, resolveu atender a solicitação de Diogo Osório, e a 16 de fevereiro dêsse mesmo ano, escreveram ao comandante da praça, ratificando o perdão que concedera e, ao mesmo tempo, prometendo melhoria para os míseros dragões.

Realmente, em março aportava na “barra diabólica” o brigadeiro Silva Pais, trazendo a ratificação do perdão e, mais, um bom carregamento de víveres e munições, bem como fardamentos e roupas, para os alquebrados defensores do continente.

“Tudo se normalizou, — escreveu o general Borges Fortes (14). — Raiou para os revoltosos uma aurora de justiça. A lei exigia-lhes muito; prometia-lhes tudo: o govêrno falhava-lhes também com tudo e por seus instrumentos ainda os maltratava, aviltava e sacrificava.

Rebelaram-se. Foi o primeiro levante no Rio-Grande-do-Sul. Calcaram a lei para firmarem o Direito.

(14) — O LEVANTE DOS DRAGÕES DO RIO-GRANDE EM 1742, citado.

Bem hajam.”

Em verdade: bem hajam êsses primeiros soldados mártires do Rio-Grande, êsses primeiros rio-grandenses soldados, radicados à gleba, que infundiram aos heróis dêsse pago a primeira lição de fidelidade e, ao mesmo tempo, de valor e energia.

Calcaram a Lei, mas firmaram o Direito.

E’ a História que se repete.

IV

OS DRAGÕES DO RIO-PARDO

Pelo tratado de 13 de janeiro de 1750, feito em Madri, Portugal e Espanha acordaram traçar em definitivo os limites de suas possessões na América-do-Sul, mormente na parte meridional, que há tanto vinha sendo discutida de armas em punho.

Para essa demarcação, em meados de 1751, determinou Gomes Freire de Andrade a criação de “dois grandes depósitos para munição e víveres em Rio-Pardo e Santo-Amaro, afim de manterem provisões para o inverno” ⁽¹⁵⁾.

Rio-Pardo, então, na verdade, não existia, sendo, porém, descoberto para a criação de guarda para o depósito de víveres. Só mais tarde, em 1754, foi ali erguido um forte, com o mesmo nome do do Rio-Grande, — Jesús Maria José, — como veremos a seguir.

A 29 de outubro de 1752, presentes os delegados de Espanha, marquês de Valdelírios, cujas más intenções eram notórias, — e de Portugal, general Gomes Freire de Andrade.

Rebelaram-se, porém, os índios contra êsse novo estado de cousas, e nem era de esperar outra atitude em vista das deliberações atrabiliárias que foram tomadas para essa demarcação: que todos os índios das Missões se passassem, imediatamente, deixando tudo quanto haviam plantado e suas casas, para os domínios de Espanha.

Ora, isso era francamente contrário ao direito das gentes. Se os indígenas haviam aí construído suas casas e plantado

(15) — DE PARANHOS ANTUNES, — História de Rio-Pardo.

suas roças, justo seria que, ao menos, lhes fôsse concedido o direito de aí ficarem até a época das colheitas. Mas não. As ordens eram terminantes: retirarem-se logo e logo.

Não era, pois, de estranhar que os ânimos se exaltassem ⁽¹⁶⁾.

Aliás, a nosso ver, grande incentivador dessa revolta foi o marquês de Valdelirios que, segundo parece, desejava ver frustrados os trabalhos para essa demarcação, obrigando Gomes Freire a sustentar lutas contra os índios.

Revoltados êsses em 1754, um de seus primeiros atos foi atacar as fôrças portuguezas (vede bem: revoltaram-se principalmente contra os portuguezes. Os espanhóis nenhum ataque sofreram...)

Sepé Tiarajú, o glorioso alferes guaraní que a admiração de seus pares "canonizou", foi dos primeiros que se lançou no campo da luta, comandando os índios sublevados.

Foi por essa época que se viram obrigados os portuguezes a organizar uma melhor defesa do Passo-do-Rio-Pardo, organizando o forte Jesus Maria José ⁽¹⁷⁾, aproveitando-se para ocu-

⁽¹⁶⁾ — Veja-se J. B. HAFKMEYER, — *Vítimas da calúnia*, e o *DIA RIO*, do cap. Jacinto Rodrigues da Cunha.

⁽¹⁷⁾ — O illustre coronel Jônatas Rêgo Monteiro, a quem rendemos, aqui, nossas homenagens e nosso agradecimento, enviou-nos cópia do interessante documento que a seguir transcrevemos, e que é a razão de ter sido fundado o "pôsto" do Rio-Pardo, e erguida ali a fortaleza. Êsse documento é de 1754.

"Breve notícia do successo que na guarda do Passo-do-Rio-Pardo houve entre os portuguezes e os Tapes das Missões circumvizinhas ao mesmo Rio.

Dezejando o Illm^o e Exm.^o Snr. General Gomes Freire de Andrada, Plenipotenciario de S. M. F. achar caminho facil ao progresso das Missões, se lhes deo noticia do Rio Gaiba que tendo a sua primeira origem nas campanhas dellas, vem circulando huma larga distancia em que recebe outros menores, e correndo sempre, ainda que com algumas voltas, de oeste para leste, ultimamente se vem metter em Rio Grande, formado do mesmo Gaiba, e outros que correm e fazem a sua copioza confluencia.

Tendo subido pelo tal Gaiba alguns exploradores nossos, sempre as suas noticias forão confuzas, que dellas se não podia colher a idéia que dezejavamos, e sendo mandado ultimamente o Furriel de Dragões Francisco Manoel de Tavora com alguns Paulistas, chegarão ao Rio Pardo que entra no Gaiba couza de 30 legoas acima da Barra e dito Rio Pardo descortinarão hum pouco de mato que facilitou hum passo enthé então desconhecido ou pouco viado; desta descoberta não gostou muito o Governador do Rio Grande, por ser de perniciozas consequencias antes de termos daquella parte fôrças proporcionadas à defença do Paiz que o

Rio Pardo cobria e já povoado pelos nossos com estancias de gado e reputavamos Dominios Portuguêses.

Tendo noticia do referido o comandante de Viamão Francisco Barreto Pereira Pinto, Capitão de Dragões, mandou por huma guarda naquelle lugar em ordem a acautelar qualquer invazão dos Barbaros, que se supunha certa, logo que elles tivessem conhecimento de que para aquella parte os podiamos atacar.

Quinze legoas abaixo do Rio Pardo entra o Tacuary e ahi forma huma furqueta, distante da barra do Gaiba outras 15 legoas pouco mais ou menos, e por ser o lugar adonde podem chegar as nossas faluas grandes; com aprovação de S.^a Ex.^a tinha mandado o Governador fazer um armazem para recebimento dos mantimentos das Tropas que para ali houvessem de fazer a sua marcha; recommendando ao mesmo tempo se fortificassem e pozessem as couzas em estado de defença. Para esta diligencia foi nomado João Gomes de Mello, engenheiro, o alferes de infantaria José da Silva Mattos e ordem ao Tenente de Dragões Francisco Pinto Bandeira, que se achava em Viamão para com todos os Paulistas que na mesma parte rezidiam e outros da mesma qualidade que se lhe tinham mandado alistar, fosse escoltar os atravessadores e guarnecer o passo do Rio Pardo, por onde poderião ser sorprendidos no caso de que os Tapes se rezolvessem a disputarem-nos aquelles campos de que já com os nossos gados estavamos de posse.

Por conta do referido se pozerão 20 homens no Rio Pardo, ficando toda a mais gente na furqueta; mas succedendo por ocazião de se hirem lavar alguns Paulistas ao Rio, teve um a curiosidade de passar à outra banda a colher fructas chamadas **gerivás** a tempo que se achava nesta curloza diligencia, lhe sahio hum Indio e sendo visto do Paulista, cada qual gritou pelos seus lançando-se este ao rio que sem brevidade repás-sou e acudindo às vozes os camaradas já então virão mais outro Indio montado a cavallo com huma grossa lança na mão e sem dar ouvidos aos que da nossa banda os chamavão pela lingua, em alguns fios de escaramuça, brandindo a lança e depois lançando da aljava algumas setas, as apresentava, ou fosse como dezafoio ou dar-nos o entender passariamos pelas suas armas, se não nos retirassemos daquelle posto e com estas vizages se retirou. Do referido se deu logo parte a forqueta, a Viamão e ao Rio Grande e o Tenente com a maior força de gente que tinha na Forqueta se passou para cima, a esperar a rezolução daquelle negocio o qual foi na fórmula seguinte:

Passados 23 dias do encontro dos Paulistas, e os 2 Tapes na madrugada do dia 23 de Fevereiro forão os nossos atacados por hum grande numero de Indios que segundo se julgou passavão de 1.000 e persuadi-dos talvez a nos apanhassem descuidados, com effeito nos investirão, mas com tão máo successo, que depois de um combate vigoroso que durou athé às 9 horas da manhã, se retirarão deixando 19 mortos e à proporção muitos feridos, cujo numero se não pôde athé o prezente averiguar e só se supoem serião muitos porque sendo visto hum matto adonde se fizerão fortes nelle se achou copioso sangue ponches e muitas armas depois de que os nossos ficarão senhores, por não faltarem troféos a victoria que ao depois nos poderão duvidar e dos Portuguêses morreo tão sómente hum Paulista, ficando feridos o Tenente de Dragões de huma frecha em hum braço, hum cabo de esquadra de infantaria passado por ambas as nadegas com huma balla, e mais 2 Paulistas de frechas.

Afirmão os officiaes daquelle Legião de Tapes vinha commandada por hum padre da companhia o qual ainda se não sabe se foi ferido, e só que se fez a deligencia nas vezes que foi encontrado.

pá-lo e guarnece-lo, os dragões do Rio-Grande, comandados pelo coronel Tomaz Luiz Osório.

Foi, pois, assim que, num gesto de profundo conhecimento das cousas, Gomes Freire de Andrade instalou no Passo-dô-Rio-Pardo, cuja descoberta não vira com bons olhos, os famosos Dragões do Rio-Grande, que ali prestaram à pátria serviços bem mais relevantes do que os que prestar poderiam instalados como estavam à entrada da “Barra diabólica”, na já então vila do Rio-Grande-de-São-Pedro-do-Sul.

Construída a fortaleza pelo engenheiro João Gomes de Melo, cabo dos dragões, instalaram-se nela, definitivamente os dragões, chefiados pelo tenente-coronel Tomaz Luiz Osório, governando já então a província o tenente-coronel Pascoal de Azevedo, que foi o último governador militar. Destituuiu-o Gomes Freire em 1761.

Começaram, então, as lutas. Lutas contínuas entre portu-

Ao Tenente de Dragoens Francisco Pinto Bandeira he que se deve o bom successo desta derrota pelo bem que dispoz a ocasião, pois os outros officiaes se não acharão nella por estar o Alferes na forqueta e o ajudante passado a Viamão, dizem que a esperar a quaresma para se desobrigar.

Se os ventos contrarios não tivessem sido cauza de se demorar a fálua S. Vicente Ferreira em que hia o Capitão Fernando Leite Guimarães com 40 soldados, pôde ser se achasse no conflicto, e que fosse maior o estrago dos Indios, o que lhe fizerão 2 peças de artilharia que incessantemente jogarão contra o matto foi grande e se tornarem será muito maior porque se acharão com a gente que levou a do Capitão e com a companhia de Granadeiros do Regimento de Artilharia que agora vae a socorrel-os com o Sargento Maior Luiz Manoel e o Tenente-Coronel de Dragoens Thomaz Luiz Osorio que hoje 4 de Março, partio pela costa a hir-se encorporar com a nossa gente, pois se supoem virão os Tapes com poder maior a despicar-se.

E como S.^a Ex.^a tomara este successo de que se lhe deo parte logo, está para vir, mas crê-se não só pela vantagem com que ficamos lhe será agradável, mas tambem porque será ocasião de correrem as couzas da Colonia mais rapidamente.

Entende-se que o Marquez não fará duello do sucedido, por se não expor a que lhe digão tratar com má fé a sua commissão, porque ao mesmo tempo que nos pedem auxlílio para evacuaem as missoens do em que delle necessitão, depois disto os Indios forão agressores e a defença natural.

Sendo finalmente certo que os Padres da Companhia moverão este escandalozo insulto, quem duvida estão no estado dos templarios e expostos a qual El-Rey Catholico pratique com elles o mesmo que com os ditos templarios praticou Felipe Formoso de França...”

(Bca. Nal. Rio — Verbetes de Castro e Almeida n.º 19224.).

Transcrito “ipsis litteris” da cópia que nos foi enviada.

gueses e tapes, estes ardorosos na defesa de seus bens e interesses nas Missões, cujo **despejo** era ordenado sem o mínimo respeito.

Finalmente, a 10 de fevereiro de 1756, vencido o baluarte máximo dos índios, o grande Sepé Tiarajú, na “batalha” ⁽¹⁸⁾ de Caiboaté, na qual foram, inglòriamente trucidados mais de 1.200 índios, sem ser ferido um só dos portugueses, ia ser ultimado, em definitivo o tratado firmado em 1750, entre Espanha e Portugal.

Mas, rivais seculares, sempre desconfiados um do outro, efêmera seria essa paz.

Em 1762 rompem novamente as hostilidades, e aquela “guerra inútil e deshumana, que tantos sacrifícios e despesas originou”, como muito bem assevera Aurélio Pôrto ⁽¹⁹⁾, seria, apenas, mais uma página para a história da província, página, aliás, de merecimento discutível, dadas as condições em que a **guerra** foi feita.

Os dragões, porém, se firmaram e Rio-Pardo tornou-se, na expressão de Aurélio Pôrto e Souza Docca, uma legítima “tranqueira”, isto é: baluarte inexpugnável, sentinela sempre vigilante das fronteiras do Rio-Grande-do-Sul, graças à atividade inaudita do regimento dos dragões.



Rio-Pardo, o desconhecido e mal visto passo do Rio-Pardo, com a passagem de Gomes Freire de Andrada e estadia definitiva dos dragões, tornou-se, em breve, a primeira praça militar do continente. Era dali que emanavam tôdas as ordens militares e dali é que se procedia a defesa não só do continente, como também daquele verdadeiro pomo de discórdias, a Colônia-do-Sacramento.

Com a nova declaração de guerra de 1762, grande parte de seu território perdeu o Rio-Grande. As suas fronteiras, que desde o tempo de “província d’El-Rei”, terminavam nas margens do Uruguai, por um lado e se estendiam, para o sul até o Prata, recuaram até São-José-do-Norte, Rio-Pardo, atravessando a Serra-

⁽¹⁸⁾ — Deve-se, antes, denominar chacina êsse tão decantado combate. Veja-se o cit. DIÁRIO, do Cap. Jacinto Rodrigues da Cunha.

⁽¹⁹⁾ — Obra cit.

Geral. Estava, pois, reduzida a uma terça parte, mais ou menos. Os espanhóis contudo, mais ambicionavam, e em 1773 Vertiz aproximou-se das fronteiras do Rio-Pardo, derrotando uma partida portuguesa nas margens do Piquerí, e dali, na ânsia de conquistas, dirigiu arrogante intimação a José Marcelino de Figueiredo, então comandante da praça, para que abandonasse imediatamente a posição.

Marcelino, porém, não se intimidou, a-pesar-da grande força de que dispunha o marechal de campo Juan José de Vértiz, e a ínfima força de que, no momento, se compunha a praça que comandava.

Era, sim, pequeno o número de seus soldados, mas, em compensação, enorme o seu valor. E confiado nesse valor da pequena guarnição, com a mesma arrogância respondeu à intimação do cabo boenairense.

Tudo, na fortaleza, estava em péssimo estado. Mas, a coragem e o engenho de Figueiredo resolveu, imediatamente a difícil situação.

Preparou a fortaleza com enorme aparato bélico, guarnecendo-a com muitas peças de artilharia, tôdas estragadas, e mandou Rafael Pinto Bandeira, com 170 homens postar-se a cinco léguas de distância do forte, no lugar denominado Tabatingá. O primeiro choque recebeu-a a guarda de Pinto Bandeira que, a-pesar-da galhardia com que se portou teve de recuar em vista da grande maioria.

E com isso mais se aproximaram os espanhóis do Rio-Pardo. Foi então que Marcelino mandou a resposta arrogante de que falamos, na qual dizia, entre outras cousas, que Vértiz se não aproximasse, caso pretendesse voltar com vida e com seus soldados, pois o forte estava preparadíssimo para recebê-lo com os novos elementos que recém haviam chegado.

Com essa atrevida carta intimidou-se o marechal de campo espanhol e retirou-se, depois de officiar a José Marcelino de Figueiredo despedindo-se e dando por terminada a diligência que o trouxera em visita às terras pertencentes ao seu Rei e Senhor.

Só mesmo a ousadia de um dragão seria capaz de tal gesto.

Mais e mais crescia a fama do galhardo regimento aquartelado em Rio-Pardo. Mais e mais subia o seu prestígio.

Pertencer a êsse corpo militar era, já então, grande honra. Disputavam-se os postos, e até o lugar de obscuro soldado era ambicionado.

Dragões foram os Pereira Pinto, os Pinto Bandeira, os Carneiro da Fontoura, os Osório, os Oliveira Guimarães, os Azambuja, os Corrêa da Câmara, os Mena Barreto, os Amaral Sarmiento Mena (pai dos célebres Amarais do Rio-Pardo, os fogosos Amarais de 35) e tantos e tantos outros que seria não terminar a relação.

Pelo tratado de Santo-Ildefonso, de 1.º de outubro de 1777, voltou o continente a reaver uma parte de seu território que D. Pedro Ceballos havia conquistado. Voltava a paz.

Vinte e três anos de relativa paz desfrutava o Rio-Grande. E os dragões aproveitam-nos numa obra meritória que os radicaria para sempre ao solo sagrado da terra que lhes viu os sofrimentos e as dôres: o povoamento por meio de fazendas e estâncias.

Mais uma vez a estância cooperando para o engrandecimento da gleba.

Oficiais e soldados recebem, então, de José Marcelino, sesmarias, pedaços dessa terra gloriosa que se tornou o seu maior orgulho.

Marcelino distribue-as aos que maiores serviços haviam prestado a Portugal. Mas, qual o dragão do Rio-Grande, qual o dragão de Rio-Pardo que deixou de prestar serviços, e relevantes serviços à velha pátria, lá na longínqua Europa?

Poucos, bem poucos foram os que não receberam dessas úberes terras rio-grandenses, para nelas construírem os seus lares e organizarem suas estâncias, pequenas ou grandes.

Aí vemos, então, os Castro Morais, os Queiroz e Vasconcelos, os Martins, os Nunes de Miranda, os Albuquerque, os Gomes Pôrto, Magalhães, Rodrigues, Cruz, Escobar, Coutinho, Araújo, Fontoura, Borba, Antunes, Siqueira, Carvalho, Santos, Cardoso, Santos Robalo, e inúmeros outros, soldados e oficiais, dragões gloriosos do Rio-Grande-do-Sul.

Foi o tempo da vida nova, a semente que se transformava em flor e fruto, espalhando seus benefícios pelos quatro cantos

do continente, dêsse continente tão suave e tão bom, e sempre tão desprezado e espezinhado.

Mas, consolemo-nos, — aqueles que o espezinharam, aqueles que o desprezaram, não foram, e nem serão jamais, glórias da Nação.



Mil oitocentos e um. Desfaz-se o suave encanto da paz. Tornam as campinas gaúchas a embeber-se em sangue ao fragor dos recontros entre portugueses e espanhóis, já então brasileiros e platinos.

As Missões, como a Colônia, continuavam o ponto máximo das discórdias. Espanha provocava. Portugal levantava a luva, ainda que, pode-se dizer, sem sacrifício próprio pois os que, agora, seguiam para os campos da luta não mais eram portugueses, mas rio-grandenses, brasileiros do sul, criados nas campinas, ao fragor dos combates, ou nos campos das estâncias, ao mugido dos bois e relinchos dos cavalos.

Missões! — Patrício José Corrêa da Câmara, tenente-general de dragões, com 50 anos de serviços nesse glorioso regimento, quis ainda, para terminar sua carreira, conquistar, de vez, êsse território brasileiro que Espanha não deixava um momento em paz.

E lá se foi, ardoroso, cheio de coragem e cheio de fé, ao lado de um seu soldado desertor, José Borges do Canto, bravo entre os bravos, em busca daquele fertilíssimo pedaço de terra brasileira, que uma guerra inglória despovoara, e o caudilhismo platino maltratava e enxovalhava.

Foram poucos os homens que os acompanharam. Poucos no número, mas milhares pelo valor. E as Missões voltaram ao Brasil, tornaram a ser rio-grandenses para todo o sempre.



Vieram, depois, outras campanhas. 1811, 1812, 1816 e 1820.

Em tôdas elas destacam-se os dragões do Rio-Pardo. Sempre na vanguarda, sempre nos postos de maior responsabilidade, encheram êles de glórias a pátria brasileira, escrevendo com suas espadas páginas inauditas de bravura e heroísmo.

A campanha de 1820 foi a última em que os dragões, como tal, tomaram parte.

O Brasil, independente, governado pelo voluntarioso proclamador da independência, querendo organizar um exército brasileiro, baseado em novos métodos, acabou com o glorioso regimento dos dragões por decreto de 1.º de dezembro de 1824, transformando-o em regimento de cavalaria n.º 5.

Mas, nem porisso, deixou esse 5.º regimento de cavalaria de ser uma continuidade do velho e glorioso regimento de dragões que, em 1739 Diogo Osório Cardoso organizara no forte Jesus Maria José, na barra do Rio-Grande, e Tomaz Luiz Osório, comandára na “tranqueira do Rio-Pardo”.

Foi, sem dúvida, esse glorioso regimento de dragões que plasmou, na sua caserna, o soldado rio-grandense. Dêle é que saíram os Pereira Pinto, os Mena Barreto, os Rodrigues Barbosa, os Alencastre, os Corrêa da Câmara e, enfim, todos esses que, com orgulho, a história, não só do Rio-Grande-do-Sul, mas do Brasil, regista.

Foi também no tempo dos dragões, conforme com muita justiça assevera Rocha Pombo ⁽²⁰⁾, que se criou, nas campanhas do sul “esse tipo que se tornou lendário — o gaúcho — guarda indefectível da fronteira, batedor formidável da sávana, pôsto ali como antemural defronte dos mais fortes competidores históricos que tínhamos na América”.

Esses dragões foram, na verdade, a alma do Rio-Grande-do-Sul.

(20) — História do Brasil.

Documentos

MEMORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO MESTRE
DE CAMPO ANDRÉ RIBEIRO COUTINHO NO GOVERNO
DO RIO GRANDE DE S. PEDRO, DIRIGIDA A GOMES
FREIRE DE ANDRADA, EM 1740.

“O que posso dizer-lhe he que vindo a Nau N.^a S.^a da Victo-
ria, capitania da Esquadra que estava no Rio da Prata, aonde
eu andava embarcado desde 25 de Março de 1736, em que sahi
da corte de Lisboa, a Ilha de Sta. Catharina, em 5 de Março de
1737, para atacar 2 fragatas de guerra castelhanas; e não se
achando já naquelle porto, desembarquei a 16 do dito mez, para
me incorporar com o Brigadeiro José da Silva Paes, no Dominio
do Rio Grande de S. Pedro, aonde tinha chegado a 19 de Feve-
reiro do mesmo anno, o que com effeito consegui, por huma mar-
cha de 128 leguas, por terras desertas, atravessando, com grande
perigo (porque em hum couro) muitos e caudalosos rios; e che-
gando ao dito Dominio a 15 de Abril, me encarregou o dito Bri-
gadeiro do governo de toda a Infantaria e Dragoens, que havia,
com a qual obrigação cumpri.

Thé 11 de Dezembro, dia em que se retirou o Brigadeiro da-
quelle Dominio, para vir tomar o Governo do Rio de Janeiro e
tendo eu huma ordem de S. M. por carta do Secretario de Estado
Antonio Guedes Pereira, escripta em 30 de Maio do sobredito
anno, para vir governar instruir e doutrinar o novo Terço de Ar-
tilharia desta dita Praça, foi V.^a Ex.^a servido de me encarregar,
contra a dita ordem real, do Governo daquelle Dominio não sei
porque.

No anno de 1738, mandou V.^a Ex.^a para o Rio Grande muitos casaes, que tinham evacuado a Praça da Colonia; alguns desta cidade e outros da Villa da Laguna; alem de muita outra gente de ambos os sexos, para com todos se crear huma Povoação; para o qual fim levantei cazas á maior parte dos Povoadores; dei aos lavradores terras, sementes e instrumentos de agricultura. A alguns ajudei com gado proporcionado ás suas familias; a todos sustentei com mantimentos de farinha e carne e dei materiaes para casas. Assisti com justiça natural a seus muitos letigios; ajustei muitas differenças, para não chegarem a ser contenciozas; tratei os Povoadores com benevolencia; protegi os mais pobres e cuidei na conservação de todos, e para pôr na ordem e socego das povoações antigas 2, que formei no porto e Estreito daquelle Dominio que em breve tempo se fizerão consideraveis; expedi muitas ordens e publiquei varios bandos, pela observancia dos quaes fui inflexivel, o que pareceria duro só aquelles, que pela dissolução de seus costumes, não couberão nas differentes terras, donde sahirão.

Com as levas, que V.^a Ex.^a ao mesmo tempo mandou das Minas, Rio de Janeiro, S. Paulo e Santos; com alguns prezos da Bahia, e com um destacamento da Colonia e todos os que se achavão das Praças do Brasil naquelle Dominio, formei o casco do Regimento de Dragõens, a que a 5 de Janeiro de 1739 vierão guarnecer os officiaes com o seu Coronel Diego Osorio Cardoso.

Para economia, disciplina e conservação deste corpo e para a prompta deffensa de toda a surpresa na Fortificação do Estreito, fiz seus quartéis de 120 palmos cada hum, em linha paralela ao parapeito e em frente das gollas dos baluartes, meios baluartes e reductos, desde as aguas do Rio Grande thé as da Mangueira; 3 quartéis para officiaes de Infantaria e 2 para os de Artelharia; huma pequena caza de polvora e para comodo da mais gente, arrecadação da Fazenda Real e expediente de tudo o que era preciso a hum estabelecimento novo, fiz huma vedoria e caza para o commissario de mostras de 70 palmos; caza para o Governo; outra para o Coronel de Dragõens, outra para o Sargento-mós; fiz hum corpo de guarda de 100 palmos, hum armazem, hum Hospital e huma caza para o Thezoureiro e officiaes de carpinteiros, cada huma de 150 palmos.

No porto comecei huma Igreja, em que já se tinham celebrado os officios divinos, de 92 palmos de comprido, incluindo cruzeiro e Capella-mór e 40 palmos de largo; hum corpo de guarda de 34 palmos; 4 quarteis pequenos para os soldados; hum armazem para a couranma de 105 palmos; huma Ferraria, huma caza para o armeiro e hum armazem da parte do Norte.

No forte de S. Miguel, em Taym, Albardão e Mangueira, quarteis para os officiaes e soldados de suas guarnições.

Nas estancias Reaes de Tororitama e Bogerú, cazas para os Maiores, peaes e Domadores, que tractão das cavalladas e vacaria; e todos os sobreditos quarteis, armazens e mais obras de páo a pique e barro; e as dos officiaes assolladas e forradas.

Pelo que pertence ás fortificações, cobri, á prova de bateria, a do Estreito, que achei em simples estacada, e só com 8 flancos e metade de huma face cheios, na larga extensão de 2 grandes baluartes, 2 meios baluartes, 2 reductos, 3 cortinas e 2 ramaes: abro o fosso, sendo o dos ditos ramaes de aguas, no comprimento de 80 braças e 3 $\frac{1}{2}$ de largo; construi plataforma e dispuz as canhoneiras de forma, que ficassem os tiros mutuamente cruzados; desmontei hum outeiro que cobria huma chegada ao fosso, na curta distancia de 40 palmos.

Abati hum matto de 935 braças de comprido e 40 de largo, que occultava hum grande terreno e fazia hum seguro appuxe á fortificação.

No forte de S. Miguel fiz os terraplanos e parapeitos e accrescentei flancos, a que no principio não deu lugar o terreno embaraçado de pontas de rochas; e no passo de Taym, construi hum reducto, porque se cegou a ribeira com as aréas.

Sendo hum dos meos primeiros cuidados, por as guardas que o Brigadeiro havia determinado, e outras que o tempo me mostrou precizos para vedar os passos e entrada daquelle vasto Dominio; em forma de sua melhor subsistencia e defensa, conservei sempre no Estreito, como fortificação capital, 31 officiaes, 414 soldados e 44 canhões de $\frac{1}{2}$ libra thé 12; no Forte S. Miguel, na distancia de 50 leguas do Porto, para o Oessudoeste, hum capitão, 1 sargento, 27 soldados, 11 canhões de $\frac{1}{2}$ libra thé 4 e suas munições; no Passo de Chuiy, a 2 leguas do dito Forte de S. Miguel, 1 Tenente, 35 Dragõens e 150 cavallos; no Passo do Taym,

a 15 leguas do Porto para oessudoeste, 1 alferes, 1 sargento, 22 soldados, 5 peças de $\frac{1}{2}$ libra thé 4 e suas munições.

No reducto do Albardão, a 14 leguas para o sudoeste, 1 ajudante, 1 sargento, 15 soldados, 3 peças de $\frac{1}{2}$ libra thé 2, e suas munições.

No passo da mangueira, a 4 leguas para osudoeste, 1 alferes, 14 soldados, 2 peças de 3 libras e suas munições.

No reducto do Arroyo, a 1 legoa para o sudoeste, 1 sargento, 8 soldados e 2 peças de 1 libra.

No passo de Tororitama, a 3 legoas do Estreito, 1 cabo, 10 soldados dragoens e 40 cavallos.

No Passo novo, da mesma distancia, 1 cabo, 6 Dragoens, e 20 cavallos.

Na guarda do Porto, 1 alferes, 1 sargento e 35 soldados.

E da parte ulterior do Rio Grande tive na sua margem a guarda do Norte, com 1 cabo e 4 soldados.

Na guarda de Viamão, a 50 legoas para nornoroeste, 1 Tenente, 1 sargento 20 Dragoens e 80 cavallos.

Na guarda de Tremandy, a 56 legoas para o nordeste do porto 1 cabo, 8 Dragões e 40 cavallos.

Como para o exercicio dos Dragões a 4 ou 5 cavallos cada hum, pela falta de grão, com que se mantenhão e para serviço das differentes guardas daquelle Dominio, em distancia de muitas legoas humas das outras, comprei 2216 cavallos e 7196 potros.

E para que se não continuasse huma grande despeza cada anno, pelas differentes cauzas, de que morrem muitos, não tendo cavallariças, aonde se podesse recolher hum tão grande numero de animaes; comprei 2288 eguas, para que da sua certa produção se remontasse a cavallhada e ficarem potros, como com effeito ficarão para se transportarem á Capitania das Minas, e importou a despeza de huns e outros animaes 11:037\$027 réis.

Recolhi do campo 14151 vaccas, por varias occasioens e preços de 450 réis athé 1200 por cabeça e importou a sua despeza, paga aos capatazes de muitas Tropas, que fazem as corredorias, 5:908\$340 réis.

E deste gado se sustentavão os officiaes de guerra, e ordenança, os soldados, sacerdotes, povoadores, peoens, Indios e toda a mais gente que pertencia á protecção Real; e remetti para a

Fazenda Real desta Praça do Rio de Janeiro 19683 couros de touro e vacca, extrahidos do dito gado e dos quintos de toda a courama, que os Tropeiros fizerão n'aquelles campos; alem de huma grande copia delles, com que ao principio, pela falta de todos os meynos, se fizerão muitas cazas, officinas, apparelho de carros, cestos para a condução da terra, laços para a contextura das trinxeiras e outras infinitas obras, em que era preciso continuar huma grande despeza; e ficarão na Estancia de Bogerú 3217 rezes, alem da producção de hum anno para baixo.

Fecundadas as Estancias e estabelecidas as guardas, cuidei na forma em que cada huma havia acumpzir com as suas obrigações para a defensa do Dominio, arrecadação da Fazenda Real, e economia de armas, fardas e cavallos e disciplinados soldados, para o que fiz hum regimento para a Estancia Real de Tororitama, a 4 legoas do Estreito, que havia servir para o gado, de que se mantinhão todos, que consta de 21 capitulos, em que se mostrão as obrigações do mayoral, as dos Pecoens, e como se divião cuidar os cavallos do serviço e o gado, que por deposito tivesse, thé passar o Rio, para a Estancia Real de Bogerú, em que se havia conservar para a producção; as cautellas com que se havia entregar aos vaqueiros o gado que se extrahiui para os açougues do Estreito e Porto; e a ordem por onde se havia levar em conta ao dito Mayoral na vedoria, ante de se lhe fazer o pagamento do seo jornal.

O regimento da Estancia de Bogerú a 13 legoas da parte do Norte do Rio Grande, consta de 29 capitulos, que advertem a conservação e divisão das vaccas, e egoas, das suas producções, dos cavallos mansos, redomoens e potros; as suas curas, as obrigações do Mayoral, peoens e domadores, o regimem para o socego, em que todos divião viver; a economia no gasto do gado para sua manutenção; as cautellas para a arrecadação dos cavallos, que se lhe mandassem dar, para diligencias, de hir buscar o dinheiro á Ilha de Santa Catharina e outros, e da forma dos recibos e partes que devia dar e receber.

O regimento para a guarda de Tremandy consta de 20 capitulos, que respeitão o cuidado sobre dezertores, passaportes, desordens das Estancias de Laguna e Viamão; ladroens, economia dos soldados, cavallos, armas e fardas da dita guarda e dos ca-

vallos reyunos, que ficão contados por todo aquelle campo; o regimento da guarda do Porto consta de 50 capitulos, em que se comprehendem as obrigações dos Officiaes, e soldados della, sobre os exercicios, revistas e rondas; o que se deve observar em toda a Marinha e embarcações do Dominio e de outros Portos; o exame dos passaportes, para quem houver de sahir do dito porto; o cuidado sobre a courama, as obrigações do Patrão mor, condestavel e guardas do Forte e Norte; o socego e paz em que se devia conservar o Povo e porque da fabrica da courama rezultaria algum interesse á Fazenda Real, para suprir parte da despeza que se faria com o Povo e guarnição daquelle Dominio, creei hum guarda e seus serventes e fiz hum regimento para evitar todo o descaminho, que por muitas partes podia haver nesta materia, o qual consta de 40 capitulos que respeitão a factura, guarda, arrecadação e embarque da courama; as obrigações dos commandantes dos Prezidios, dos officiaes de Guerra e da Ordenança; a administração dos açougues; a incumbencia dos vaqueiros e seus moços; e ultimamente a forma das guias, com que a courama deve vir dos Prezidios; e a dos livros da receita e despeza para descarga do guarda.

Para os Fortes, reductos, e Passos, passei ordens, segundo os novos cazos, que com o curso do tempo succedião; e para o de S. Miguel, alem das ordens, que achei do Brigadeiro, accrescentei as que parecerão precisas e fiz huma instrução para a fórma da sua defensa e communicação com o Governo, em caso de sitio e ataque. E porque previ, que da desordenada e barbara extracção da Courama que naquelles campos se fazia, devia naturalmente rezultar a total extincção do gado; e por consequencia infallivel sobrevinha a falta d'aquelle mantimento, para manutenção do Povo, e gente militar, tirei informações das pessoas mais praticas n'aquella materia; e sabendo que já não haveria mais que de 10 a 14000 cabeças, porque não se comendo no dito campo a carne de touros, de que se fazia a courama, se matavão as vaccas, só para se comer a melhor parte e as vezes não mais que para lhe tirar o leite e fazer outras atrocidades, chamei a Conselho e com o parecer uniforme de todos os officiaes prohibi, a 22 de Dezembro de 1738 as corredorias de toda a campanha e passei ordem para que se postassem 3 guardas de Dra-

goens, encomendadas a hum cabo, que as vizitasse continuamente na distancia de 22 leguas, nas quaes não havia entrada, pela costa da grande Lagôa de Mery e que se desse mantimentos a todos os que cursassem as ditas campanhas, para hirem e virem, ás guardas de Chuy e Forte de S. Miguel; o que se executou emquanto não larguei interinamente aquelle governo.

Igual cuidado puz na conducção que os homens de negocio querião fazer de cavalhadas, para a capitania das Minas, pela Serra dos Tapes, em direitura á Villa de Curitiba, da jurisdição da cidade e Capitania de S. Paulo, do que dando a V.^a Ex.^a conta, me ordenou tirasse de direitos de cada cabeça, excepto vaccas e egoas, 10 tostoens; mas porque ao tempo, em que chegou esta rezolução, se achavão os Tropeiros promptos a subir a Serra, e sem dinheiro algum, ajustei em Conselho, que V.^a Ex.^a approvou, pagarem-se os ditos direitos na Curitiba aos Officiaes da Fazenda Real da Praça de Sanctos, para se lhe abaterem nos subsidios que recebe desta Praça do Rio de Janeiro, e dei a forma das cartas de guia e certidoens, que devião levar e a do registro da guarda de Viamão, na entrada da dita Serra dos Tapes; e de tal modo acautelei nas cartas precatorias ao Governo de Sanctos, os desvios, que os cavallo e os direitos podião ter, que se devião cobrar d'aquelles com que sahião do Rio Grande, sem mais recurso, que a V.^a Ex.^a e entrando 5551 potros e 838 bestas muares, importarão os seus direitos 6:439\$000.

Ao 1.^o de Janeiro de 1738, 20 dias depois de tomar o governo, me chegarão noticias do Governador da Colonia Antonio Pedro de Vasconcellos, de que os inimigos formavão hum corpo de 2500 castelhanos e 5000 Tapes para me fazerem evacuar o Dominio do Rio Grande, e sendo 22 do dito mez recebi huma carta do Governador de Buenos Ayres, D. Miguel de Salcedo, pelo qual me requeria, protestava e ameaçava, de que desalojaria do Forte S. Miguel a sua guarnição com as Tropas, que commandava; e se não passassem logo ordens, para se lhe entregar o dito Forte e não cessasse o trabalho de todas as obras da fortificação, que se fazião, com cuja noticia chamei a mim o maior cuidado para por em estado de deffensa, não só o Forte de S. Miguel, mas todas as mais fortificações de campanha, que se não fechavão inteiramente o Dominio, ao menos poderão demorar a sua marcha e

nesta occazião superou o trabalho as forças da pouca gente, com que n'aquelle principio me achava.

Pelo que respeita ao despacho e audiencia a hum grande numero de requerimentos e letigios que se crearão com o negocio e extracção da courama d'aquelle Dominio, fui tão assiduo, que nem doente e sangrando faltei mais que hum dia e por nenhuma de minhas enfermidades ainda com o notorio perigo de vida, tomei cama.

Entre tantos livros que mandei fazer, para o expediente e clareza do serviço e Fazenda Real foi huma das entradas das embarcações, que forão para aquelle Dominio, no qual se lançava a invocação do navio, o nome do Mestre, o porto donde sahira e a carga que levava, e sendo d'El-Rey si a cauzava esta inteiramente no livro da receita do Thezoureiro; the o 1.º de outubro de 1740 tinhão entrado 66 sumacas, bergantins Balandras e galeras.

Tambem mandei fazer listas separadas para cada Forte, reducto e passo, para regularidade do serviço, facilidade dos assentos e conservação das armas, desembaraçando as listas antigas, formadas por destacamentos de todas as Praças do Brasil, em que havia mil confuzoens, pelas deversas companhias de que os destacamentos se formarão e dos particulares, que se fizerão no Rio da Prata.

Na minha casa não entra presente, nem cousa alguma, que não fosse comprada, nem fiz ou entrei em negocio, por mim ou interposta pessoa e se contra esta integridade V.^a Ex.^a tiver duvida, mas que seja por testemunho falso, que se me impuzesse, estou pela voz publica, por que não tenho outro documento por ora.

Não castiguei com pena de polé ou galés, sem tirar as de-
vassas dos criminosos e as sentenças, com que proporcionei estas penas, forão fundadas sempre pelos regimentos e Ordenanças Militares do Reino e remetti para Auditoria geral do Rio de Janeiro, com os seus processos, todos os culpados, a quem me pareceo, não alcançava a minha jurisdicção para as suas proporcionadas penas.

Destribui com tal cautella os socorros de dinheiro, que V.^a Ex.^a mandou sempre com liberal mão para aquelle Dominio, que

a primeira applicação que eu fazia delle, era para pagamento dos soldos e a segunda, para compra do gado e satisfação de officiaes mechanicos e para o vencimento de faxinas e fardas, mandava tomar aos soldados a fazenda que tivesse o Thezoureiro ou aos Mercadores, que a dessem á sua convenção e agrado, e lhes passava lettras sobre a Fazenda Real do Rio de Janeiro.

Para a continua conducção de madeiras para todas as cazas, quartéis e fortificaçoens, fiz huma falúa grande, alem de muitas canoas, para differentes serviços do Dominio, e para que na passagem do Rio a nado e mais de huma legoa de largo, não morresse a grande quantidade de cavallos, egoas e vaccas, que ao principio se perderão, assim dos da Fazenda Real, como dos particulares, fiz huma grande barca, com que se seguiu para sempre a fazenda de todos, pagando-se de cada cabeça 1 tostão para se não fazer despeza de marinheiros e patrão pela de S. M.

Acudi a varias embarcaçoens, que se perderão, humas dentro do Rio Grande por hum extraordinario temporal, com que todas derão a costa, e destas livres huma d'El Rey e huma sumaca particular, e das que naufragarão na barra e a algumas legoas ao norte della, salvei com a deligencia de gente, carros e mais petrechos necessarios muitas fazendas que sem o socorro de S. M. perderião os seus vassallos.

Mandando-me V.^a Ex.^a dizer o quanto S. M. queria que se fizesse amizade com os Barbaros Minuanos e se tractassem com tal prudencia e modo, que elles se reduzissem á nossa Santa Fé e amizade do Estado e que eu assim o executasse; puz tanto cuidado, que vindo thê o Estreito por conselho, do Cel. Christovão Pereira, os tractei e fiz presentes, pela fazenda Real, proporcionados aos seus uzos e em nome de S. M. dei a hum a nomeação e o bastão de capitão e o Padre Fr. Sebastião de Milão, pôde reduzir huma mulher e seus filhos, o marido (por contracto temporal) ao gremio da Igreja; o que tendo juncto com a dessimulação de faltas leves, exacto castigo, de crimes graves, inflexibilidade de penas, por transgressão de Bandos; sem descompôr o nascimento ou estado de cada hum, ensinando o serviço da Praça fechada e trabalho de fortificaçoens, dando-lhes exemplo com a minha continua assistencia a tudo, fazendo por tempestuozas noites a minha ronda effectiva e ainda que por horas incertas, esperando

o dia na muralha e sobretudo dando a V.^a Ex.^a individuaes contas, do que se passou e havia naquelle Dominio e executando pontualissimamente as ordens de V.^a Ex.^a me deo a felicidade de conservar o dito Dominio sem alteração, the o entregar a 22 de Dezembro de 1740 ao Coronel de Dragoens Diogo Osorio Cardoso, com as ordens, que havia recebido de V.^a Ex.^a.”

Bea. Nal. Rio. — Verbete n.º 16839 de Castro e Almeida. Copiado por J. C. Rego Monteiro, 1934.

“BREVE NOTICIA DO SUCCESSO QUE NA GUARDA DO
PASSO DO RIO PARDO HOUE ENTRE OS PORTUGUESES
E OS TAPES DAS MISSÕES CIRCUMVISINHAS
AO MESMO RIO.

Dezejando o III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. General Gomes Freire de Andrada, Plenipotenciario de S. M. F. achar caminho facil ao progresso das Missões, se lhes deo noticia do Rio Gaiba que tendo a sua primeira origem nas campanhas dellas, vem circulando hum larga distancia em que recebe outros menores, e correndo sempre, ainda que com algumas voltas, de oeste para leste, ultimamente se vem metter em Rio Grande, formado do mesmo Gaiba, e outros que correm e fazem a sua copiosa confluencia.

Tendo subido pelo tal **Gaiba** alguns exploradores nossos, sempre as suas noticias forão tão confuzas, que dellas se não podia colher a idéa que dezejavamos, e sendo mandado ultimamente o Furriel de Dragões Francisco Manoel de Tavora com alguns Paulistas, chegarão ao Rio Pardo que entra no Gaiba couza de 30 legoas acima da Barra e dito Rio Pardo descortinarão hum pouco de mato que facilitou hum passo emthé então desconhecido ou pouco viado; desta descoberta não gostou muito o Governador do Rio Grande, por ser de perniciosas consequencias antes de termos daquella parte forças proporcionadas á defença do Paiz que o Rio Pardo cobria e já povoado pelos nossos com estancias de gado o reputavamos Dominios Portugueses.

Tendo noticia do referido o commandante de Viamão Francisco Barreto Pereira Pinto, Capitão de Dragões, mandou por

hum guardado naquelle lugar em ordem a acautelar qualquer invasão dos Barbaros, que se supunha certa, logo que elles tivessem conhecimento de que para aquella parte os podiamos atacar.

Quinze legoas abaixo do Rio Pardo entra o Tacuary e ahi forma hum furqueta, distante da barra do Gaiba outras 15 legoas pouco mais ou menos, e por ser o lugar adonde podem chegar as nossas faluas grandes; com aprovação de S.^a Ex.^a tinha mandado o Governador fazer um armazem para recebimento dos mantimentos das Tropas que para ali houvessem de fazer a sua marcha; recommendando ao mesmo tempo se fortificassem e podessem as couzas em estado de defença.

Para esta diligencia foi nomeado João Gomes de Mello, engenheiro, o alferes de infantaria José da Silva Mattos e ordem ao Tenente de Dragoens Francisco Pinto Bandeira, que se achava em Viamão para com todos os Paulistas que na mesma parte residião e outros da mesma localidade que se lhe tinham mandado alistar, fosse escoltar os atravessadores e guarnecer o passo do Rio Pardo, por onde poderião ser surprehendidos no caso de que os Tapes se rezolvessem a disputarem-nos aquelles campos de que já com os nossos gados estavamos de posse.

Por conta do referido se pozerão 20 homens no Rio Pardo, ficando toda a mais gente na furqueta; mas succedendo por occasião de se hirem lavar alguns Paulistas ao Rio, teve hum a curiosidade de passar á outra banda a colher fructas chamadas **gerivás** a tempo que se achava nesta curioza diligencia, lhe sahio hum Indio e sendo visto do Paulista, cada qual gritou pelos seus lançando-se este ao rio que sem brevidade repassou e acudindo ás vozes os camaradas já então virão mais outro Indio montado a cavallo com hum grossa lança na mão e sem dar ouvidos aos que da nossa banda os chamavão pela lingoa, em alguns fios de escaramuça, brandindo a lança e depois lançando da aljava algumas setas, as apresentava, ou fosse como dezafio ou dar-nos a entender passariamos pelas suas armas, se não nos retirassemos daquelle posto e com estas vizages se retirou —.

Do referido se deu logo parte a forqueta, a Viamão e ao Rio Grande e o Tenente com a maior força de gente que tinha na Forqueta se passou para cima, a esperar a rezolução daquelle negocio o qual foi na fórma seguinte:

Passados 23 dias do encontro dos Paulistas, e os 2 Tapes na madrugada do dia 23 de Fevereiro forão os nossos atacados por hum grande numero de Indios que segundo se julgou passavão de 1.000 e persuadidos talvez a nos apanhassem descuidados, com effeito nos investirão, mas com tão máo successo, que depois de hum combate vigorozo que durou até ás 9 horas da manhã, se retirarão deixando 19 mortos e á proporção muitos feridos, cujo numero se não póde athé o presente averiguar e só se supoem serião muitos porque sendo visto hum matto adonde se fizerão fortes nelle se achou copioso sangue ponches e muitas armas depois de que os nossos ficarão senhores, por não faltarem troféos a victoria que ao depois nos poderão duvidar e dos Portuguezes morreo tão sómente hum Paulista, ficando feridos o Tenente de Dragoens de huma frecha em hum braço, hum cabo de esquadra de infantaria passado por ambas as nadeegas com hum balla, e mais 2 paulistas de frechas.

Afirmão os officiaes daquella Legião de Tapes vinha comandada por hum padre da companhia o qual ainda se não sabe se foi ferido, e só que se fez a deligencia nas vezes que foi encontrado.

Ao Tenente de Dragoens Francisco Pinto Bandeira he que se deve o bom successo desta derrota pelo bem que dispoz a ocazião, pois os outros officiaes se não acharão nella por estar o Alferes na forqueta e o ajudante ter passado a Viamão, dizem que a esperar a quaresma para se desobrigar.

Se os ventos contrarios não tivessem sido cauza de se demorar a falúa S. Vicente Ferreira em que hia o Capitão Fernando Leite Guimarães com 40 soldados, póde ser se achasse no conflicto, e que fosse maior o estrago dos Indios, o que lhe fizerão 2 peças de artilharia que incessantemente jogarão contra o matto foi grande e se tornarem será muito maior porque se acharão com a gente que levou a do Capitão e com a companhia de Granadeiros do Regimento da Artilharia que agora vae a socorrer-os com o Sargento Maior Luiz Manuel e o Tenente Coronel de Dragoens Thomaz Luiz Ozorio que hoje 4 de Março, partio pela posta a ir-se incorporar com a nossa gente, pois se supõe virão os Tapes com poder maior a despicar-se.

E como S.^a Ex.^a tomara este successo de que se lhe deo parte

logo, está para vir, mas crê-se não só pela vantagem com que ficamos lhe será agradável, mas também porque será ocasião de correrem as couzas da Colonia mais rapidamente.

Entende-se que o Marquez não fará duello do sucedido, por se não expor a que lhe digão trata com má fé a sua commissão, porque ao mesmo tempo que nos pedem auxilio para evacuaem as missoens do em que delle necessitão, depois disto os Indios forão agressores e a defença natural.

Sendo finalmente certo que os Padres da Companhia moverão este escandalozo insulto, quem duvida estão no estado dos templarios e expostos a qual El-Rey Catholico pratique com elles o mesmo que com os ditos templarios praticou Felipe Formoso de França.....”

Bca. Nal. Rio. — Verbetes de Castro e Almeida n.º — 19224.
Copiado por J. C. Rego Monteiro.

O dia Pan-Americano

Conferência do dr. Adroaldo
Mesquita da Costa.

I

O novo continente comemora hoje “o dia pan-americano” que “tem por fim recordar os vínculos políticos, econômicos e espirituais que unem as vinte e uma Repúblicas do Continente Americano.”

E o celebra exatamente a 14 de abril de cada ano, porque, “nessa data, no ano de 1890, a Primeira Conferência Internacional Americana, reunida na cidade de Washington, aprovou uma resolução que criou a Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas, hoje conhecida pela denominação de União Americana.”

Foi seu intuito, ao instituir esse dia constituisse ele “símbolo comemorativo da soberania das nações americanas e da união voluntária de todas em uma comunidade continental.”

Porisso, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, inspirado no idealismo que determinou a sua criação, não podia, nesta hora de exaltação cívica da jovem América, deixar de juntar sua voz a esse hino harmonioso entoado pelas suas vinte e uma Repúblicas, cujos filhos, de mãos dadas, num fraternal amplexo, reafirmam, hoje, perante o universo, o inabalável propósito e os ardentes anseios de viverem na ordem e no respeito à lei; de incentivarem, dia a dia, as relações comer-

ciais e econômicas, já que o comércio é, incontestavelmente, o maior fator da marcha ascensional da civilização; de unirem as almas, coração junto a coração, para comungarem a hóstia santa da paz, que é o dom mais precioso que Deus concedeu aos homens.

Nesta hora crepuscular em que povos e nações, esquecidos de que todos os homens são irmãos, porque provêm da mesma origem — DEUS — se guerreiam e se exterminam; quando coriscos e trovões relampejam e ribombam nos tredos céus de Europa e Ásia; quando a metralha, no solo adusto da África, despeja a desgraça, a orfandade, a fome e a morte, porque tôda a guerra — justa ou injusta — é sempre aquele monstro pintado por Vieira “que se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas, e, quanto mais come e consome, menos se farta”; quando o comunismo, com suas garras aduncas, procura cravá-las em todo o orbe, para nelas esmagar a humanidade inteira, é confortante êsse admirável espetáculo do Continente Americano, descoberto pelo ardente zêlo de Colombo, na divulgação da NOVA LEI, é bálsamo suavíssimo para o espírito, ao testemunhar que êle ergue a cabeça e descerra os lábios, para proclamar bem alto, num êxtase de amor fraternal, que as nações americanas, no pleno uso de sua soberania, se declaram voluntariamente unidas, em comunhão continental, para a realização de seus gloriosos destinos.

Estamos vivendo hora de trevas e de provações sem conta, não só o homem, mas povos e nações, numa palavra, a sociedade humana internacional.

O que ontem parecia improvável e até impossível, nos domínios daquela moral eterna, cujos princípios imutáveis foram gravados nas tábuas da lei, nos cimos do Sinai, vemos, hoje, repudiado e calcado aos pés, como objeto de desprezo e de repúdio.

Não foi só o homem que se esqueceu da sua finalidade, mas a própria Sociedade dos Povos e Nações se deixou contaminar dêsse virus deletério que lhe vai arruinando a fortuna e carcomendo as últimas energias.

O mundo desvaira e o século caduca.

Mas no meio dêsse turbilhão, onde assistimos o violar constante de tratados e convenções a que se tem dado menos valor que o do papel em que foram êles escritos — parece não ir ne-

nhuma temeridade na assertiva, que é profundamente verdadeira — o Continente Americano tem revelado a nítida consciência do papel saliente que lhe foi reservado na reforma moral dos povos, contribuindo com a mais completa isenção de ânimo na solução do problema social dos nossos dias.

“Parece que paira nas regiões do Novo Mundo — afirma-o Artur Orlando — alguma cousa de inédito na história, a que se poderia dar o nome de consciência americana. O pan-americanismo é uma obra de fraternização entre o panlatinismo e o pan-saxonismo, despertando entre todos os povos da América a idéia e o sentimento de um destino comum.

Na América — continua êle — todos os povos, qualquer que seja sua origem, vasados hoje em um mesmo molde político, do que dá testemunho a admirável similitude de estrutura que reina entre as Repúblicas do Norte e do Sul, e colocados nas mesmas condições econômicas, como o permite a fartura e extensiva do solo, sentem necessidade de dar-se as mãos, para realizarem seus destinos, que não é a conquista pela força, mas a sua supremacia pela organização.”

Nenhum povo livre da América nutre ambições de conquista ou de predomínio, senão o que resulta necessariamente da vitalidade de sua gente, da fertilidade de sua terra, das prodigalidades da natureza, e, antes de qualquer outro, o que o espírito deve exercer sôbre a matéria, para a completa felicidade do homem e pleno êxito de sua missão terrena.

Não existe, neste instante, nenhuma dissensão ou malquerença que ponha em risco as relações de amizade e, quasi direi, de verdadeira fraternidade cristã, que ligam as novas pátrias nascidas nas bandas de cá do Atlântico.

O Continente Americano tem sido o inspirador das mais belas e generosas idéias no sentido de amparar com sinceridade e sem pensamentos preconcebidos a harmonia entre as nações, guiadas exclusivamente pelas normas da justiça, sem o tão preconizado recurso à força e às armas.

O direito internacional americano, se assim me posso expressar, difere fundamentalmente do direito internacional europeu. Um sôpro de nobre idealismo insufla tôdas as suas instituições jurídicas.

Queria Monroe que a América coubesse aos americanos, não sòmente aos do Norte, como o insinuou aquele grande patriota e generoso coração que foi Eduardo Prado, mas a todos quantos viram a luz do dia neste solo abençoado, onde os homens ignoram o que sejam lutas de classes, privilégio de castas, foros de nobreza, na acepção em que a velha Europa emprega, ainda hoje, tôdas essas velhíssimas fórmulas denunciadoras da desigualdade entre os homens. José Maria Drago completou o pensamento de Monroe, tão belamente enunciado por Blain. Ele pretendeu associar a América Latina à doutrina norte-americana, numa clarividência remarcada, para latinizar o monroísmo, desmanchando-lhe o exclusivismo norte-americano que o tem caracterizado e dado foros de antipática doutrina protetora; alargando-lhe a significação e o alcance que apenas vedam as anexações e não cogitam das occupações temporárias e previsão de rendas aduaneiras que constituem tôda a economia de algumas das repúblicas do centro e do sul; dando-lhe numa palavra o apóio e a consagração da América Latina.

E não se compreende, em sã razão, como poderia prevalecer o pensamento de Monroe — isto é, de ser a América dos Americanos — se ao mesmo passo não apoiarmos a de Drago — proibindo a qualquer nação do mundo bloquear qualquer país americano ou ocupar militarmente seu território para cobrança de dívida pública ou particular.

Sustentar doutrina contrária é falta de patriotismo e confusão de conceitos.

Permitir-se a occupação do território da pátria, para a efetivação da cobrança de dívidas particulares, é supor-se perdurem ainda as idéias dominantes na época em que a propriedade era tribal e comum a todos.

Adotar-se idêntica solução, para o cumprimento das obrigações contraídas pelo Estado, é confundir cousas inconfundíveis.

Ouçamos, a propósito, um mestre na matéria:

“O Estado ou é entidade política, soberana, como se costuma dizer e neste caso jurisdiz, ou é simples pessoa jurídica, titular de direitos e deveres, e então está sujeito à jurisdição dos tribunais de justiça.

O Estado, entidade política, constituído por assembléias, tri-

bunais, repartições públicas, não se confunde com o Estado, sujeito ativo e passivo de direitos e obrigações, possuidor de patrimônio.

O Estado, personalidade jurídica, pode alienar ou hipotecar bens que fazem parte do patrimônio público; mas não pode fazer o mesmo com relação ao território nacional. O território nacional faz parte da organização política do Estado, servindo para regular a esfera da jurisdição civil ou criminal. O território nacional é a área, dentro da qual o Estado torna efetivo o funcionamento do aparelho jurídico, e nestas condições não se compreende como possa estar sujeito a ocupação ou bloqueio para efetividade de pagamento da dívida pública ou particular.”

Sem, portanto, o complemento da doutrina de Drago, a de Monroe seria inoperante e incompreensível, até.

Mas foi também do sadio ambiente do novo mundo que partiu Rui Barbosa, para naquela iluminada assembléia de Haia iluminá-la com as cintilações de seu gênio, prêgando a igualdade das nações perante a sociedade internacional, tivessem elas a seu lado para fazer valer o seu direito, o arrogante exército de Guilherme II ou a suposta invencibilidade da esquadra britânica; ou apenas dispusessem como a Suíça, do escudo dos tratados, que lhe garantem, perpétuamente, a não agressão das potências da terra.

A fé na justiça imanente do direito, sem nenhuma outra sanção senão o prazer do dever cumprido; a igualdade entre todas as nações, grandes ou pequenas, fortes ou fracas, no concêrto do mundo civilizado, eis a tese que o genial baiano prêgou, em nome da América livre e feliz, perante a Europa atormentada, vaidosa da força e ambiciosa de domínio e poderio.

E a América se tem mantido na prática da acertada doutrina de James Monroe. E, ainda agora, a atitude do presidente norte-americano, do grande Roosevelt, em face da ameaça de novo cataclisma a ensangüentar a Europa, traçou as diretrizes da política que o continente americano não deixará de acatar, para que o dia pan-americano que hoje, com sinceridade e efusão d'alma, se festeja dos extremos da frígida Alasca até aos confins

do Cabo-Horn, seja uma lição de cooperação, porque ela é a via única pela qual a Humanidade, no conceito exato de Afrânio de Melo Franco poderá vencer a crise da consciência, econômica e social, em que se debate a civilização hodierna e ela tem de ser a energia vital das nacionalidades americanas, sendo dever essencial dos governos promovê-la e estimulá-la entre si, para que o Continente apareça perante o Mundo como uma só família de nações, revestido da majestade e grandeza de que falava Bolivar e possa influir mais eficazmente para a restauração do direito e da paz no universo. Disse.

O combate de Rio-Pardo

(30 - IV - 1838)

Conferência do sr. De Paranhos Antunes.

Ilmo. Sr. Presidente do Inst. H. G. do R.-G.-Sul.

Meus ilustrados confrades.

Exmas. Sras.

Meus Srs.

Escalastes para esta conferência aquele de vossos consócios que é, exatamente, o menos prendado de dotes intellectuais, entre os pares dêste Instituto. O tema desta palestra de hoje, qualquer um de vós o desenvolveria com muito maior proficiência do que eu. Quisestes, entretanto, eu bem o sei, escolhendo-me, homenagear assim a minha velha Rio-Pardo. E eu vos agradeço a honra e a lembrança. Pesa-me a responsabilidade do assunto, mas sobra-me, em compensação, um grande amor por minha terra natal, da qual sempre fui, sou e serei um enamorado. Cidade eminentemente histórica do Rio-Grande-do-Sul; cidade monumento; cidade tradicionalmente gloriosa; a nossa encarquilhada Rio-Pardo é bem uma Ouro-Preto no extremo meridional da Pátria!

Tudo em Rio-Pardo nos fala de um passado glorioso: Os seus templos, as suas necrópoles e as suas ruínas; as suas habitações coloniais, as suas ruas e os seus arredores; os seus marcos, as suas inscrições e as suas lendas!

Rio-Pardo — a minha “Bruges, a morta” — possui um grande, imenso, extraordinário acervo de glórias a lhe redoirar de

legenda a bruma esgarçada do pretérito. Intra-muros da cidade, o romeiro de velharias descobre, a cada passo, arcaicos monumentos, relembrando coisas que se foram. Sôbre Rio-Pardo, num halo de luz mortíça, pairam a lenda e a tradição.

Ao Rio-Grande farroupilha a minha esquecida cidade deu todo o seu entusiasmo e todo o valimento de seus filhos. Farrapos foram os poetas Sebastião Xavier e Francisco de Paula do Amaral Sarmiento Mena; os diplomatas e estadistas, também poetas, Antônio Paulino da Fontoura, Antônio Manuel Correia da Câmara e Antônio Vicente da Fontoura; os atrevidos guerreiros José Afonso de Almeida Côrte Real, Frutuoso Borges da Silva e Fontoura e Siqueira Leitão; os juizes Cândido de Azambuja e Gaspar Francisco Gonçalves; e outros e muitíssimos outros, que deram, desprendidamente, o sangue e a vida pela bandeira tricolor.

E as ruas daquela então vila viveram, intensamente, o drama e a tragédia da formidanda luta fratricida! Vários e sangrentos combates ali foram escritos, violentamente, com o sangue dos heróis.

Dentre todos os combates travados, porém, destaca-se o de 30 de abril de 1838, considerado o maior e o mais importante de todo o decênio farroupilha, quer em danos materiais, quer em danos morais.

Vou tentar descrevê-lo, mas quero pedir antecipadamente aos que me ouvem a sua bondosa benevolência à minha arenga.

A 3 de novembro de 1837 tomava posse do govêrno da Província o general Antônio Elziário de Miranda e Brito, nomeado para êsse cargo por Araújo Lima, que havia substituído na regência o Padre Feijó, impotente e assoberbado perante os acontecimentos do país. Araújo Lima facultou, de logo, a Elziário todos os recursos materiais necessários, afim-de que fôsse iniciada uma campanha decisiva contra os rebeldes. E' que o novo presidente comprehendera, imediatamente, que só a fôrça é que poderia "dominar êste oceano de insurretos pertinacíssimos!", no dizer de consagrado escritor. Já em officio à regência de 1.º de dezembro de 1837, Elziário dizia que o terror inspirado pelos rebeldes fazia com que não houvesse espiões contratáveis, e que a esperança de perdão ou anistia a ninguém abalava, nem tampouco

a sedução com dinheiro. Pedia, porisso, recursos, que lhe foram enviados, em homens, material e numerário. Honra e glória, portanto, meus senhores, aos leais gaúchos daqueles dias agitados e sangrentos. Nem a sedução com dinheiro, nem a compra a pêso de ouro de espiões, nem o aceno da anistia e do perdão dobraram a cerviz, mesmo ao mais humilde e simplório, dos que formavam nas falanges daqueles titãs sem mêdo e sem jaça!

Nos primeiros dias de 1838, confiou Elziário ao comando do marechal Barreto uma divisão das três armas, em uma ordem do dia notável pelos elogios rasgados que fazia às qualidades dêsse militar.

Os farrapos, por sua vez, agiam ativamente. Bento Gonçalves que se evadira da Baía, assumira, em Piratini, a presidência da República farroupilha, a 16 de dezembro de 1837, e imediatamente determinou várias providências de caráter militar. Sabendo da adesão de Bento Manuel, mas do pouco realce que lhe davam, e compreendendo a necessidade de aproveitá-lo (pois conhecia seu orgulho), criou-lhe um pôsto de comando de duas divisões, e procurou entender-se, em uma conferência, com o astuto e ambicioso cabo de guerra. A conferência deu resultado satisfatório e Bento Manuel uniu-se às fôrças do general Neto.

Elziário, moralizado com os reforços recebidos, operou para levantar o cerco de Pôrto-Alegre, que há muitos meses achava-se assediada pelas fôrças de José Mariano de Matos. Êste chefe farrapo, como não tivesse recebido os recursos de gente solicitados insistentemente a Bento Gonçalves, viu-se forçado a levantar o sítio, retirando-se com sua gente para a Serra.

Ao que parece, os dois Bentos, na longa conferência da vila do Triunfo, concertaram um plano de campanha, no qual fôra, muito de propósito, previsto o levantamento do sítio do Pôrto-Alegre, atraindo-se o inimigo para o interior.

Enquanto José Mariano e seus companheiros retiravam-se pela Serra, a tropa farroupilha que vigiava os legais sôbre o Jacuí, nas proximidades do Pesqueiro, retirou-se para Rio-Pardo, via Santo-Amaro, seguida de perto pelas avançadas imperiais. No dia 17 de março de 1838, guerrilhando com o inimigo desde a ponte do Rio-Pardo (onde cessou a perseguição), foram os repu-

blicanos acampar em Pederneiras, duas léguas e pouco além da precitada vila.

Estava feito o decantado “passeio militar” de Elziário, elevado às alturas de uma proeza napoleônica. Satisfeito com o rumo tomado pelos acontecimentos, o presidente regressou para Pôrto-Alegre, deixando em Rio-Pardo o marechal Barreto com 1.700 homens, sendo 500 de cavalaria, e mais os 1.^o e 2.^o Batalhões de caçadores e 8 peças de artilharia. Guarnecendo o Jacuí ficou uma esquadrilha de canhoneiras, comandada por Greenfel, e, em Santo-Amaro, como elemento de ligação com a capital, o 8.^o Batalhão de Caçadores.

O comércio de Rio-Pardo, que se achava paralisado, ressurgiu como por encanto, regorgitando os seus armazéns, de uma hora para outra, com as remessas vindas de Pôrto-Alegre. Em um só dia aportaram a Rio-Pardo 90 grandes canoas, carregadas de mantimentos.

Mas, em Pedernceiras, os heróicos farrapos não cochilavam. Diariamente recebiam reforços e suas fileiras eram engrossadas com novos contingentes de Caçapava e Piratiní, a êles reünindo-se João Antônio e Davi Canabarro com seus comandados, formando assim um total de quasi três mil homens, aparentando, entretanto, moleza e divergências entre os chefes, o que, propositadamente, faziam popalar para iludir Barreto.

E desta forma, com a maior precaução, foram os rebeldes abrindo, à noite, uma picada da Abelina para o Rincão d’El-Rei, ao norte da vila, “aterrando banhados e atoleiros com estivas feitas com os corpos dos próprios cavalos” e com faxinas, mais ou menos uns 7 quilômetros à montante da ponte que atravessa o aludido rio.

O general Antônio de Souza Neto assumira o comando em chefe das forças farroupilhas acampadas em Pederneiras. Bento Gonçalves seguiu para a Fronteira. Canabarro e João Antônio foram investidos cada um no comando de uma divisão. Bento Manuel, sem comando nominal, lhes era ali, com certeza, o generalíssimo, o conselheiro, o estrategista. Barreto tinha, pois, diante de si, dois grandes generais, Neto e Bento Manuel, e dois valentes coronéis, Canabarro e João Antônio, que em breve, também, seriam generais da república.

Reúnido em conselho, o E. M. farroupilha resolveu transpor, ocultamente, as águas do Rio-Pardo, pelos lados do Rincão d'El-Rei, visto como, acometer-se a vila pela ponte, considerou-se “de muito risco”, devido ao respeito que inspirava a artilharia inimiga. Abriram, porisso, os valorosos farrapos, sorrateiramente, a partir de 20 de abril de 1838, uma grande picada, quasi perpendicular ao rio em questão. Em chegando à sua margem direita, lançaram às pressas uma “dilatada estiva” sôbre cavaletes improvisados e amarrados às margens por uma forte rêde de laços. Os nossos curiosos engenheiros gaúchos haviam construído ali, o que a engenharia militar moderna chama de “ponte de circunstância”.

Estavam quasi vencidos os “imensos impossíveis”, na pinturesca frase de uma testemunha do facto.

A 26 e 27 de abril transpunha o exército farrapo aquele curso d'água, com a completa ignorância de seus movimentos por parte dos imperiais acantonados na vila. Canabarro era o vanguardeiro. A 27 as suas descobertas surpreenderam uma partida legal que patrulhava o Rincão d'El-Rei, comandada por Andrade Neves, o qual recuou às pressas para o Barro-Vermelho e por pouco não caiu prisioneiro. Canabarro apoderou-se de mais de mil solípedes do govêrno, e occupou o Passo-do-Couto, diante do Barro-Vermelho. Era o prólogo da tragédia...

O marechal Barreto, sabedor da pequena escaramuça, começou a tomar suas providências sôbre o Barro-Vermelho, onde nenhuma fortificação havia organizado. E' que Neto havia deixado pela margem direita do Rio-Pardo, diante da vila, no descampado da várzea, uma boa linha de cavaleiros, dissimulando a marcha contornadora que fazia.

O E. M. dos imperiais estava iludido, e iludia-se a si próprio. Primeiro julgando a vila de Rio-Pardo uma posição inexpugnável; segundo, desconhecendo, por completo, o efetivo do inimigo e seus movimentos; terceiro, julgando ingênuamente que os farrapos, aparecidos a 27, ao nordeste da vila procuravam alcançar Santo-Amaro para bater o 8.º Batalhão de caçadores, ali acantonado.

Para se compreender a situação das posições occupadas pelas duas fôrças antagônicas, no memorável combate de 30 de abril

de 1838, é necessário esquiçarmos, em traços expeditos, a topografia do Barro-Vermelho e adjacências.

A histórica cidade de Rio-Pardo, assente em donairosa colina de ondulações ora suaves, ora íngremes, acha-se enlaçada quasi pelos rios Pardo e Jacuí. Apenas pelo Barro-Vermelho, via Boa-Vista, há uma saída para o Norte, a pé enxuto. Quem, andando por essa estrada, alcançar as alturas do Barro-Vermelho, três quilômetros fora, à Nordeste da cidade, há de deter-se um pouco, com certeza, admirando a paisagem... Em frente, para o Norte, é a planície, ligeiramente acidentada, pontilhada de moitas baixas de mata. Demora, hoje, naquela baixada, a estação do Couto, com as oficinas da Viação Férrea e o vilarejo que a circunda. Além, obliquando-se um nada à esquerda, avista-se, numa eminência do terreno, a tradicional igreja de São-Nicolau, outrora tólido de índios: por ali avança a estrada real que vai para Santa-Cruz, passando pelo Rincão d'El-Rei. Mais para a esquerda é o vale fértil do rio Pardo, que desce da serra, coleando entre os montes. Perpendicularmente ao Barro-Vermelho desenrola-se a velha estrada real que, atravessando a ponte do Couto, se quebra em ângulo quasi reto para leste, rumo de Santo-Amaro, esgalhando-se, entretanto, pouco adiante, no Morro-das-Pedras, em direitura a Venâncio-Aires, via Passo-do-Sobrado. À direita erguem-se coxilhas, coroadas de caponetes, que encurtam o horizonte. Estamos no centro do Barro-Vermelho: à nossa esquerda o morro é íngreme e a uns trezentos metros, mais ou menos, protegido por espessa mataria; à nossa direita, em arco para a frente, acompanhando o caminho vicinal da Costa, o coxilhão vai descendo aos poucos, em successivas lombadas, até encontrar a várzea, já descrita.

E' êste meus senhores, em mal esboçadas linhas, o local onde feriu-se há 98 anos atrás, o maior combate de todo o glorioso decênio farroupilha...

A 28 de abril o marechal Barreto nenhuma dúvida mais tinha de que a vila seria atacada pelo inimigo, por aquele lado, de acôrdo com os informes prestados por seus vedetas. E' que o vilarejo de São-Nicolau, descortinado do Barro-Vermelho, regorgitava de farrapos e sôbre a várzea do arroio do Couto estendia-se uma respeitável linha de cavaleiros republicanos. Urgia, por-

isso, prontas e imediatas providências na fortificação das alturas do citado Barro-Vermelho, porque nada ali se fizera na pres-suposição de que era impossível ao inimigo transpor as brenhas e o curso do rio Pardo, como se o inimigo que tinha frente a si não fôsse constituído de gaúchos andaciosos e tenazes!... O brigadeiro Xavier da Cunha recebeu de Barreto a missão de efetuar um reconhecimento sôbre o campo inimigo, já tarde de mais, porém mal se havia aproximado da ponte do Couto e mal recuavam os esquadrões farrapos, chegou-lhe ordem intempestiva do comandante em chefe para recolher-se às linhas imperiais. Esse reconhecimento, tardiamente determinado, pouco ou nenhum esclarecimento trouxe ao E. M. imperial quanto ao número provável do inimigo e sôbre as suas intenções. Barreto e Xavier da Cunha, contudo, tomaram apressadamente as medidas de defesa necessárias, na previsão de um ataque de que não podiam mais duvidar: o centro do Barro-Vermelho, com uns 500 metros de descampado foi escolhido para centro de batalha, colocando-se ali três peças de artilharia, protegidas por 50 praças de infantaria; a direita, ocupando uma extensão de quilômetro e meio, mais ou menos, no arco de coxilhas que já vos descrevi, foi guarnecida com 3 Companhias do 1.º Batalhão de Caçadores, tendo como reserva, muito pouco à retaguarda, mais 5 Companhias do mesmo Batalhão e sendo colocada bem na extrema direita uma Brigada de cavalaria, sob o comando do brigadeiro Calderon, brigada esta constituída pelos 3.º e 4.º Corpos de Cavalaria e 1 Esquadrão independente; a ala esquerda foi confiada ao bravo coronel imperial Guilherme Lisboa, que soube aproveitar, com sua perícia, as favoráveis rugas do terreno. Como o centro imperial apresentasse pouco abrigo foi aberta ali, às pressas, uma trincheira protetora da artilharia, muito mal terminada, devido a falta de tempo.

Entrementes, Neto, o chefe farrapo, ia de surpresa em surpresa. Esperara primeiro ser atacado na ocasião de transpor o rio, o que naturalmente não aconteceu, por ignorarem os imperiais a sua marcha; julgara, em seguida, ver-se acossado rijamente, logo depois da escaramuça de 27 com o esquadrão de Andrade Neves, e, porisso, deixando para trás Bento Manuel com tôda a "impedimenta", tratou de avançar rapidamente para acudir Canabarro, caso

fôsse atacado; pensara, por fim, que os imperiais fôsem atacá-lo na Aldeia de São-Nicolau, e, precatado, determinou à sua gente rigorosa prontidão, fazendo-a passar as noites de 28 e 29, alerta, de armas na mão.

O inimigo, no entanto, tateava no escuro de informações precisas e cautelosamente esperava os acontecimentos.

Diante da inércia e pasmaceira do campo imperial, Neto deu suas ordens, a 29, para o ataque, divindo suas fôrças em 3 divisões: A 1.^a Divisão de cavalaria foi posta sob o comando do “intrepido coronel João Antônio”; a 2.^a da mesma arma, foi confiada ao comando do experimentado coronel Domingos Crescêncio; e a 3.^a, constituída de artilharia e infantaria, entregue à competência do coronel Marcelino do Carmo. Bento Manuel e Canabarro juntaram-se ao E. M. farroupilha. Conhecido o terreno e as posições ocupadas pelos contrários, determinou o general da República a ordem tática da contenda: o centro, ao mando de Marcelino, com suas peças de artilharia e infantaria, a direita, sob o comando de João Antônio e a esquerda, com Crescêncio à frente; reserva — duas Brigadas de Cavalaria.

Passara a noite de 29 para 30 de abril... As 5 horas da manhã moveram-se as bravas hostes farroupilhas, em marche-marche galhardo. Narra Alfredo Varela, dêste modo, o primeiro contacto das fôrças rivais: “Ecoa no arraial fronteiro, como o tremendo ronco, ora mais baixo, ora mais alto, de uma tempestade, o surdo rumor que despedia o cadenciado passo das formações pedestres, casando-se com o tropel horrendamente estrepitoso, da numerosa gente montada. Foi com os tímpanos a vibrarem sob a ação desta impressionadora orquestra, que os imperiais assistiram à furiosa arrancada, transposto em minutos, o plaine que se estira, da orla do arroio supra, ao sopé do Barro-Vermelho. Quando o rôlo majestoso dos impávidos agressores, já muito para avante, se espraizou convizinho das defesas caramurnas, a testa da coluna da direita (a que abriu fogo), surgindo pelo caminho da aldeia indígena, célere desenvolveu-se para a peleja.”

Ei-los empenhados em violento e encarniçado combate: a ala direita farrapa, contra a ala esquerda imperial, frente a frente dois bravos coronéis, dignos um do outro — João Antônio contra

Guilherme Lisboa. A esquerda farrapa contra a direita legal — Crescêncio versus Calderon. O centro, onde a artilharia troveja infernalmente, Marcelino e Neto, diante de Xavier da Cunha e Barreto...

Meus Senhores:

Estive, durante esta 2.^a quinzena de abril, descansando de minhas fadigas, junto ao Barro-Vermelho, no gôzo de minhas férias regulamentares. Escrevi estas linhas, que vos estou lendo, no próprio local, onde travou-se a tremenda pugna fraticida, que trouxe para o império “horas de amarga, dura prova deslustradora, mas que esmaltaria os anais do Rio-Grande com as páginas de sua maior glória, cívica e militar”, no dizer de consagrado e severo historiador.

Do lugar onde escrevo avisto lá em baixo a planície... Ouço tropel de cavalos e retinir de lanças! São as primeiras escaramuças... Ginetes garbosos investem furiosamente a cidadela imperial. Mistura-se a cavalaria caramurú com a cavalaria farrapa. E' o cha-ra-cha-chá do entrevêro. As avançadas legais recuam ante o turbilhão das cargas farroupilhas. Brilham e faíscam espadas de aço bom! Lanças, em molinetes, procuram o peito dos bravos. A cavalaria farrapa vai repechando a íngreme colina! E' um reponte bárbaro! Gritos! Imprecações! Invecitvas! A artilharia legal vomita pesadas granadas. A linha dos infantes do império metralha intensamente, nervosamente, as hostes farroupilhas. Tambores rufam! Clarins comandam cargas! Cornetas transmitem ordens, mal e mal compreendidas. A artilharia tricolor, por sua vez, toma posição e duela, por momentos, altaneiramente, com os canhões adversos.

Lá vai subindo, no rastro da vanguarda, a infantaria republicana, disciplinada e sublime de bravura! Cinco mil homens estão terçando armas!

João Antônio pela direita investe furiosamente a ala esquerda imperial sob o comando do valente coronel Guilherme Lisboa. Embalde tenta quebrar a resistência daquele flanco. O denodado chefe caramurú transforma sua posição em uma fortaleza inexpugnável. A luta é terrível, enérgica, violenta!

Crescêncio, um nada retardado, ataca a direita imperial, bizarramente! Mas, à carga farroupilha, Calderon manda responder com uma contracarga, comandada por Juca Ourives. Choques e contrachoque, ali se repetem. E' formidável e lindo o entrevô. Esquadrões rebeldes e legais baralham-se na luta porfiada e dão-se cutiladas fundas e mortais.

A-pesar-das contínuas e arrojadas cargas farroupilhas, os imperiais sustentam tenazmente as suas posições. E' preciso rompê-las, custe o que custar.

O general Neto, relanceando um rápido olhar pela arena da pugna, de imediato, descobre o ponto frágil da linha inimiga: E' o centro, quasi descoberto, com uma trincheira mal feita, onde se encontram as três peças de artilharia imperial, apoiadas apenas por 50 infantes. Urge tomar aquela posição, a ferro e fogo, embora a presa custe muitas vidas. Encarrega dessa espinhosa incumbência a três esquadrões da reserva. Trovejam as peças ameaçadas. Crepita a fuzilaria dos infantes. Mas os heróicos esquadrões arrojam-se em fulminante carga, que vai levando tudo de roldão. Os canhões emudecem. Quebra-se a linha inimiga. Biparte-se o campo adverso. Debandam espavoridos os imperiais do centro e vão levar o pânico à ilharga direita, sèriamente atacada. Outros farrapos penetram a brecha e vão acutillar os cavalarianos de Calderon pela retaguarda. No Centro e na direita imperial a debandada é geral. O pânico apodera-se dos defensores de Rio-Pardo e começa o "salve-se quem puder".

Sòmente o flanco esquerdo imperial ainda resiste. Ali está Guilherme Lisboa, impávido e soberbo de heroísmo. Enquanto, porém, a cavalaria farrapa vai em perseguição dos fugitivos, matando aquí, ferindo ali, aprisionando além, as forças de Marcelino contornam a posição de Guilherme e lhe vão cair pela retaguarda. Compreende então o bravo chefe imperial a iminência da derrota, mas continua sereno a combater. — "Rende-te, coronel Valente", gritam-lhe os farrapos, mas êle responde que se não entrega a rebeldes e com a bandeira nacional em punho, comanda uma última carga de baionetas, indo espetar-se, com seus comandados, na ponta das lanças enristadas dos republicanos, morrendo, dêste modo, heróica e gloriosamente.

O coronel Cabral de Teive, o major Epifânio e outros oficiais das forças imperiais estrebuchavam no campo da luta; enquanto Lopo Botelho, então major, Andrade Neves e mais alguns camaradas, feridos, ensangüentados, procuravam a salvação. O marechal Sebastião Barreto, os brigadeiros Xavier da Cunha e Calderon, acompanhados de diversos oficiais, fugiram para a esquadilha de Greenfel, rumando esta Jacuí abaixo, ainda sob o fogo de uma bateria colocada pelos rebeldes, à última hora, numa barranca do rio.

Foi êste o resultado do decantado “passeio militar” de Elziário: o maior dos fracassos que tropas do império sofreram em terras do Rio-Grande!

Nada menos do que 8 peças de artilharia, 1.000 armas de infantaria, 8.000 cartuchos embalados, os valores da pagadoria, os víveres do comissariado, 370 mortos, 800 prisioneiros, entre os quais 2 coronéis, 1 tenente-coronel, 2 maiores e 58 oficiais subalternos, e o restante fugindo em debandada para Santo-Amaro, tal foi a derrota sofrida por Barreto. O comércio da vila sofreu um prejuízo não inferior a mil e duzentos contos, conforme a ordem do dia do general Neto, pelas requisições feitas, que atingiram não só a vila como as embarcações surtas no porto.

Enormes, pois, foram as vantagens tanto morais como materiais obtidas pelos denodados farrapos. Elziário sentiu-se fulminado! Barreto morria um ano mais tarde, talvez de desgostos. O governo imperial mandou submeter seus oficiais superiores a conselho de Guerra. Começaram as acusações recíprocas. E o fato foi repercutir nas câmaras, onde o deputado liberal Álvares Machado acusou abertamente a Barreto, tomando a defesa dêste o deputado Bernardo de Vasconcelos, acusando, por sua vez, a Elziário, a quem o primeiro procurara defender.

Infelizmente, os liberais, embriagados pela estupenda vitória, não souberam tirar todos os proveitos do desastre de Barreto. Ou por discórdias, ou por indecisão, deixaram-se ficar em Rio-Pardo, inertes, quando deviam ter, incontinenti, avançado sôbre Pôrto-Alegre, que, facilmente, lhes caíria nas mãos, pelo estado de estupor a que ficaram entregues seus pouquíssimos defensores.

Mas a vitória dos farrapos em Rio-Pardo abalara o império em seus fundamentos! E quasi consolidou a república rio-grandense, não fôra a enérgica reacção do centro.

Eis, meus senhores, em pálida descripção o que foi o combate de Rio-Pardo, ferido a 30 de abril de 1838.

Poderia estender-me em detalhes dos antecedentes, desfêcho e conseqüências dêsse combate. Mas, mais prolixo me tornasse e vos iria fatigar em demasia. Perdoai-me, porisso, os instantes de atenção a que vos obriguei e aceitai os meus agradecimentos pela benevolência com que me ouvistes.

Disse.

O 16.º aniversario da fundação do Instituto Histórico e Geográfico

Comemorando a data, êsse sodalício realizou uma sessão solene, sendo por essa ocasião empossada a sua nova diretoria e recebido o seu novo membro, sr. Dante de Laitano.

Discurso do sr. Leonardo Macedônia ao empossar-se do cargo de Presidente do Instituto.

“Minhas senhoras e meus senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul completa hoje dezesseis anos de existência, tôda ela consagrada ao estudo do nosso passado, que encerra páginas magníficas dignas de serem comemoradas, para edificação dos contemporâneos, e para estímulo à imitação das virtudes dos nossos maiores.

Obra benemerita é sem dúvida essa aquí realizada pelo Instituto, e dignos de louvor são os membros do sodalício, obreiros infatigáveis, que há dezesseis anos vêm afirmando o seu amor à esta terra gaúcha, investigando, perquirindo e revivendo os feitos, as vidas, e as glórias dos nossos antepassados.

Realiza aquí o nosso Instituto a mesma tarefa executada em outros pontos do territorio pátrio, pelo benemérito Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela brilhante Sociedade de Geo-

grafia do Rio-de-Janeiro, pelo notável Instituto Arqueológico de Pernambuco, e pelos Institutos sediados em Manaus, na Baía, no Pará, no Ceará, em São-Paulo, em Minas-Gerais e em outros Estados da União Brasileira.

Em 5 de agosto de 1920, no Arquivo Público do Estado, instalado na rua Riachuelo, reuniram-se alguns homens estudiosos da nossa história, e do nosso passado, Florêncio de Abreu, Eduardo Duarte, Souza Doca, Amaro Batista, Guerreiro Lima, Adroaldo Mesquita, Armando Dias de Azevedo, João Maia, Aurélio Pôrto, Antão de Faria, e outros, e deliberaram a fundação do Instituto, concertada em 8 sessões preparatórias. Na última dessas sessões, de 9 de novembro, ficou definitivamente constituído o Instituto, com aprovação dos Estatutos, e eleição da Diretoria.

Finalmente, em 19 de novembro de 1920, foi solenemente instalado o sodalício, com um cadastro onde são registados os nomes de 52 sócios, efetivos, honorários e correspondentes.

E são iniciados os trabalhos, que prosseguem sem interrupção até agora.

Em 1921 tem princípio a publicação regular da magnífica Revista, primorosamente redigida, magnífico repositório de trabalhos de sócios e de pessoas estranhas ao Instituto, em que são divulgados estudos relativos aos fatos da História, e da Geografia do Rio-Grande-do-Sul.

A Revista está atualmente em seu 16.º ano de existência, e sempre que é distribuída desperta o entusiasmo de seus leitores e recolhe o louvor da imprensa, dos Institutos e Corporações, com quem efetuamos o nosso intercâmbio de publicações oficiais.

Mas não é somente a Revista que recomenda o Instituto.

As sessões públicas por êle realizadas atraem numerosa assistência, que tem ouvido dissertações e conferências, orações de recepção, e discursos de agradecimentos, dos novos associados.

A magnífica biblioteca, e uma preciosa coleção de documentos interessantes à vida do Rio-Grande-do-Sul, são uma fonte inesgotável onde os associados podem elaborar os belos trabalhos divulgados nas páginas da Revista, e nas sessões públicas, em discursos e conferências.

Por último, o Instituto regista em seu ativo a vitória alcan-

cada o ano passado, com a reunião do Primeiro Congresso de História e Geografia, convocado para o maior brilho da comemoração do Centenário Farroupilha, em sessões memoráveis, desde a de instalação em 1.º, até a de encerramento em 9 de outubro de 1935.

O Congresso constituiu um notável acontecimento, como atestarão em breve prazo os Anais em vérperas de publicação.

Para o êxito de tóda essa atividade de seus associados, o Instituto tem contado sempre com o apôio, moral e material, da honrada Administração Pública do Estado, com a preciosa colaboração da imprensa, e com a contribuição recebida das instituições congêneres, através do intercâmbio das publicações e trabalhos por elas dados a lume.

Justo é, portanto, que no dia de júbilo que estamos a viver, nesta data, não esqueçamos todos êsses auxílios, que muito nos tem desvanecido, e que nós esperamos receber, sem interrupção, para o futuro.

Meus senhores.

Celebrando o aparecimento, e a obra executada pelo Instituto, em sua breve existência, cumpre não esquecer no dia de hoje a colaboração, preciosa e magnífica, de alguns associados, exemplarmente dedicados ao Instituto, e que são credores da estima, veneração e do reconhecimento de todos nós.

Êsses associados são o preclaro desembargador Florêncio de Abreu, primeiro Presidente do Instituto, e atual Presidente honorário, e estimado Secretário perpétuo, dr. Eduardo Duarte, primus inter pares, na dedicação pela vida e pelo desenvolvimento do soladlício, e o erudito professor Guerreiro Lima, modesto e benquisto, nosso incansável auxiliar, e guarda vigilante do Tesouro do Instituto.

A todos êsses bons rio-grandenses, amantes da sua terra, beneméritos servidores do Instituto, sentimo-nos felizes em exprimir, de público, a imperecível gratidão de todos os associados.

Meus senhores.

Para muita gente constituem perfeita inutilidade Institutos como êste que aquí nos congrega esta noite.

Para tais pessoas o estudo da história é coisa sem importância ou utilidade. Nenhum interêsse existe em conhecer a vida, a obra e os feitos dos homens e das gerações que nos precederam.

Mal avisados são os que assim pensam e assim se manifestam. E, seguramente, revelam ignorância desta verdade incontestável: “O presente é filho do passado e deve preparar o futuro.”

Como estudar as condições da sociedade atual, sem averiguar a evolução por ela sofrida através dos tempos, sem apurar os fatos do passado, que razoavelmente devem esclarecer a regularidade das ações humanas, obedientes a leis intellectuais e físicas?

Estudar a História, averiguar o passado, é portanto uma necessidade. Devemos realizar êsse estudo, por ser a História “a mestra da vida”.

Inteira razão tinha Buckle, o arguto autor da História da Civilização da Inglaterra, quando escreveu que a História desfruta atualmente a preferência dos espíritos esclarecidos, pela confiança depositada em seus ensinamentos, e pelo precioso auxilio por ela prestado a tôda a sorte de investigações.

Os materiais por ela acumulados, e postos à disposição de tôda gente são, na verdade, consideráveis, e preciosos.

Os Anais políticos e militares são copiosa fonte de informações para estadistas e homens de Govêrno, responsáveis pela boa marcha dos negócios públicos, dentro da paz e da ordem que devem reinar na sociedade.

A História da Legislação, da Religião, das Belas-Artes, cuidadosamente organizadas, atestarão em qualquer momento a evolução legislativa de cada país, a evolução e o aperfeiçoamento dos sentimentos morais e religiosos tão necessários à vida das sociedades, como dos indivíduos, e a evolução do ideal artistico, em qualquer das manifestações da intelligência e do engenho do espirito humano.

A Paleontologia, a Arqueologia, a Numismática contribuem

com os seus pacientes trabalhos de investigações; para aumentar o nosso conhecimento do passado, e a evolução que tem percorrido as sociedades, transformadas e melhoradas, em suas condições de vida e de bem estar.

A Economia Política, a Estatística, com suas investigações em tórno de fenómenos interessantes à vida das sociedades, também contribuem para esclarecer problemas, e formular soluções de vantagem para as mesmas sociedades.

Estas verdades, aquí sumariamente expostas, são felizmente compreendidas hoje, pela grande maioria, aquí e alhures.

E, Institutos como o nosso, existem em todos os Estados Brasileiros, afirmando e honrando a cultura brasileira.

O Instituto sediado no Rio-de-Janeiro, com existência quasi secular, e em que tem executado rigorosamente a sua brilhante divisa: "*Pacífica occupatio scientiae*" —, constitue motivo de legítimo orgulho para todo o Brasil.

Quanto ao nosso Instituto, é oportuno assinalar que os seus fundadores em 1920, tiveram exata compreensão dos conceitos que há pouco externei sobre o valor, a utilidade, a necessidade e o proveito dos estudos e investigações históricas.

E a divisa por elles adotada exprime com justeza todo um programa de atividade, e de trabalho, em benefício e proveito do nosso amado Rio-Grande-do-Sul:

"*Incorructam fidem professis neque amore quisquam et sine odio dicendus est.*"

O facho por elles aceso em 5 de agosto de 1920 está em nossas mãos.

Por nossa própria honra, e para glória da nossa terra, srs. do Instituto, elevemos bem alto esse facho, que se não deve extinguir, mas brilhar com maior intensidade, guiando e conduzindo o Instituto aos seus gloriosos destinos. — Disse."

O elogio de Antão de Faria e José Artur Boiteux

Discurso pronunciado pelo deputado Adroaldo Mesquita da Costa, na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, em 5 de agosto do ano em curso.

Exmo. Sr. Presidente. Digníssimos consócios. Exmas. Autoridades. Meus senhores.

Dezasseis anos, no início da vida do homem, neste mundo, é, apenas, o desabrochar de sua existência, pois que êsse período corresponde ao tempo em que se lhe hão de plasmar, em definitivo, as diretrizes que o devem guiar até ao túmulo. Na vida de uma instituição, porém, como esta, que almeja comemorar os centenários, com mais vitalidade e entusiasmo que os que testemunhamos em seu nascimento, dezasseis anos são já idade respeitável que, senão surpreende a quantos congregarem energias para vê-lo realidade, a preencher lacuna tão notoriamente sentida por quem se interessasse pelas coisas do Rio-Grande, causa, entretanto, pasmo e admiração a todos — é força confessá-lo, — inclusive aqueles que duvidavam da solidariedade de nossos esforços e do adiantado de nossa cultura. Desde 5 de agosto de 1920 até hoje, quanto tem feito êste Instituto Histórico e Geográfico para que bem se conheça o Rio-Grande, não só lá fora, senão também aqui dentro.

Com quanto tem êle cooperado, para que melhor nos conheçamos a nós próprios. O "Gnosce se auton" do filósofo grego

foi criado, é bem verdade, para o homem, mas tem também integral aplicação à vida dos povos. Estes, como o homem, precisam de se conhecer a si próprios. Um povo que se não conheça a si mesmo; que ignore suas tradições, não recorde seus heróis e não vibre de exaltação cívica, cultuando a memória dos seus grandes homens e de seus grandes feitos, não é digno do nome de povos.

Será, quando muito, um aglomerado de gente; uma imensa massa humana, se quiserem; mas jamais um povo, porque povo é comunhão de interesses, é unidade de intenções, é tradição ininterrupta, é a língua, o território, a memória dos que se foram e a esperança dos que hão de vir; é, numa palavra, um só corpo, uma só alma, vivendo e morrendo, pela vitória do mesmo ideal. E nesse passado que é ainda de ontem, quantos sacrifícios, quantos dissabores, quantos embates de toda natureza; luta de idéias, luta pelo império da verdade, luta pelo triunfo do bem teve de sustentá-las todas o Instituto e, com elle, como seus soldados, todos os seus consócios.

E a esta campanha meritória vieram arregimentar-se combatentes de todos os setores do Brasil, como a proclamar, alto e bom som, que o nosso insulamento é apenas geográfico, porque o nosso coração e a nossa alma se abrem e se dilatam, para abrigar todos os sentimentos que, com nobreza e lealdade, procuram elevar a pátria comum de todos nós, o nosso estremecido Brasil.

Quantos que aquí formaram conosco, desde o primeiro instante, já há muito desapareceram no torvelinho da vida, a receber o galardão de suas ações e méritos incontestáveis.

E' função precípua do cargo que exêrço nesta casa recordar os que se foram, dizendo da nossa saudade e do claro por elles aquí deixado com a partida não querida e, para sempre, sentida e lembrada.

Dois foram os consócios que a boa morte nos levou, desde 5 de agosto do ano findo: Antão Gonçalves de Faria e José Artur Boiteux.

Antão de Faria foi um puro e foi um justo.

Nascido na terra que perpetua com nome cristão o nome de Sepé Tiarajú, pois que viu a luz do mundo na vila de São-Sepé, a 17 de janeiro de 1854, elle bem cedo havia de trocar a vida bonançosa da fazenda de seus pais, para completar a formação ali

iniciada, matriculando-se no Colégio Gomes, nesta capital, onde Ferreira Gomes prodigalizava à mocidade daquela época são ensinamentos e instrução bem sólida que lhes haveriam de servir de base e fundamento, como alicerce inamovível, fôsem quais fôsem as vicissitudes que se lhes deparassem no grande mar da vida.

Tentou o comércio; chegou mesmo a empregar-se nesta capital, mas concluídos os preparatórios, em parte aquí obtidos e, em parte, no Colégio Marinho do Rio-de-Janeiro, a vocação das armas o chamou e ci-lo então, a cursar a Escola Naval, onde chegou a ser guarda-marinha.

Seu pai, porém, Mateus Faria, com o conservantismo que é bem o característico daquela boa gente dantanho não queria ver o filho sempre ausente, longe dos seus carinhos e de seu afeto e, porisso, rogou-lhe abandonasse a carreira que tanto o seduzia.

Como bom filho, êle que aos 9 anos ficara órfão de mãe — a sua mãe idolatrada, d. Umbelina Gonçalves de Faria, sacrificou, quem sabe, a própria vocação, para fazer a vontade paterna e, porisso, despiu a farda da Marinha Nacional e ingressou no 3.º ano da Escola Central do Brasil, hoje Politécnica, onde, em 1877, recebeu o grau de engenheiro-civil.

Voltando ao pago com esplêndida formação moral e intelectual, convencido de que a Monarquia era planta exótica no Continente Americano, alistou-se nas fileiras republicanas e tal foi o ardor de suas convicções, o entusiasmo de sua prédica, a clari-vidência de sua palavra sugestiva, sempre sincera e honesta, que já em 1.º de março de 1883, por ocasião do 1.º Congresso Republicano reunido nesta capital, comparecia como representante de São-Sepé, eleito pelo Clube de Caçapava.

A Convenção de 23 de fevereiro de 1882 determinara o dia 1.º de janeiro seguinte para a verificação da escolha de representantes do partido naquele “1.º Congresso Republicano Rio-grandense” e Antão de Faria obtinha, numa unanimidade sumamente honrosa, a totalidade dos votos de seus correligionários, numa época em que o mérito era tudo e o desprendimento pessoal a norma conduta obrigatória de quantos quisessem seguir os ideais republicanos.

Quem tão desvelado se vinha mostrando na fase da propa-

ganda não é de estranhar fôsse buscado pelo unânime consenso de seus patrícios, no momento em que se haveria de dar forma legal às ideologias da propaganda, em que Castilhos, Venâncio Aires, Assis Brasil e tantos outros rio-grandenses ilustres firmaram o pedestal do monumento que a nossa gratidão lhes haveria de erguer, no coração do povo rio-grandense.

Na Constituinte de 91 Antão de Faria foi um dos mais infatigáveis defensores do programa pelo qual se batera na propaganda.

A 8 de janeiro de 91 profere magistral discurso, em defesa do projeto que havia apresentado para que as minas e terras devolutas fôsem do domínio dos Estados, sem prejuízo dos direitos da União a tôda porção de território de que precisasse para a defesa das fronteiras, para fortificações, para construções e, em geral, para qualquer serviço público que dependesse direta ou exclusivamente de sua autoridade.

A 7 de fevereiro volve à tribuna, para formular um reparo e um protesto: reparo por se lhe atribuir, injustamente, a prática de uma injustiça, e um protesto contra o Convênio aduaneiro que o Brasil ia celebrar com os Estados-Unidos-da-América-do-Norte.

A sua palavra e o seu voto, como político, prestigiaram sempre aquilo que o cidadão e o chefe de família defendiam na vida social ou no remanso do lar. Para êle não houve jamais a dualidade de moral, tão freqüente ainda nos tempos que correm: uma para uso, em casa; e outra para o cenário da vida política. Talvez porisso mesmo não tenha logrado continuar a carreira que tão promissora e brilhante se lhe deparara, logo de início.

Aberta a dissidência entre os republicanos, acompanhou Antão de Faria o movimento feito por Barros Cassal e outros. Floriano Peixoto, que ao assumir o poder se mostrara inclinado a dar fôrça a essa dissidência, nomeou-o Ministro da Agricultura, funções que desempenhou de 23 de novembro de 91 a 22 de junho de 92 tendo, entrementes, exercido interinamnte a Pasta da Fazenda, de 23 a 26 de novembro de 91, enquanto se aguardava a chegada de São-Paulo, de Rodrigues Alves, Ministro efetivo. Novamente de 31 de dezembro de 91 a 10 de janeiro de 92 ocupou êle a mesma pasta.

A 22 de junho de 92 volveu ao Estado natal, donde, solidário

com a revolução de 93, teve de emigrar para Buenos-Aires e dali, só regressou em 94. Alí também perdeu a primeira consorte, a exma. senhora d. Januária Magalhães de Faria.

De volta do exílio, abandonou a política, essa eterna madrastra, que desilude os mais sadios entusiasmos, sacrifica as mais belas ideologias, e, qual Moloch insaciável, tritura e devora amizades, reputações, gratidão, reconhecimento, enfim os sentimentos que mais caros deveriam ser à dignidade humana. Foi viver da profissão, dedicando-se de preferência à agrimensura, ramo em que tantos e tão assinalados serviços havia de prestar à comunidade rio-grandense.

São-Sepé, Caçapava, Encruzilhada, Cangussú, Tapes, Camaquã, São-Francisco, Viamão, Conceição-do-Arroio, Mostardas, São-Jerônimo, Triunfo, Pôrto-Alegre, conheceram “de visu” a competência e a integridade com que desempenhava os encargos a êle confiados.

Em três medições por êle feitas e de muita relevância, atento o vulto do valor das propriedades em jôgo e dos interêsses em conflito, intervi como advogado. Pude, então, de perto avaliar a extrema bondade daquela alma de escol, aliada a uma energia bem rara nos dias de hoje. Convencido da justiça de uma atitude, não recusava assumí-la, ainda que desgostasse ou contrariasse até mesmo aqueles que lhe haviam lembrado o nome para o espinhoso encargo de perito. Quantas vezes vi-o a harmonizar condôminos em litígio, criando ou extinguindo servidões, por necessárias ou abandonadas. Quantas outras vi-o levantar dúvidas afinal julgadas procedentes, relativas à autenticidade ou validade jurídica de documentos, por não querer contribuir, mesmo indireta e longinquamente, na prática de ato contrário aos ditames de sua consciência de eleito.

A sua simples presença numa medição era garantia de moralidade; exercia por assim dizer, benéfica ação católica.

Nunca o surpreendi em palestras fúteis ou obscenas, cousa hoje tão comum, mesmo entre os homens provectos, dos quais deveriam a mocidade só receber sólidos ensinamentos e ótimos conselhos de como se deve gastar o tempo com utilidade e proveito. Sua conversa era sempre instrutiva e proveitosa, adequada ao auditório e ambiente em que se encontrava. Jovial e brejeiro

entre moços; grave e circunspecto nas rodas sociais a que raramente comparecia em cumprimento de deveres de cidadão e chefe de família; prudente sempre e sempre respeitoso, a sua presença irradiava simpatia e bondade, conquistando de logo os corações, porque se percebia estar diante de um homem de bem.

Ocupou as mais elevadas posições políticas: deputado, Secretário de Estado, Constituinte Federal, Ministro da República, em tôdas elas as suas mãos honradas, mais de uma vez, tiveram de dar prova de que sua moralidade não era para efeito externo senão que era praticada mesmo nos assuntos em que a sua posição de chefe lhe dava a prévia certeza de que, jamais, as contas lhe haveriam de ser tomadas.

Morreu pobre, mas deixou à descendência e à posteridade um nome que é símbolo de dignidade e brasão de honradez.

O seu afastamento da atividade política não significou, porém, indiferentismo pela “res publica”. Seus grandes problemas, o estudo de sua economia e de suas finanças; o aproveitamento das riquezas, a extração das minas, tudo foram objeto de seus constantes cuidados e lembranças tendo divulgado pela imprensa, magníficos estudos sobre problemas nacionais, notadamente sobre a Viação-Férrea no Rio-Grande-do-Sul, como rêde estratégica e sobre “sistema mercantil, protecionismo e contrabandos”.

Ainda a 3 de maio de 1933, quando o Brasil em pêso acorreu às urnas, crente em um novo estado de cousas, foi dar êle também o seu voto e, na mesa eleitoral, antes de depor na urna a cédula com os nomes de sua preferência, os pródromos da doença a 3 de fevereiro último haviam de levar ao túmulo êsse varão probo e justo, que qual trabalhador da hora undécima, haveria de receber, na vinha do Senhor, igual salário ao daqueles que nela antes dêle, já se encontravam a trabalhar. E' que a consciência pura daquele espírito superior não resistiu à graça divina e, em setembro de 1935, quando o Rio-Grande, por entre as mais justas demonstrações de fraternidade cristã, comemorava o Centenário da Epopéia, êle se achegava à Igreja Católica para ser dela, desde aquele instante, um dos seus mais ilustres filhos em terras rio-grandenses.

José Artur Boiteux, nasceu a 9 de dezembro de 1870, na então cidade de Nossa Senhora do Destêro, no seio da Igreja Católica e a esta conservou-se fiel até ao último alento de sua vida.

No Hospital de Caridade de Florianópolis, fundado pelo zêlo inexcedível da glória de Deus, dêsse verdadeiro apóstolo de Cristo, — o Irmão Joaquim — o qual, entre nós, lançou os alicerces dessa obra extraordinária que é a nossa Santa Casa de Misericórdia, finou-se êle, chorado da família, dos amigos e, principalmente, do povo catarinense, porque José Boiteux foi antes e acima de tudo um homem do seu povo, da sua terra, um barriga-verde da gema.

Diplomado em direito pela Faculdade de São-Paulo, volven à terra natal, onde galgou rapidamente, na magistratura, graças ao seu labor indefesso e à retidão de sua conduta, as culminancias da desembargadoria do mais alto tribunal do Estado.

Conhecedor emérito das letras jurídicas, suas sentenças e acórdãos constituem peças inteiriças que servem de paradigma à boa linguagem e à jurisprudência, para a eqüidosa aplicação dos textos legais.

A sua inclinação, porém, foi, desde os bancos acadêmicos, pelos estudos da história, que nêle teve um dos mais sinceros e probos cultores, porque nos documentos e nas pesquisas buscava tão sòmente a verdade, muito embora desgostasse esta a quem só gôsto lhe havia dado.

Foi infatigável estudioso da história barriga-verde. Creio não cometer êrro se afirmar que ninguém até hoje conheceu melhor e mais profundamente a história de cada recanto dêsse bom vizinho limítrofe que é Santa-Catarina.

O Dicionário Histórico e Geográfico que êle nos deixou em 3 volumes é disso a comprovação incontrovertida.

Que o estudo da história foi a sua vocação de predestinado, di-lo o fato eloqüente de magistrado e jurista, tendo exercido a judicatura por mais de 30 anos, não haver enfeixado em letra de fôrma nenhum de seus arestos, um único de seus luminosos pareceres. Ao passo que da História e Geografia, perde-se o número dos escritos em que difundiu enorme soma de conhecimento de subido valor e estima.

“Arcas de um barriga-verde” é outro repositório de ilustrações inéditas, para quem bem queira aquilatar da beleza dos lances homéricos, das virtudes heróicas que se aninham no coração da guapa gente d'além Pelotas.

Boiteux foi um sonhador e um visionário fanático da grandeza de sua terra, de suas incomensuráveis riquezas, de seus homens e suas obras. “Foi um bisbilhoteiro incorrigível da nossa história”, como dêle escreveu alhures um de seus melhores amigos. Era, por assim dizer, o relicário ambulante e a crônica viva da terra, dos homens, dos fatos e das cousas de seu Estado natal: um colecionador obsecado e tradicionalista inveterado de tudo quanto diz respeito ao nosso passado histórico e aos nossos avoengos. Naquela cabeça já quasi branca pela neve dos caminhos; naquele olhar percuciente, meigo e irrequieto; naquele andar nervoso, exteriorizava-se formosa e invejável inteligência onde turbilhonavam todos os pensamentos e todos os sonhos do futuro grandioso da terra que lhe foi berço e que é hoje o seu último e álgido leito.

Alí em Florianópolis, numa travessa da rua João Pinto, há um velho casarão. Contrastando com as paredes e com o todo vetusto edifício, alí está uma placa de mármore com o seguintes dizeres a recordar o grande pintor patricio: “Nesta casa nasceu Vitor Meireles”.

— Quem a pôs alí? — José Boiteux, o zeloso do culto dos nossos prohomens.

Mais adiante, depara-se-nos o Instituto Politécnico. Quem o levantou? — José Boiteux, o homem de esperança inexcedível, na grandeza de sua terra.

Aquí se ergue a Faculdade de Direito. De quem é ela obra? — de José Boiteux, o cultor do direito, o apóstolo da justiça, o homem que compreendeu a necessidade da mocidade não bafejada da fortuna; aquele que lançou e cultivou, com carinho e zêlo, a semente que já vai germinando exuberante de seiva, para que o ensino das letras jurídicas fôsse realidade, palpável no Estado de Santa-Catarina.

Foi a Faculdade de Direito a sua última iniciativa e a ela dedicou com zêlo apostolar os últimos dias de sua existência, conseguindo em cinco meses, enriquecer com doações angariadas,

pela sua dedicação inegualável, a sua biblioteca incipiente, com mais de 2.000 volumes de valor inestimável.

Era historiador dos mais probos que tenho conhecido e a confirmar o dito, quero apenas enumerar um fato.

De uma feita, em uma de minhas viagens a Florianópolis, com êle palestrando, assim o interpelei:

“Diga-me Desembargador, por que motivo o meu amigo que tem escrito sôbre tudo o que interessa à história de Santa-Catarina e sôbre todos os seus grandes homens e heróis; por que razão o prezado mestre, nessas Efemérides Catarinenses, onde o Cantú Mirim (pois que era êsse o seu pseudônimo preferido), dia a dia nos faz novas descobertas e revelações, não exaltou a memória dessa heroína extraordinária que é Anita Garibaldi?”

Êle, entre triste constrangido, fitou-me longamente e assim me respondeu:

“O povo muitas vezes tem preconceitos que urge respeitá-los. A História, porém, não raro os destrói, evidenciando-lhe os erros e os enganos.

Eu tenho a certidão de casamento de Ana Maria de Jesús com Manuel Duarte de Aguiar, celebrado alí na Laguna. Conheço também o seu segundo casamento com José Garibaldi, efetuado na Igreja de São-Francisco em Montevidéu. Jamais encontrei, porém, a certidão de óbito de Manuel Duarte de Aguiar e, enquanto não a encontrar, conservarei as minhas dúvidas ou antes, quasi certeza de se haver realizado o segundo matrimônio sem estar dissolvido o primeiro e eu, bom amigo, ainda que todos me censurem, crie, embora, inimizades, não glorificarei uma bígama.

Respeitei tão rude franqueza e, enquanto foi êle vivo, jamais descansei, procurando e mandando procurar a verdade, onde ela pudesse ser encontrada, afim-de lhe evidenciar o engano ou de lhe confirmar o acêrto e confesso que, a-pesar-de meus esforços, não logrei êxito nas minhas investigações, de forma de dissipar a dúvida daquele grande espírito.

Mereceu pelos seus escritos e pelas suas virtudes as mais variadas homenagens e o seu nome se acha ligado a uma infinidade de institutos culturais. Era êle sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa-Catarina; sócio benemérito e secretário geral da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro;

secretário geral da Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira; sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São-Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; sócio correspondente do Instituto do Ceará, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Norte, do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas; do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; do Instituto Geográfico e Histórico da Baía; do Instituto Histórico e Geográfico Fluminense; do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas-Gerais, da Sociedade de Geografia de Lisboa; da Société de Géographie Commerciale du Havre, da Société Academique d'Histoire de Paris; do Centro de Ciências e Letras de Campinas; da Associação de Imprensa de Manaus e do nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul.

Cognominavam-no em sua terra o “plantador de estatuas”, porque foi ele quem mais incentivou êsse tributo de homenagem póstuma a quantos por suas obras e nobres feitos se tornaram credores da veneração de seus concidadãos.

Saiba, agora, também aquele povo, generoso e bom, manifestar a sua gratidão a quem em vida só teve uma aspiração e um pensamento único: elevar-lhe o nome; dignificar-lhe a história e honrar-lhe as imarcescíveis tradições.

Resgate o povo catarinense essa dívida de honra para com quem tanto é credor de sua estima e gratidão.

Disse.

Recepção do sr. Dante de Laitano no Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul em sessão de 5 de Agosto

O discurso do recipiendário

Sr. Presidente do Instituto Histórico, sr. Reitor da Universidade, srs. consócios, autoridades e meus senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul que hoje me recebe em sua casa é uma obra da inteligência, da vontade e do esforço de pensadores devotados e de estudiosos subtis. Criando para si um clima artificial de cultura está formando uma pléiade de expressões, e uma geração de valores. Transportam para a realidade os fastos que animaram as velhas páginas e sentem a palpação dos anos.

Procurar ou tentar pesquisas no laboratório da história não é uma atitude intelectual.

Ao contrário, deve haver nos olhos e na alma dos homens que amam o passado qualquer coisa de íntimo com o mundo.

Não me considero um estranho dêsse ambiente de livros cansados e esquecidos, de memórias heróicas e de sonhos que viveram o seu grande instante porque eu sempre amei a história como ciência e como arte.

As origens duma paixão são sempre menos interessantes do que as razões das próprias paixões. Viajei muito pelos capítulos dos volumes famosos e não famosos mas o meu ingresso neste

Instituto é apenas para corresponder ao convite de amigos bondosos.

Atendi bastante entre o mérito e a gentileza.

O estado criador do historiógrafo é um drama.

Escrever ou narrar a vida dos clans e das nações não exige sòmente meditação.

Não cabendo, às vezes, indagar sòbre grandes civilizações, tem que se reduzir e adaptar aos modestos ensaios de sociedade humana.

Para o americano do Brasil o estudo de sua formação até ao nascimento duma nacionalidade são deduções recentes onde os próprios aspectos arqueológicos surgem como fórmulas primárias.

“O que se procura hoje, como objetivo imediato da investigação social, são os estudos locais, os trabalhos monográficos, a análise particularizada de cada agregado humano. E’ um trabalho ciclópico que deve ser estendido a tôdas as regiões do globo, onde quer que o homem haja formado uma sociedade, por mais rudimentar que seja.

Só depois dêsse formidável trabalho de investigação e análises, consubstanciadas em monografias exaustivas sòbre cada agrupamento humano, e do estudo meditado dessa massa colossal de dados e conclusões locais, vindo de todos os pontos do globo, será possível à ciência social elevar-se às grandes sínteses gerais sòbre a evolução do homem e das sociedades”, ensina Oliveira Viana.

Ao historiador regional lhe está guardado desta maneira um lugar de verdadeira significação.

O drama exterior, objetivo, do analista de evoluções de povos ainda jovens se compensa pelo sentido que virá representar êsse exame na fronteira dos estudos gerais.

A angústia dos pequenos campos culturais, a ânsia do limitado e a asfixia das sociologias provinciais estão sublimadas por um desejo de servir aos *habitats*, de nascimentos e por uma política literária que nos impele à cumprir uma determinação secreta do patriciado sob o qual vivemos.

O drama exterior, êsse drama objetivo que amargura os homens povoadores das regiões de horizontes visíveis de instantes

a instantes, a tristeza das criaturas que estão sempre a olhar as paisagens ingênuas e moças, é ainda muito pouco diante do outro drama maior e mais doloroso: o drama interior, subjectivo.

Se ficamos reduzidos à escravidão do ambiente por imposições de sangue e de coração, construindo para nós mesmos a tragédia dos nossos motivos mentais, a maneira de ser o intérprete de tudo isso é, então, integralmente comovida.

Mas quando a miniatura dos temas regionais parece enfraquecer o valor da ascultação histórica, temos que encarar o problema no seu debate moral e como nos preocupa um povo adolescente, ficamos diante de camadas de idéias recentes.

A subjectividade não é obrigada a excursionar retrospectivamente por séculos — mas o drama interior vive, está claro, a sua plenitude embora mais iluminado.

“Os brasileiros somos, geralmente, historiadores de curto voo. Na história confundimos a eloquência com a verdade. Não possuímos a noção de estabilidade; ora, sem essa qualidade primordial, que não se improvisa, e somente se adquire com o trato e a experiência dos homens e do mundo, não haverá equilíbrio nos conceitos, nem justeza nos comentários; não haverá filosofia na história”, diz Ronald de Carvalho, o mais fino e agudo dos nossos observadores literários.

Mesmo no quadro sintético da evolução dos gêneros organizado por Sílvio Romero em sete períodos das letras históricas do Brasil, seis são ocupados por épocas de diários, relatórios, cartas, descrições corográficas, crônicas de capitânias, nobiliarquias, histórias gerais e monografias. Para atingirem, enfim, uma fase que além da erudição, surgem algumas vistas teóricas” é preciso nos socorrer de Capistrano de Abreu, Teodoro Sampaio, Oliveira Lima e João Ribeiro, que viveram na atualidade do Brasil.

“O espírito de síntese não é o nosso forte. Decorre daí a nossa incapacidade como historiadores”, conclue um dos mais humanos ensaístas nacionais.

Mas o pensamento antigo não consubstanciou um sistema filosófico-histórico perfeito no qual se explicasse as relações dos fatos entre si. “A própria força especulativa do espírito grego deve renunciar a essa honra”, como disse Francisco Sawicki, na sua admirável “Filosofia da História”.

Porque, continua o mestre alemão, “à antiguidade pagã faltou por muito tempo a idéia de unidade e de solidariedade do gênero humano.”

E se aceitássemos para nós, em princípio cautelosamente proporcional, a ausência de unidade, também não explicaríamos em parte a debilidade da filosofia da história do Brasil?

A unidade brasileira sugeriu uma evocação metafísica de Graça Aranha na “Estética da Vida”, mas o criador de “Chanaan” nos mergulha na mais dolorosa das indecisões.

O problema da unidade do Brasil ainda é uma incógnita.

Os estudos históricos brasileiros estão evoluindo lenta e definitivamente.

Nenhum instante, portanto, mais claro para meditarmos sobre as tendências filosóficas que deverá rumar a nossa história.

Aquí chegamos ao drama interior do historiador.

“Vede nello spirito umano un principio intrinseco superiore alla natura e di conseguenza ammente una differenza essenziale fra le azioni dell'uomo e gli aventi naturali, riconosce una intelligenza divina che agisce nel mondo ed influisce decisamente sul corso di tutte le cose. In conseguenza sostiene che le idee divine sono efficace anche nella storia e la dirigno verso un fine ultimo voluto da Dio”, e com essas palavras um cérebro da ciência forma o conceito do idealismo moderno da filosofia da história.

Nasciam em Kant os germes dos princípios da reação espiritual nos estudos atuais da história.

“No processo do fato histórico, segundo o pensador da “Crítica da Razão Pura”, a sapiência divina entra em primeira linha, servindo-se do homem como seu instrumento.”

Mas “a luta pela perfeição do espírito” ascende-se no início do século XIX e em terras da Alemanha três grandes filósofos clamam por suas consciências panteísticas, dizendo que o homem não é senão uma manifestação do divino.

Fichte aceita, para suas teorias filosófico-históricas, que somente a “moral” poderá valer nos momentos mais eminentes duma civilização ideal quando se plasmarem tôdas as relações com a liberdade, segundo a razão.

Schelling imprime um caráter religioso em suas deduções de

história e explica o processo do mundo como uma emanção das coisas de Deus.

Hegel desdobraria os princípios panteístas, fazendo que a história da humanidade pudesse ser alcançada por uma espiritualidade divina". O primeiro plano do caminho da história é traçado por uma "idéia" também divina. O sujeito imediato das manifestações históricas é sempre o homem mas o homem é o órgão da idéia."

Os três pensadores alemães tiveram transportadas suas especulações até aos nossos dias. Deístas ou panteístas os filósofos da história de hoje podem formar no combate ao materialismo ainda com Fichte, Schelling e Hegel, admiráveis células do espiritualismo.

Se passarmos por Humbolt com o seu "Papel do historiô-grafo" e por Ranke, com o seu ensaio sôbre Maximiliano, ambos trabalhos de inspiração anti-materialista, chegaremos, no país de Goethe, pátria do pensamento filosófico, às "Idéias na história natural e na história da humanidade" de Lotze, que afirma: "não é bastante que a história vá realizando gradualmente o ideal de civilização, é ainda necessário que toda a humanidade seja chamada ao estado final da perfeição."

"Microcosmo" de Lotze é um grande livro do cristianismo contemporâneo.

E em todos os métodos históricos de Windelband, Rickert, Muensterberg, Mehliis, Lindner e Eucken a moderna Alemanha se revela a mesma senhora do mundo ideal.

"O homem tem um íntimo nexo com a vida espiritual de natureza divina, que tudo abrange e que se reflete na história. A personalidade criada porém não é um simples ponto de transição do processo cósmico, mas um centro de atividade relativamente independente de cuja cooperação depende o desenvolvimento da vida divina sôbre esta terra", comenta Eucken numa declaração afirmativa de espírito.

As reações germânicas naquele hemisfério de cultura nórdica se contrabalçaram com a civilização mediterrânea que impregna as conquistas intelectuais da França.

Norte e sul europeu se harmonizaram para criar um estado,

cultura e um pensamento contra o naturalismo e contra o materialismo.

O expressionismo do sentimento gaulês se caldearia em Cousin, Renouvier e Guizot, que no século XIX ergueriam as bandeiras duma França cristã.

Representando as duas grandes massas da inteligência universal a França e a Alemanha implantaram um novo regime de cultura histórico-idealística em meio das maiores chamadas revolucionárias, anarquistas e niilistas.

O século ainda daria Carlyle, o místico das grandes personagens, que encontrava em Deus o formador das civilizações. Vitor Cousin, cheio de otimismo histórico, como observa Robert Flint professor da Universidade de Edimbourg, que escreveu uma "Filosofia da História na França", tem o autor do "Curso da história da filosofia moderna" um "grande mérito de ver distintamente as relações que existem entre a psicologia e a filosofia da história. A ciência da história é propriamente uma ciência psicologia que supõe uma consciência das afeições, das leis fundamentais do espírito e dos caracteres humanos, e que a análise histórica possa completar e corrigir a análise psicológica mas não que sejam separadas nem substituídas."

Renouvier, inspirado no sistema Kantiano, sujeita-se "a uma luta incessante entre antíteses irreconciliáveis: em religião, cristianismo e budismo e em filosofia, finito e infinito, necessidade e liberdade, fé e ciência."

François Guizot, que nos deu uma admirável "Meditação sobre a religião cristã", mostra as suas melhores qualidades de espírito nas obras de história, segundo o depoimento de um elegante professor escocês.

"Concienzoso nas pesquisas, entendendo do necessário, exatidão para nada omitir do essencial, largueza de visão e moderação de julgamento, penetração para encontrar as causas e os efeitos, elevação de sentimento moral, respeito e convicção religiosas" e Guizot é um representante das fontes espirituais dos estudos históricos.

O mundo contemporâneo herdou uma força contra a materialidade porque o pensamento vermelho, o comunismo teorista

e prático, não pode e nem poderia sobrepujar aos alicerces da civilização cristã.

Mais bem preparados nas trincheiras, é porisso que Berdiaeff vislumbra hoje no panorama terrestre uma nova Idade-Média.

Recebendo os influxos do doutrinário idealístico do século XIX assistimos, neste momento, a uma neo-cristandade que se regue para destroçar as fileiras dos homens que purgam a superioridade da matéria. O terreno da discussão cultural e os planos dos debates da história são ocupados pelo conflito da moral e da sociologia.

Simon Deploige, afirmou com uma robusta segurança: “As ciências morais, que se constituíram no decurso do século XIX admitiram, embora não abertamente, a existência, na natureza moral e social, de relações definidas, duma ordem imanente, duma finalidade intrínseca.”

Todo o esforço se concentrava em achar o sêgrêdo destas relações, a fórmula desta ordem e a lei desta finalidade. Por seus postulados, por seu espírito, por suas preocupações, ligam-se à concepção tomista da ciência moral e política. A história das religiões, a ciência comparada do direito e das instituições, a economia social, a demografia, a etnografia, a estatística — ou como se prefere, a sociologia em seus diversos setores — trabalham para enriquecer a filosofia moral e social de elementos úteis e aspectos novos. Eliminam-se as matérias que possam corroer a construção ou desmoronar o edifício. Entre êsses elementos e a filosofia moral tomista não existe senão uma colaboração útil. Sòmente a ignorância é que pode pretender a existência duma incompatibilidade.”

O senso da cultura moderna se confunde, também, com o senso da cultura espiritual de todos os tempos.

Jaques Maritain, o filósofo católico da nova França, dizia de Deploige, o mestre de Loervain, que a maior significação das palavras do autor do “Conflito da moral e da sociologia”, era justamente ser o seu pensamento tomista a um instante original e dominante sôbre o individualismo da falsa metafísica liberal e da falsa ciência sociológica.

George Goyau, escritor do “Catolicismo social”, tinha pensado antes de Maritain naquele mesmo transporte dos métodos

de S. Thomaz para a filosofia moral e social realizada, então por Deploige.

As conquistas contemporâneas da cultura cabem perfeita e admiravelmente dentro do quadro tomista dos ensaios intelectuais.

O conflito da sociologia e da moral é apenas uma hipótese por que o axioma é pôsto entre a unidade de ambos.

A Filosofia espiritualista da história se projectou em todo o mapa científico do século.

Os materialistas ou recuam ou senão a mocidade universitária e os pensadores jovens, formadores de um novo mundo mental, irremediavelmente fugirão dêles.

O drama interior do historiador da incerteza para o equilíbrio, começa a delinear-se diante duma concepção mais humana, mais pura e mais moral da filosofia da história vista pelos métodos espiritualistas.

A revolução francesa deu aos materialistas muitos pretextos interpretativos mas a renascença italiana não se tornou a mesma fonte de discussões marxistas.

Entretanto os dois movimentos significam libertação e independência política e estética.

Mas se o historiador baqueou diante do drama objetivo não fraquejará nunca no drama subjetivo.

O entretenimento que me propús e que se o está recebendo com tanta gentileza veio como palavras de profissão de fé.

Nesta casa, neste momento e nesta vida nada mais me seduz e me dignifica do que estar com Deus e tatear uma filosofia espiritual, combater os materialistas e fazer da história uma lição de grandeza moral e não um ensaio de misérias, misérias que não significaram senão fracassos, desastres e períodos mortos da civilização.

Vamos meditar sôbre as palavras do Conde du Plessis, na "A Caravana humana": a liberdade divina é perfeita. Nada a restringe. O poder da vontade divina sôbre os fatos e os movimentos da história é absoluto.

Sentir, interpretar, conduzir-se e compreender o esplendor e a elevação duma história traduzida em espiritualidade é o grande caminho a seguir.

O historiador novo tem um destino a cumprir.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul me honrou em aceitar entre seus membros e eu prometo ser um seu colaborador, colaborador modesto como sempre o fui mas sinceramente aquí estou orgulhoso dêsse momento.

Disse.

Discurso do Sr. Félix Contreiras Rodrigues saudando o Sr. Dante Laitano

Ilmo. sr. dr. Dante de Laitano.

Com que prazer vos dirijo esta saüdação, illustre confrade; mas também com que pesar o faço, por êste modo tão singelo, sem os atavios que só um espaço de tempo suficiente me teria proporcionado. Viver correndo é o signo do nosso tempo; a sorte da nossa geração. Quem hoje não se precipita para o futuro, desprezando o alto do presente, em que a marcha do homem parece parar um instante dando-lhe consciência da própria vida? Vós também conheceis êste mistério da iniciação dos que se dedicam à tarefa de servir à sua gente; e sabereis perdoar. E' sobrejamente conhecida a vossa atuação no mundo das letras, como um dos dianteiros da reabilitação do Rio-Grande intelectual; é sabido que sois um "vertiginoso" indefeso, ora animando a imprensa diária, ora executando comissões judiciárias e administrativas; ora delineando críticas; ora desenterrando o passado do campo-santo dos arquivos. Em tôda parte e sempre surge o vosso nome como figura de primeiro plano entre os que labutam pelo Rio-Grande. Vós sabeis o que é enfileirar-se num instituto rio-grandense, que não tem por si mais do que a dedicação dos seus membros; e que tem contra si o indiferentismo geral. E, porque tendes essa visão clara das coisas, fortalecida pelo espírito de abnegação, é que o Instituto Histórico e Geográfico vos recebe com tantas mostras de aprêço. Viestes engrossar o grupo daqueles que, ao lado da luta pelo pão de cada dia, travam a batalha pela

raça, pela espécie, à custa dos mais deliciosos lazeres que a família propicia. E', exatamente, de homens desta estôfa que precisa o nosso Instituto Histórico e Geográfico. Como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, o Centro e o Nordeste do nosso Estado vos conhecem, através dos atos de justiça que promovestes. Como literato, que falem por mim, os jornais que têm recebido as impressões indeléveis da vossa pena; que se passem as fôlhas de "Uma mulher e outras fatalidades"; sobretudo, que se não esqueçam as páginas sensatas e serenas do "Colecionadores de Emoções".

No primeiro livro, o leitor tem poemas dos modernos; porém, mais modernos ainda, porque não são escritos em linhas curtas, interrompidas.

Ao contrário, em vez do feitio da poesia antiga em prosa moderna, tão em voga, assumem a feição de poesia moderna em prosa antiga.

Os vossos poemas, douto companheiro, impressionam vivamente a um economista: — Sôbre a poesia deliciosa que ressumam, poupam papel; o que não deixa também de ser poético à sua maneira.

No segundo livro, — "Colecionadores de Emoções" — não sei que vos diga — se é literatura, se já é história. Dêste ou daquele gênero, a verdade é que "Colecionadores de Emoções" se nos afigura um repositório precioso de informações sôbre o momento literário, o qual em breve, será um documento histórico. Que preocupação elevada ditaram essas páginas bondosas!

Dir-se-ia que um fio de amor coseu-as tôdas, como túnica diáfana estendida sôbre as obras e os nomes dos nossos poetas e escritores contemporâneos, para protegê-los do pó das prateleiras em que se perdem durante anos, ou se soterram para sempre. E de onde vem êsse amor, senão das vozes do passado que inflamam seu coração de historiôgrafo? Em "Colecionadores de Emoções" está contido principalmente o patriotismo do seu autor. No próprio estudo que faz do "Regionalismo" palpita sempre o mesmo sentimento, convencido, como está, e como está parte da hodierna geração de que já deu todos os frutos possíveis e de que seria um princípio de dispersão da língua nacional. E' ainda a visão do homem de história que o guia; embora dirigida através de um

prisma caleidoscópico fantasiado de miragens. Entre os fatores da unidade nacional está precisamente a língua que se vai elaborando com os materiais de cada região do Brasil.

E não tardará muito a ser uma realidade o unissonismo lingüístico do Rio-Grande ao Pará, cujos primeiros vagidos encontramos na obra sempre regionalista e sempre brasileira de Alberto Rangel. “A literatura brasileira ou será regionalista ou nada significará”, diz êle em carta.

Recém começa o regionalismo brasileiro; e só acabará, quando esteja consumada a fusão de todos os linguajares na língua geral. Nesse então, o Carioca entenderá o Cuiabano; o Gaúcho o Sertanejo. Quanto à influência estrangeira pelos colonos, não há mais perigo, neste momento de universalização, de absorção das partes pelo todo; porque o único perigo para nós seria não levarmos para essa universalização o concurso do passado, formado ao império das contingências do parcelamento de outrora. Enquanto o país domina o homem, os povos vivem fracionados à mercê da natureza.

Mas, dominando o homem ao país, a terra se aplanar, para que aquele circule, se identifique, e unifique.

Sois vós mesmo, dr. Dante de Laitano, que afirmais que os “Alemães vivem entre nós há mais de cem anos, e não concorreram com meia dúzia de palavras no regionalismo.” Esta assertiva de molde a tranquilizar os espíritos ciosos da pureza gaúcha, se encontra no vosso livro, já de cunho histórico — “Os africanismos do Dialeto Gaúcho” — tão cheio de sinceridade quanto de riquezas oferecidas ao luxo dos investigadores futuros.

Quem está de parabens é o nosso prezado Aurélio Pôrto, ao compulsar mais êsse subsídio para o seu monumental Dicionário Enciclopédico; e a Academia Rio-Grandense pretendendo dar a última de-mão no inventário lexicológico e filológico do linguajar gaúchesco. Que gratidão vos devemos, companheiro indefesso e colaborador da grande obra encetada!

Para exibirdes a vossa inclinação à História, começais com “Monumentos Históricos e Artísticos de Rio-Pardo” (1932), trabalho de grande mérito, e continuastes em seguida com as poesias de “Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena. “Obras completas” como contribuição ao “Centenário Farroupilha”

(1933), que àqueles que não palmilham os assuntos históricos, pareceria incoerente, se a opinião dominante no Rio-Grande-do-Sul, a despeito do formidável Varela, não acompanhasse a Otelo Rosa, a Aurélio Pôrto, a Ferreira Rodrigues, a Souza Doca, a Eduardo Duarte, nos elevados intuitos de fazer daquele movimento separatista e republicano um “agente de Brasilidade”. De fato. Que foi que em 1845 incorporamos ao Brasil? Não foi, por certo, o espírito separatista nem o republicano; mas as virtudes dos Farrapos, como a grande afirmação do Brasil meridional. Inibida a Independência da República de Piratini, foi do denodo gaúcho em geral de que se valeu o Império em 48, 51, 58, 64, 65-70. Dêstes feitos, destas atitudes homéricas, saiu a força e a unidade do Brasil, mau-grado convicções, suportadas, idealismos silenciosos. Ora, se o Brasil é a nossa Pátria, não será como Brasileiros que temos de fazer História das idéias que separam, tendo ainda elementos vitoriosos de agremiação, de federação, de unidade. E, assim, contra a História dos ideais, que fez Alfredo Varela, surge o valor de Sarmiento Mena, como poeta brasileiro e como soldado brasileiro, por vós ressuscitado à glória e à consideração do Brasil inteiro. O príncipe dos poetas da quadra revolucionária, era poeta e soldado, como todos os daquele período: hoje, um poeta-soldado, nascido e falecido, brasileiro.

Eis o sentido da História lealmente escrita, quando visa para a Pátria o seu engrandecimento ou apenas a sua existência. O contrário significa, muitas vezes, uma tendência perigosa.

A história das correntes intelectuais ou morais derrotadas, devera ser confiada à Sociologia ou à Filosofia: não à História propriamente, cujo fim é estudar os órgãos e a fisiologia do seu corpo uno e indissolúvel. História-ciência, ilustre confrade, à feição de Michelet ou de Comte, ou de Marx, só será possível quando se determinem os efeitos da ação psicológica de todos os cidadãos.

Sabeis onde haurí esta concepção criadora? Na obra do meu Mestre — “Foustel de Coulanges” — desdobrada por outro — “Carlos Maurras”.

“A História sincera e isenta de preconceitos é o melhor meio de pôr fim aos pesares insensatos de uns e às utopias ócas de

outros, assim como aos ódios de todos” (*Revue des Deux-Mondes* — 15 de março 1871) “Fouquet de Coulanges”.

“E’ da Ação Francesa que data o apanhado e o esclarecimento desta idéia simples — que a História da França deve ser concebida e escrita em relação à França. C. Maurras. *Dicionário Político e Crítico*.” (Tomo II, pág. 233).

Assim a do Brasil para o Brasil. Só com esta corrente de idéias se pode ferir de morte a insana pretensão de glorificar agentes estrangeiros que visaram o nosso desmembramento.

E sempre que o historiador lamenta a derrota de um ideal, de um movimento, em benefício da coesão da Pátria, está exaltando a patologia nacional, ainda que conste de luminosas concepções racionalistas. Neste sentido, sim, poderíamos aceitar, para o homem, “animal histórico”, segundo o “Barão de Seillères” a intervenção do “imperialismo”, como força civilizadora, associada ao misticismo. Sim, só o império da união indiscutível de todos os habitantes de um país, poderá criar com o auxílio de um misticismo sadio, “êsse estado paradisíaco, em que a humanidade, reconciliada consigo mesma, pela plena e perfeita inteligência de seu verdadeiro interêsse só aplicará o seu imperialismo para o desenvolvimento da ciência.”

Não é isto que vemos; e acreditamos não ver tão cedo.

Cumpra, pois, a cada povo cultivar êsse “melhorismo”, como o classifica R. Gillauin, o crítico de Seillères; e àqueles que já desfrutam da unidade, é mantê-la, é defendê-la, desviando do caminho os impecilhos materiais e mentais.

Se me alonguei nesta tese, devo-o ao saber que vós sois, caro Confrade, um espiritualista, dêsse espiritualismo, que mais nos convém, que informa nossa alma e nossa nação. Pelo cristianismo, não há como fazer História, fora do critério de F. Coulanges, de Maurras, ladeando os óbices que se atravancam para enfraquecer, no choque, a “Caravana Humana”, e que se refere “Du Plessis”.

Espero, convencido, que o vosso trabalho, que já tarda, — “História da República Rio-Grandense — virá empolgar os historiadores do Brasil, como “J. Bainville” e “A. Gaxotte” empolgaram os meios intelectuais e políticos da França na década de 1920 a 30.

O espírito humano não pode fugir a certas convicções, que

se impõem a êle necessàriamente, por efeito das leis que o regem. Duvido que a História, que está no prelo, e da vossa lavra, explore ideologias, ou como se repete hoje, misticismos deliquêscen- centes. Pelo menos, uma vossa sincera intenção de verdade, e excepção de ânimo, motivará o nosso claro discernimento das cou- sas do passado, provocando, segundo Coulanges, diante da evi- dência, o apaziguamento dos espíritos, e o arrefecimento dos ódios.

A-pesar-de desconhecer o vosso critério histórico, pois que o tempo não nos aproximou bastante, nestes últimos momentos, quasi prescindindo disso, diante da vossa irradiação espiritualista; tal a certeza que tenho da linha traçada e seguida por uma con- ciência dêsse feitio.

Bravo! dr. Dante Laitano, exclamo eu em nome do Instituto- Histórico. Convosco entre os seus membros o Instituto se reju- bila e vos abraça como trabalhador incansável; enquanto o Rio- Grande assiste o nascimento de uma estrêla no seu firmamento intelectual.

Sêde benvindo, para glória do Instituto do Rio-Grande e do Brasil.

A proclamação da Republica de Piratini

Conferência do sr. Aurélio Pôrto

SENHORES:

Entre as efemérides do ciclo farroupilha, a que hoje comemoramos excede em magnitude a tôdas mais. 20 de setembro, que marca o início da Revolução, nada mais é do que um protesto, cuja latitude ainda não bem se conhece. Não marca uma afirmação ideológica. E' a consequência natural da explosão de incontidas paixões que um mau governo desencadeia. Se mais tarde conduz os rio-grandenses a destinos superiores, abrindo-lhes a estrada da República, é porque os poderes públicos da época não souberam realizar, pela sua inhabilidade, as aspirações do nosso espírito de liberalismo.

Só mais tarde fomos compreendidos por Caxias, quando já dez anos de lutas ensangüentavam os campos talados pela guerra. E' que então já melhor se conhecia o caráter do nosso povo, a sua formação cívica, moldada em princípios intangíveis, fundamentalmente radicados na consciência liberal do tempo.

Mas, o grito do Seival já não é um protesto. Traça uma diretriz, determina um destino, concretiza uma aspiração comum. Não é, ainda, propriamente, a formação jurídica do Estado que só se verifica em 6 de novembro. E' o brado de um chefe que ecoa por todos os campos, conclamando: "Camaradas! Nós que compomos a 1.^a Brigada do Exército Liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta

Província, a qual fica desligada das demais do Império, e forma um Estado Livre e Independente, com a título de República Rio-grandense, e cujo manifesto às nações civilizadas se fará competentemente.”

Isto se dava a 11 de setembro, depois da batalha do Seival, nos campos de Joaquim Menezes, tendo Antônio de Souza Neto gritado pela primeira vez — Viva a República Rio-grandense! Viva a Independência! Viva o Exército Republicano Rio-grandense! “Mas, só no dia seguinte, 12 de setembro de 1836, é que, no campo volante, da costa do rio Jaguarão, perante a primeira brigada de cavalaria, se procede à solenidade da declaração da independência da Província, assinando a ata respectiva 52 chefes, oficiais e sargentos que protestam ante o ser supremo do universo não embainhar suas espadas, e derramar todo o seu sangue antes que retroceder de seus princípios políticos, proclamados em a presente declaração.”

E a 20 de setembro, na vila de Jaguarão, perante a Câmara reunida, fêz-se presente “a deliberação da maioria da província respeito a ficar desligada da família brasileira, instituindo um governo republicano. E sendo aprovada com unânime aplauso de toda a Câmara esta nova instituição, deliberou o sr. Presidente e foi aprovado que isto se fizesse público por editais e se officiasse ao exmo. sr. comandante superior Bento Gonçalves da Silva, mostrando-lhe a deliberação que tomou este corpo municipal, pedindo-lhe queira dirigir interinamente o leme do governo deste Estado como chefe dele, e protetor da República e liberdade rio-grandense, devendo marcar o dia em que se há de proceder à eleição dos deputados para a assembléia constitucional, em cuja mão deve depositar os poderes, que interinamente se lhe confiar para que esta os transmita a quem achar conveniente.”

Mas, só em 6 de novembro, torna-se efetiva a proclamação da República, criando-se juridicamente o Estado. Nesse dia, em sessão extraordinária da Câmara Municipal de Piratini, presente o chefe supremo do exército João Manuel de Lima e Silva, procedeu-se à eleição para os cargos principais da República que recaíram em o coronel Bento Gonçalves da Silva, para presidente, no cidadão José Gomes de Vasconcelos Jardim, para presidente em exercício no impedimento do efetivo; e para vice-presidentes

o cidadão Antônio Paulo da Fontoura, coronel José Mariano de Matos, coronel Domingos José de Almeida e Inácio José de Oliveira Guimarães.

Prestado o compromisso legal, pelo presidente substituto, inciou o Estado a sua organização.

Sumulados os acontecimentos dos quais o principal foi o combate do Seival, a 10 de setembro, qual dessas datas marca, verdadeiramente, o centenário da proclamação da República Rio-grandense?

Neto, comandante de uma brigada, teria credenciais para proclamar a República, quando o chefe do Exército com o grosso dêste estava ausente? Mas, isto não passa de uma interrogação, pois o que nos preocupa saber é se estamos, dentro da verdade histórica, solenizando hoje êsse acontecimento notável.

Quer nos parecer que o grito do Seival, vivendo a República, fôsse consequência imediata do combate, ficando o dia 10, entre os republicanos, como uma de suas maiores datas. Entre os contemporâneos festejavam-se, ao princípio, as duas datas de 10 e 20 de setembro, como as maiores da República. Mais tarde também foi incorporada às datas célebres da República a da tomada da Laguna. Em Bagé nas festas ali realizadas em 10 e 20 de setembro de 1838 foram recitados versos alusivos aos “aniversários dos memoráveis dias 10 e 20 de setembro”: Alusivos ao dia 10:

“Parabens Continentinos!
Eis o dia Soberano,
Em que no Seival soou
O Grito Republicano.”

Varela dá uma variante, que não encontrámos, transferindo para o dia 12, o “grito do Seival”:

“Dia 12 de setembro,
Dia grato e Soberano
Em que no Seival soou
O Grito Republicano.”

Em Piratini, também, realizaram-se festas comemorativas aos dias 10 e 20 de setembro de 1838. E na primeira destas datas, no teatrinho particular da capital da República, Sebastião Xavier do Amaral Sarmiento Mena, o inspirado poeta da Revolução, disse o *Elogio*, coletado por Dante de Laitano:

“Fazei, ó cidadãos, fazei justiça,
Do Rio-Grande aos filhos valerosos,
Alegrai-vos ó povos soberanos!
Que é hoje a vez segunda que Saturno
Mostra com atenção ao mundo inteiro
A alta proclamação e independência
Da República augusta Rio-grandense!
Tiranos! Respeitai tão fausto dia!
E vós, concidadãos, gravai-o n'alma.
Rendei-lhe os corações, rendei-lhe cultos,
Pra que entre os grandes, memoráveis dias,
Este seja o maior do mundo aos olhos.”

No ano seguinte, 1839, “3.º da Independência e da República”, ainda em Piratini, os dias 10 e 20 foram grandemente festejados. As festas prolongaram-se até o dia 23, “interrompidas por justo motivo no dia 22, e concluídas a 23, em aplauso da memorável *batalha do Seival*, tomada da vila da Laguna pela Divisão Libertadora, e aniversário da nossa heróica Revolução.”

Não obstante a proclamação de Neto, datada de 11, esta efeméride jamais é referida, pois todos adotam o dia 12 de setembro quando se referem à declaração da independência e da República. Coruja, Araripe e Assis Brasil a consideram como tal. E' que fazem da ata dêsse acontecimento o ponto de partida principal. A proclamação de 11 é um desdobramento do combate do Seival.

E bem assim o entendiam os farrapos que faziam dêsse dia, 10 de setembro, bem como de 20, as suas datas maiores. Caldeira, que nos dá preciosos informes diz “que Neto que tinha derrotado uma força da legalidade no Seival, ao mando de Silva Tavares, *proclamou a República no campo de batalha*, isto é, na costa do rio Jaguarão.” E sem mais comentários vamos reproduzir as

informações de Caldeira: “Manuel Lucas de Oliveira e Joaquim Pedro, pai do dr. Joaquim Pedro Soares, fizeram conhecer a Neto que o coronel João Manuel de Lima e Silva tinha direito a ser o general comandante do Exército, para o que, além de ser o mais antigo, era de primeira linha, e se êle Neto não aceitasse a aclamação do general pela fôrça que tinha triunfado no campo de batalha, Lima na primeira proposta que houvesse seria general, mas os piratinenses não serviriam debaixo de suas ordens. Além disso não contavam com a divisão do centro, ao mando de Bento Gonçalves, porque a julgavam perdida. Ainda disseram mais que a bandeira nacional era a mesma que se levantava e aparecia na frente das linhas inimigas, e que *era preciso mudar-se de política do contrário a revolução não podia continuar sem se levantar a bandeira republicana*, e que para êsse fim devia êle Neto aceitar a aclamação de general e dar vivas à República e à independência rio-grandense. Neto respondia que Bento Gonçalves era quem estava à testa da Revolução, e que *êle não estava ao fato do segredo dela*, e porisso Bento Gonçalves *talvez não aprovasse*, e à vista de algumas observações que Joaquim Pedro Soares e Manuel Lucas de Oliveira fizeram, *consentiu que fizessem as ordens do dia e proclamação que êle designava. Neto assinou-as e mandou ler na frente da fôrça que, no dia destinado, formou-se em quadrado* e tinha um período que dizia que daquele dia em diante não havia vencidos nem vencedores.”

Depreende-se claramente do exposto que, não obstante a data de 11, a proclamação da independência e da República, foi virtualmente feita no dia 10, depois do combate de Seival, “Neto assinou a ordem do dia e a proclamação e mandou ler na frente da fôrça, *no dia destinado*”, que foi o seguinte, 11 de setembro.

Razão, pois, tinham os farrapos em comemorar o dia 10, como o de grito inicial de independência. Mas, se quiséssemos, mesmo fixar data mais precisa essa seria a de 12, em que com o consenso de todos os componentes da fôrça de Neto, lavrou-se a ata da “Declaração” de “que a Província do Rio-Grande, dora em diante se constituía nação livre e independente, com o título de República Rio-grandense não só para ter tôdas as faculdades para representar entre as demais nações livres, do Universo, se não também obrigados pela prepotência do Rio-de-Janeiro, que

por muitas vezes tem destruído seus filhos, ora deprimindo a sua honra, ora derramando o seu sangue, e finalmente desfalcando-a de suas rendas públicas.”

Mas, esta mesma declaração só recebe o beneplácito geral em 20 de setembro, na vila de Jaguarão, perante a Câmara Municipal reunida.

Não queremos com isto deslustrar o brilho da comemoração de hoje, cuja data é o segundo elo dessa corrente que se vai entrelaçando na sua precipitação vertiginosa.

Pouco nos deve importar a cronologia. Valha-nos o acontecimento.

Vemos nêle uma trilogia de vontades que se completam. Neto que executa e Manuel Lucas de Oliveira e Joaquim Pedro Soares que inspiram. Quer Neto, quer Bento Gonçalves, quer Lima e Silva não eram republicanos. Cederam à pressão das circunstâncias. O próprio Neto, segundo expõe Caldeira, diz “que não estava ao fato do segredo da Revolução”, e que “Bento Gonçalves talvez não aprovasse” a proclamação da República. Mas, Joaquim Pedro e Manuel Lucas insistem: “A bandeira nacional (a do Império, ainda arvorada pelos revolucionários no Seival), era a mesma que se levantava e aparecia na frente das linhas inimigas, e que era preciso mudar-se de política, do contrário a revolução não poderia continuar, sem se levantar a bandeira republicana.” “E que devia êle, Neto, “aceitar o posto de general pela força que tinha triunfado” no Seival, “pois Lima na primeira proposta que houvesse seria proclamado para êste posto.” Espicaçavam-lhe o natural orgulho de gaúcho, acrescentando “que os piratinenses não serviriam às ordens de Lima.”

Aceito o informe de Caldeira, que passou em julgado, verifica-se que os corifeus da República foram Manuel Lucas e Joaquim Pedro. Representariam êles uma corrente avançada do liberalismo rio-grandense. Os outros, muito aferrados ainda à lealdade aos princípios monárquicos, aceitaram o fato consumado. Nem porisso deve ser deslustrada a grande figura de Neto. Seu caráter se revela na própria indecisão do ato máximo. Comandante de uma divisão, não estava “no segredo da Revolução”, isto é, não sabia como pensaria Bento Gonçalves, o chefe supremo, e como êste receberia a proclamação da República.

Até o Seival, muito embora, outras flâmulas revolucionárias tivessem sido arvoradas, a bandeira que presidia os destinos da comunhão rio-grandense, era ainda a da Pátria Grande, isto é, a bandeira do Império. Mas, o rumo dos acontecimentos exigia, impunha, uma solução definitiva aos negócios do Rio-Grande. A rebelião inicial passara. Outras diretrizes precisavam ser traçadas para satisfazer às aspirações dos legionários de 20 de setembro, que sentiam diminuir os entusiasmos dos primeiros dias. Só a República seria a salvação. E Neto, compreendendo o momento, deu o grito de Seival que vai ecoar pelas canchadas e coxilhas do Continente onde as guerrilhas rebeldes passam aos galopes insôfregos das cavalarias heróicas.

Três homens se destacam nesta primeira arrancada para a liberdade integral dos rio-grandenses. Neto, Joaquim Pedro e Manuel Lucas.

Antônio de Souza Neto vinha de velhos troncos da família gaúcha. Trazia no coração a lealdade e a honra de seus velhos antepassados, e, no físico, fortes traços de beleza da raça. Insignificante, delicado, inteligente, conquistou um vasto prestígio que o elevou entre os homens mais notáveis do liberalismo de então. Seu valor pessoal era extraordinário. Veterano das guerras platinas, um dia mesmo, fôra castigado nas estacas. Mas, livre dêsse terrível suplício, voltou ao Estado Oriental, com um grupo lúcido de gaúchos, tirando formidável desfôrta de seus adversários. Quando irrompeu a Revolução era capitão da Guarda Nacional, aderindo logo ao movimento à frente dos piratinenses com que constituiu uma brigada, — a 1.^a de Cavalaria.

O combate de Seival, que decide a sorte da Revolução, é um ato que define as suas qualidades de chefe. Em 25 de julho, os guardas nacionais de Piratini, dirigem-se ao coronel Lima e Silva, dizendo ter conhecimento de que Silva Tavares, depois de ter emigrado para o Uruguai, voltara, à frente de um forte destacamento, tendo passado o Jaguarão, e que pediam permissão para batê-lo. Lima indeferiu a petição, assinalando que precisava dos esforços dos requerentes para operação de *maior monta*.

Não atendendo a esta ordem, tendo Neto à frente, os guardas nacionais se dispuseram a dar combate a Silva Tavares. Eram os revolucionários somente 430 homens, mas pelejaram ardorosa-

mente contra 560 do adversário, matando 180, aprisionando 116 e ferindo 60.

João Manuel compreendera o risco da ousadia. Se Neto fôsse vencido, a Revolução teria ali, talvez, o seu ocaso. Duros dias transcorriam para os farrapos. As fôrças de Bento Gonçalves, as de João Manuel, periclitavam. Para reerguer os ânimos que se entibiam era necessário um lance heróico, de repercussão profunda em todos os âmbitos do Continente. E foi êsse lance, à revelia da vontade dos chefes supremos, que Neto realizou.

Impávido, sereno, o heróico comandante da 1.^a Divisão de Cavalaria, à frente de suas hostes admiráveis, atirou-se ao combate, pesando bem as conseqüências do seu ato. Vencedor, soube, recebendo a inspiração superior de seus amigos e auxiliares diretos, encontrar uma fórmula nova que viesse galvanizar os entusiasmos morrentes.

Nascia daí a República. Para êsses homens, sedentos de liberdade, educados nos princípios democráticos e liberais, que foram sempre o maior apanágio do Rio-Grande, — República era a concretização de um sonho que talvez julgassem irrealizável. Com ela se poderia chegar à fórmula federativa, que sempre foi, desde os primeiros albores da vida cívica do Continente, uma aspiração geral. Se não eram republicanos, todo o seu passado de liberalismo, todos os seus anseios de democracia, iam fluir nesse estuário ideológico.

E' a história política do Rio-Grande. O primeiro jornal que se funda, já prêga o federalismo. Federalismo dentro da monarquia. Outros, poucos ainda, sonham com a República. Mas, a Federação é a aspiração geral. Assim, naquele momento, a República não é um fim: é um meio. Não há, pròpriamente, uma separação definitiva, uma segregação absoluta de outros membros da comunhão brasileira. Os outros também que proclamem a sua liberdade e venham, pelos laços federativos, se unir aos seus irmãos do sul.

Todos os farroupilhas, sem discrepância, aceitaram o fato consumado. E' que já lhes era familiar a idéia de um regime que realizasse os princípios fundamentais do liberalismo gaúcho.

Já não combateriam, daquele dia em diante, arvorando a bandeira do Império. Outra, no seu simbolismo tricolor, flutuaria

sôbre as suas cabeças, desfraldada aos ventos da Pampa, tremulando nas suas lanças rutilantes. Outra, que seria o emblema do Rio-Grande. Erguida por mãos possantes, fincada nas coxilhas altas, ou passando como um relâmpago fugitivo pelas canhadas fundas, iria levar a todos os recantos dos rincões verdes a sua vibração heróica.

E foi êsse mesmo pendão que um dia, muito mais tarde, quando Caxias, soldado-estadista, venceu os republicanos, não pelas armas, mas pelos seus próprios sentimentos de brasileiro; foi êsse mesmo pendão que Neto arvorou na defesa da Pátria.

Depois da pacificação, de todos os republicanos, só um ficara arredio, indo residir no Estado Oriental e ali viver como tropeiro de gados — Antônio de Souza Neto.

Pairavam sôbre êle suspeitas de que auxiliaria o estrangeiro, no caso de uma luta externa. Caxias mandava pesquisar quanto aos sentimentos do grande cabo de guerra que, sendo o primeiro a abraçar e proclamar a República, fôra o último a arrear a bandeira gloriosa dos farrapos. Amigos inquiriam-no. E diziam a Caxias que Neto era republicano. Estaria pronto, mesmo a voltar, empunhando o lábaro da República rio-grandense, mas que acima de tudo era brasileiro. Entretanto, certas dúvidas pairavam no ânimo do chefe.

Um dia, porém, organizado o Exército, já em terra estrangeira, ao longe aparece um trôço de cavalarianos, uns 300, todos oficiais da extinta República de Piratini. Á frente dêles vinha Neto, garboso, forte, apresentando-se com os seus ao comandante em chefe do Exército Imperial. Queriam combater como soldados. Caixas deu-lhes a vanguarda das tropas. Trazia ainda o esquadrão, confundindo-se aos mesmos ventos com o pavilhão brasileiro, a velha, esfarrapada bandeira da República, que não reia mais do que um símbolo de heroicidade, um trapo bendito a flutuar aos ritmos fortes do coração rio-grandense.

Joaquim Pedro e Manuel Lucas são os fautores intellectuais da República. O primeiro não era rio-grandense, e sim natural do Rio-de-Janeiro. Diz Caldeira: “Tinha sido oficial de 1.^a linha de um dos corpos do nosso Exército, nas guerras contra as repúblicas do Prata. Era valente, enérgico e muito militar, e tinha muita instrução militar, e prática de oficial de secretaria. Foi

êle quem organizou o casco do primeiro corpo de lanceiros de primeira linha. No ataque de Seival foi Joaquim Pedro quem dispôs a força de Neto para o ataque, e conservando um esquadrão de proteção, foi este esquadrão que tomou conta do campo e obteve o triunfo, cujo esquadrão foi comandado pelo capitão Antônio Gonçalves Meireles.”

Manuel Lucas, ainda segundo Caldeira, “era capitão da G. N. quando apareceu a revolução, e na mesma ocasião em que Neto empunhou a espada, êle também botou a sua na cinta. Era mais um cidadão armado do que um militar aguerrido, porém era homem de muita instrução e de bom trato, e constituiu-se um dos republicanos de mais prestígio daquele tempo. Depois de Neto, passou êle a comandar a primeira Brigada da Guarda Nacional da Comarca de Piratini. Foi êle quem ousou incutir em Neto a idéia da República, e foi êle mesmo quem redigiu as ordens e proclamações que se publicaram no Seival, depois daquele assinalado ataque. Manuel Lucas de Oliveira chegou a ministro da guerra do governo republicano e era Manuel Lucas de estatura baixa e de fisionomia muito agradável.”

Tendes aí, senhores, em linhas gerais, o histórico da celebrada epopéia, razão de ser do nosso culto cívico de hoje.

Tendes, aí, na sua simplicidade máxima, o relato dos acontecimentos que presidiram à proclamação da República Rio-grandense. Semeadores de idéias, êsses homens avultam na nossa admiração. Lançaram-nas em campo opimo. A sementeira brotou e reverdeceu por tôda a parte. Durante dez anos, dez anos largos e heróicos, bafejados pelas vitórias, ou tangidos pela desdita, os farrapos invencíveis, centauros gigantes, se projetavam, em atitudes heróicas, na terra florida da Pampa. Penetrara-lhes no coração o fluido admirável dos princípios que a República substanciava. E combatiam.

Tôda a história da República, que se organiza aos poucos, é de lutas e de dias tormentosos. Estóicos e admiráveis êles sabem sacrificar tudo pelo seu idealismo.

Surgem outros homens, erguem-se outros próceres, — todos penetrados de que o bem da pátria é o supremo anelo do cidadão. E passam as hostes heróicas, caminho da Posteridade. E? Bento Gonçalves, transformando-se num verdadeiro símbolo de tôdas

as virtudes cívicas de sua terra. Derrotado, preso, levado para longe, nem por isto arrasta na queda a República que nasce. Pelo contrário toma novos alentos e mais e mais se afirma na consciência rio-grandense. Um dia, conseguindo fugir, volta ao seio dos seus. E faz de tôda a sua atividade febril mais um garante da estabilidade do regime. Tornara-se um convicto. Mais tarde, quando a desordem penetra nas mais altas camadas da República, mostra a sua abnegação, o seu desinterêsse, o seu patriotismo.

João Manuel de Lima e Silva, irmão do Regente do Império, e que tudo teria do trono, prefere a vida dos acampamentos, os sacrifícios que vão até à morte, por um assassinio estúpido, às delícias palacianas da Côrte. E' um bravo, um organizador, um homem de ação. Aceita a República e pela República se devota. Um de seus primeiros generais, dispõe de todos os elementos para organizar o exército da República. E êle mesmo, à frente das vanguardas, nos campos de batalha, afirma os seus predicados de valor inexcedível, e as suas convicções na defesa do novo credo.

Canabarro é o sustentáculo da República. Bravo, entre todos os bravos, à frente de seu exército, numa admirável ação de estratégia militar, irrompe pelos desvãos da Serra-Geral e aparece enfrente à Laguna, onde proclama a República Juliana. Mais tarde, quando já os ânimos intibiados enfraqueciam, quando tudo parecia desmoronar, quando a República sentia-se quasi abalada em seus alicerces, tenaz, heróico, galvanizava as massas com seu espírito formidável de soldado, com sua austeridade de chefe.

Domingos José de Almeida, outro prócer da República; Antônio Vicente da Fontoura, e outros, nas suas funções políticas, escrevem páginas que ficarão para perpetuar as ações farroupi-lhas, a organização dos governos, a habilidade diplomática de seus homens.

João Antônio, Guedes, Crescêncio, Nunes, e outros, muitíssimos outros, fazem de suas espadas gloriosas troféus de vitória.

São êsses homens que, pelas suas qualidades excepcionais de caráter, de bravura e de amor ao Rio-Grande, constituem o mais belo patrimônio moral da nossa terra. Seus exemplos ficam,

flagrantes e vivos, a conduzir as gerações futuras e a mostrar-lhes o caminho da glória e da honra.

Meus senhores.

Está finda a minha missão.

Congregados nesta hora, que relembra um dos fastos homéricos do nosso passado, evocamos as silhuetas esbrumadas dêsses heróis autênticos, que honram as nossas tradições e encham de salutar conforto os nossos dias agitados e inquietos.

Perdidos no tempo, distantes de nós, êles vivem, no entanto, conosco, pelo bem que souberam espalhar abrindo as veredas que nos levaram a reconquistar o que não puderam definitivamente implantar no solo rio-grandense.

Jamais, porém, perderam as suas crenças num mundo melhor, em que a liberdade não fôsse um mito, uma palavra vã que decora páginas douradas de um livro que se não lê.

Vivem conosco. Tôdas as nossas aspirações, são o reflexo dessas vontades soberanas que souberam se impor e vencer.

Vivem conosco. Os seus exemplos se repetem, guiando-nos e fortalecendo a nossa fé.

Vivem conosco. No sangue que circula nas nossas veias, nas vibrações do nosso pensamento, no impulsionamento das nossas ações, na beleza das nossas atitudes.

E sirvam-nos êsses impulsos que dêles nos vem, e que estão latentes em nosso sub-conciente, para ainda crer nos nossos destinos, conduzidos pelo amor que votamos à nossa Pátria.

Heróicos legionários da República! Fecundadores de campos sáfaros! Arroteadores de searas magníficas! Que para vós, numa vibração forte, feita de entusiasmos que não morreram ainda, se voltem o nosso coração e os nossos sentidos. Que êles vos acompanhem, intemeratos, heróicos farroupilhas, nas vossas horas de abnegação e de glória, para exaltar-vos cada vez mais e cada vez mais poder ainda confiar nesse ideal pelo qual vos sacrificastes — a República.

E assim vos dignificaremos cada vez mais, dignificando-nos a nós próprios.

E que passem sempre, num tropel magnífico de arrancadas

heróicas, pela nossa memória e pelo nosso coração, as vossas hostes, articuladas e fortes, clarins soando em ecos de vitória, em clangores de glória, para a conquista do ideal supremo. E no entrechoque homérico, bandeiras tricolores altas e festivas, possam saudar um verdadeiro regime de democracia, a verdadeira República que sonhastes, esta República cujos gozos não fruístes, mas que ficou, para nós, como um marco imperecível de glória, no alto do qual, um dia, talvez possamos plantar a vossa velha bandeira, esfarrapada e bendita, para, à sombra dela, construir a verdadeira República, esta que sonhastes na pureza dos vossos anseios democráticos.

Honra vos seja, republicanos de 35.

Aniversario da morte de Júlio de Castilho

A sessão promovida pelo Instituto Histórico
do Rio-Grande

Conferência do dr. Leonardo
Macedônia sobre Júlio de Cas-
tilhos.

Meus senhores.

Passa hoje o 33.º aniversário do desaparecimento de Júlio de Castilhos, a figura máxima do Rio-Grande-do-Sul republicano, e estamos aqui reunidos no próprio local onde êle recebia os seus amigos e onde perden a vida, para celebrar a vida, os feitos e a glória do grande cidadão tão cedo arrebatado à família, aos amigos e ao serviço da República e do Rio-Grande.

Desde aquela fatídica tarde de 24 de outubro de 1903 é sempre com profunda emoção que transponho os umbrais desta casa que foi a última habitação do grande Júlio. E no recinto onde nos encontramos agora maior é a minha emoção ao recordar o grande morto.

Precisamente no local onde me encontro neste instante, com esta porta de acesso e a janela fronteira, e uma parede depois demolida para formação do salão, demorava o gabinete de Castilhos para audiência aos amigos políticos e a todos quantos procuravam o grande homem.

Castilhos ocupava a cadeira colocada diante da janela e para

esta dava as costas. Aos lados, junto às paredes do gabinete, as cadeiras ocupadas pelos visitantes. Em frente a Castilhos a porta de acesso aberta e franca a entrada aos visitantes que ali apareciam e eram convidados a penetrar no recinto.

As visitas se sucediam e as audiências se prolongavam pela tarde até escurecer, sendo todos pacientemente atendidos pelo notável homem político em suas pretensões, em suas consultas e pedidos de informações sobre os mais variados assuntos.

Recordando agora essas visitas que eu mesmo fiz muitas e muitas vezes, de todas elas conservando até hoje a mais viva lembrança, com a admiração sempre crescente pelas virtudes políticas e privadas do incomparável cidadão a quem muito devem a República e o Rio-Grande.

Contíguo a esse gabinete, com as mesmas dimensões, uma porta de acesso fronteira à janela, demorava um segundo gabinete, sala de estudo dos filhos do Patriarca utilizada para o trabalho da intervenção cirúrgica reclamada pelo seu estado de saúde. Bem sabeis o que houve. Castilhos firme e resoluto caminha para a mesa de operação cirúrgica. O dr. Carlos Valau grande amigo de Castilhos e médico de altíssimo renome aproxima-se e diz-lhe a meia voz: “Coragem, meu amigo”. E Castilhos responde com firmeza: “Coragem eu tenho o que me falta é o ar.”

Alastrou-se pela cidade a notícia do triste acontecimento. O telégrafo levou a infausta nova a todos os ângulos do Estado e a todo o Brasil.

O acontecimento inesperado e tremendo abalou fundamente a sociedade rio-grandense e o país que tiveram a compensação bem nítida da grande perda experimentada pela República com o prematuro desaparecimento de um homem do valor de Júlio de Castilhos.

Hoje volvidos 33 anos sobre tão triste acontecimento celebramos a glória de Castilhos cuja figura mais se engrandece quanto mais se afasta de nós pelo perpassar do tempo.

Meus senhores.

Em 1860 na fazenda da Reserva, solar de uma digna e ilustre família, nascia Júlio de Castilhos fadado pelo Destino a exercer decisiva influência nos destinos de sua terra.

Volvidos os anos da puerícia e escoada uma parte da adolescência na Capital do Estado, na freqüência do afamado colégio Gomes, Júlio de Castilhos parte para São-Paulo em 1877 afim de ali freqüentar a Faculdade de Direito, seminário jurídico, onde se aparelham para o serviço público os mais notáveis cidadãos que têm passado pelas altas regiões da administração, da política, da magistratura, da diplomacia e do parlamento e que têm os nomes Rodrigues Alves, Rio Branco, Rui Barbosa, Prudente de Moraes, Olegário, Macedo Soares e tantos outros.

Em São-Paulo, são condiscípulos de Castilhos os jovens acadêmicos Afonso Celso Junior, Pedro Lessa, Assis Brasil, Alcides Lima, Silva Jardim, Raimundo Corrêa, Lúcio de Mendonça, Valentim Magalhães e Teófilo Dias. Uma constelação do talento e de peregrinas virtudes.

O acadêmico Castilhos, embora compenetrado dos seus deveres escolares, escrupulosamente atendidos, e com inteira satisfação própria e de seus mestres, não podia deixar de prestar atenção à situação política do país e aos problemas que então preocupavam todos os patriotas: — Abolição, República e tantos outros.

A leitura das obras dos publicistas então em aprêço e que eram entre outros Bluntschili, Stuart Mill, Lastarria, Arrosomena; o exame dos textos da Constituição Americana e da Federalista; o estudo dos livros de Spencer e o conhecimento integral da obra do portentoso gênio de Montpellier; a leitura detalhada e meditada da Constituição de 25 de março e da obra do exímio comentador Pimenta Bueno; o exame da evolução política brasileira e das mais urgentes necessidades do país logo convenceram o jovem acadêmico que a Pátria necessitava de um novo regime político aconselhado pelo Manifesto de 3 de dezembro de 1870 como solução da crise política que afligia o Brasil.

Então o acadêmico Castilhos, ao lado de Assis Brasil e de Pereira da Costa, aparece na arena política, logo no ano de 1879,

publicando a “Evolução”, periódico de propaganda republicana nos círculos académicos.

Castilhos freqüentava por essa época o 3.º ano do curso e os magníficos artigos por êle dados a lume revelam o fulgurante polemista e jornalista que mais tarde em terra rio-grandense seria o denodado paladino da propaganda republicana até a aurora de 15 de novembro.

Possuo, meus senhores, a coleção dêste jornal académico e não sei o que mais admirar nessas páginas lidas e relidas muitas vezes: Se o talento do jovem académico nutrido por uma cultura filosófica, política e literária muitíssimo notáveis; se a firmeza de caráter e a envergadura moral do jovem propagandista da República nos círculos académicos da última década da Monarquia Brasileira.

Em 1881 concluído o curso académico Castilhos regressa ao seu amado Rio-Grande e logo inicia a fase decisiva da sua obra magnífica de evangelização republicana.

A propaganda republicana era então realizada por homens da estatura e do valor de Apolinário Pôrto Alegre, Ramiro Barcelos, Felicíssimo de Azevedo, Sebastião de Barros, Luiz Lesseigneur, Apeles Pôrto Alegre.

Com a chegada de Castilhos e a colaboração de Assis Brasil, Ernesto Alves, Pinheiro Machado e Venâncio Aires, a propaganda adquiriu notável incremento.

A convocação de uma Convenção republicana, em dezembro de 1881, foi um acontecimento de extensa repercussão na então província do Rio-Grande. E a reunião da Convenção, em Pôrto Alegre, em fevereiro de 1882, tornou uma realidade a obra magnífica de coordenação da atividade dos núcleos republicanos existentes em cidades e vilas do Rio-Grande, e de assimilação dos patriotas republicanos que em diversos pontos da província pregavam os seus ideais políticos.

Castilhos, intervindo na obra da Convenção, aventou a idéia da criação de uma tribuna de onde pudesse falar ao povo, e à família republicana. Jornalista, reclamava um jornal. E êsse, foi a brilhante “A Federação”, que em breve prazo seria o “primeiro e notável jornal doutrinário”, como disse com inteira justiça o grande Quintino Bocaiúva.

Dessa tribuna Castilhos realiza, dirige e ativa a propaganda republicana, até a vitória de 15 de novembro. Nela combate, com notável elevação, o grande Gaspar Martins, o Sansão do Império, como dizia Joaquim Nabuco. Trava memoráveis polêmicas com os exímios jornalistas defensores do trono e das instituições monárquicas os notáveis Inácio de Vasconcelos, Domingos dos Santos, Campos Cartier e Carlos von Kozeritz. Traça os admiráveis escritos referentes à Questão Militar, à Propaganda Abolicionista e à Questão da Câmara de São-Borja. Redige maravilhosamente artigos de crítica e de doutrina política, que funda influência exerceram no progresso da propaganda republicana, vitoriosa ao sol de 15 de novembro.

Durante êsse período de atividade jornalística a obra de Castilhos é formidável, e de fecundos resultados. A “A Federação” e à vitória de seus ideais políticos Castilhos tudo sacrifica: Saúde, comodidades e haveres, como, com inteira justiça e verdade proclamou o grande intemerato propagandista Ramiro Barcelos, que acompanhou Castilhos, *au jour, le jour*, durante êsse áureo período de vida da “A Federação”.

Proclamada a Republica a atividade de Castilhos sofre uma profunda transformação. O demolidor da Monarquia vai ceder o passo ao artífice da construção política da República brasileira.

Então, Castilhos, que apenas numerava 30 anos de idade, aparece na Assembléia Constituinte; toma parte nos trabalhos da famosa Comissão dos 21 representantes dos Estados, incumbidos do estudo do projeto de Constituição apresentado pelo Governo Provisório. Nessa Comissão, em que figuravam os mais altos valores da intelectualidade patricia, João Pinheiro, José Higino, Ubaldino do Amaral, Cavalcanti e Leopoldo de Bulhões, a ação de Júlio de Castilhos é deveras notável, ficando em evidência os primorosos dotes de espírito do representante do Rio-Grande, o seu talento, a sua cultura, a indomável fidelidade aos princípios republicanos defendidos durante a propaganda, e que êle desejava ver vitoriosos na obra constitucional em que tinha intervenção.

Ao concluir a Comissão os seus trabalhos, Castilhos escreve famoso Voto em Separado, encerrando com estas palavras:

“Limitando-me ao essencial neste sumário parecer em sepa-

rado, é excusado declarar que falo em nome dos representantes do Rio-Grande-do-Sul, os quais interpretam fielmente o pensamento dos patriotas que no extremo sul do Brasil, desde longo tempo hão pugnado, através de todos os sacrifícios, pela República Brasileira, que êles desejam ver realizada integralmente, sem falsas reservas e sem falsas conveniências. Tudo pela República.”

Iniciada a discussão do projeto de Constituição, no plenário, Castilhos profere a notável oração de 15 de dezembro de 1890, em sustentação dos princípios defendidos pela representação rio-grandense na memorável Assembléia; e encerrada a atividade parlamentar, com a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, redige brilhante Manifesto ao Rio-Grande-do-Sul, assinado por toda a representação, e aí explica a conduta de todos, e concita o povo rio-grandense a prestar atenção à obra a realizar nesta formosa terra gaúcha: A organização definitiva do Rio-Grande-do-Sul, sob o regime político inaugurado em 15 de novembro.

Destaco dêsse magnífico discurso os tópicos que reputo dignos de especial referência:

“Sr. Presidente. Mais por amor ao dever, mais em obediência ao mandato que nos foi confiado do que pelo desejo de discutir, tomo a palavra para dizer o que pensamos nós os do Rio-Grande-do-Sul sôbre a matéria do título primeiro do projeto de Constituição e cumpro êste dever com tanto maior disposição quanto é certo que fiz parte dessa cruzada que por tanto tempo se empenhou na propaganda das idéias republicanas federais.

“Nós estamos aquí para instituir a República Federativa. Aqueles que por longos anos fizemos a propaganda da República não a queremos unitaria mas sim federativa, essencialmente federativa.

Castilhos desenvolve então o seu vigoroso discurso sustentando as emendas apresentadas ao projeto de Constituição para afinal terminar com estas memoráveis palavras:

“Sentindo não poder esgotar tôda a argumentação de que dispunha para justificar o meu pensamento e de meus colegas de deputação apenas cumprirei o dever de evocar a grata recordação dos meus companheiros de lutas republicanas que aquí se acham

e de lembrar-lhes que nós somos chamados pela primeira vez a fazer aplicação dos nossos grandes princípios.

Pois bem, quando somos chamados para aplicar princípios que durante tantos anos sustentamos através de tantas lutas amargurosas, havemos de ser omissos nessa aplicação, havemos de adulterar o nosso programa, havemos de sacrificá-lo?

Não. Eu tenho a satisfação de esperar que todos aqueles que lutaram conosco na grande propaganda pela República Federativa hão de respeitar esse patrimônio sagrado, constituído pela nossa propaganda, para darmos a todos o grande exemplo que os homens da Monarquia não souberam dar — o de sermos coerentes com os nossos princípios “de sermos fiéis à nossa bandeira não deixando que ela caia enrolada no chão coberta de pó e coberta de desprezo.”

Meus senhores.

De regresso ao seu amado Rio-Grande, Júlio de Castilhos realiza a obra a mais considerável de toda a sua vida: “A organização do Estado, sob o regime republicano.”

Elabora a Constituição de 14 de julho, código político em que consagra os princípios esposados, propagados e defendidos desde a Academia de São-Paulo; código político em que consegue realizar um admirável e magnífico consórcio da Autoridade com a liberdade.

A seguir, é eleito Presidente do Rio-Grande-do-Sul, e nesse altíssimo posto presta à terra natal grandes e inesquecíveis serviços, em todos os departamentos da pública administração.

Durante esse memorável período de governo, Castilhos resiste galhardamente ao ímpeto da Revolução, dirigida ao mesmo tempo contra ele e contra a organização política traçada pela Constituição.

A prova foi rude, mas a autoridade do Presidente, e o regime instituído pela Constituição ficaram vitoriosos.

Transmitido o governo ao seu sucessor, o sr. Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos concentrou-se em seu gabinete do palacete da rua Duque de Caxias e ali, sendo o guia espiritual e o chefe de um grande partido político, correspondeu integralmente

ao título de Patriarca, com que foi designado pelo Rio-Grande, a quem êle serviu, sem desfalecimentos e sem tréguas.

Afastado das posições oficiais, e inteiramente absorvido pela grande tarefa de diretor supremo de um grande partido político, e de orientador da opinião pública no Rio-Grande-do-Sul republicano, Castilhos conserva intacta a firmeza de princípios dos áureos tempos da propaganda e da evangelização da República, mantém-se irredutível dentro das idéias filosóficas e morais que sempre nortearam o seu grande espírito, incapaz de uma transigência ou de uma atitude que pudesse ser interpretada como abandono daqueles mesmos princípios e idéias morais.

A prova dêsse assêrto tem-la decisiva na admirável Carta endereçada à Devoção do Menino Deus em 22 de agosto de 1900:

“Veio às minhas mãos a comunicação em que por entre expressões indevidamente encomiásticas, referistes que em sessão extraordinária a Devoção do Menino Deus procedeu à eleição da diretoria para o ano administrativo de 1900, organizando a Mesa, na qual fui incluído como Juiz.

Agradecendo a distinção da inesperada investidura, cumpre-me declarar que não me é possível aceitá-la.

O primeiro motivo consiste no fato de não estar eu filiado à Devoção do Menino Deus, ou a qualquer outra Confraria da mesma natureza.

À razão alegada, cuja legitimidade evidente não é suscetível de controvérsia, acrescem motivos de ordem puramente moral, sempre os mais preciosos e de valia preponderante em todos os assuntos da vida pública ou particular.

A permanente e vivaz genuinidade de sentimentos e desejos é condição primordial e imprescindível a que se devem subordinar espontaneamente todos quantos se associem a agremiações tais como a Devoção aludida.

A inobservância dessa exigência irredutível envolve uma omissão moral, que não pode escapar à severa apreciação das almas bem educadas. Quando a sinceridade inteiriça não assiste à crença, medra facilmente o germe funesto da simulação inconsciente, derivada da força do costume ou do preconceito enganoso.

Onde não subsiste o fervor natural em tôrno de uma Fé comum, predomina um artificioso convencionalismo que é sempre

ilusório e estéril. Uma adesão religiosa, para ser normal e digna, deve emanar com retitude, da identidade do ponto vista, e repousar essencialmente sôbre a pureza irrepreensível da crença do aderente convicto a qual inspira, nutre e afervora, sem restrições e sem intermitências.

Sinto assim, e assim penso.

Eis o fundamento lógico da recusa do nobre encargo com que fui inesperadamente distinguido.”

Assim escreveu Castilhos, e nessa admirável carta externou o seu pensamento, inteiramente obediente aos princípios com os quais era incapaz de transigir.

Que maravilhosa lição encerram as palavras que acima deixei reproduzidas, e que são dignas de meditação e de imitação, sem dúvida nenhuma.

Meus senhores.

Nesse luminoso período de tempo, Júlio de Castilhos, que em São-Paulo assistia à vitoriosa inauguração do ensino livre, com a reforma de 19 de abril de 1879, obra do gênio político e da larga visão do ministro Leôncio de Carvalho, professor da Faculdade de Direito; e que no Rio-Grande estava a observar a defeituosa interpretação da liberdade profissional aquí inaugurada pela Constituição de 14 de julho, deliberou animar a fundação de estabelecimentos de ensino superior, onde a nossa mocidade se aparelhasse para o serviço da sociedade e da República. Era o remédio adequado para corrigir os males da defeituosa compreensão da liberdade profissional.

Surgiram, então, com o apóio do grande cidadão, e graças a êle também foram amparadas moral e materialmente pela Pública Administração, a notável Faculdade de Medicina, a benemérita Escola de Engenharia e a Faculdade de Direito, hoje com larga fôlha de serviços ao Rio-Grande e ao Brasil, e atualmente congregados em Universidade de Pôrto-Alegre.

A Júlio de Castilhos deve a Faculdade de Direito, fundada em 1900, o reconhecimento logo alcançado do Govêrno Federal em 1903; o agasalho a ela dispensado pelo Govêrno do Estado, em magnífico próprio estadual, até que fôsse edificada a sede

onde atualmente ela se encontra; apóio moral, constante, ininterrupto, que sempre concedeu aos mantenedores dessa casa de ensino nos primeiros e ásperos anos de sua existência. “Não desanimem, eram as palavras que mais de uma vez dêle ouvi em seu gabinete, tenham firmeza, e continuem a obra iniciada, em que estão prestando um serviço social ao Rio-Grande.”

Meus senhores.

Ao recordar neste instante estes fatos interessantes à vida e à obra de Castilhos, sinto que foi muito justificada a imensa mágoa com que assistimos em 24 de outubro de 1903 ao desaparecimento do grande cidadão, cuja glória hoje celebramos.

Morto o grande Júlio, assistimos-lhe os funerais, e acompanhamos o seu corpo inanimado até a morada definitiva, na colina onde está situada a necrópole que o agasalhou.

Celebrando o tristíssimo acontecimento, assim se expressou o fulgurante orador Pinto da Rocha, formoso espírito hoje infelizmente extinto:

“Senhores. Esse homem não era um santo, mas foi um sacerdote; não era um filósofo, mas foi um estadista; não escreveu a história da sua terra, mas elaborou a sua Constituição; não era um profeta, mas foi um vidente; e não sendo santo, nem filósofo, nem historiador, nem profeta, foi mais, foi muito mais, foi um condutor do seu povo e com tal vigor de tino, com tal rijeza de têmpera, com tal energia de vontade, com tal audácia de caráter, com tal abundância de talento, que ainda depois de morto, frio o seu corpo, apagado o seu olhar, paralisado o seu coração, coagulado o seu sangue que lhe aquecia a mão distribuidora das graças e das recompensas, fulminado finalmente como um titã que pretendesse escalar o céu, ainda tem o poder de arrastar, suspenso das alças do seu ataúde, até a beira da sua sepultura, a imensa multidão daqueles que o amavam.”

Tasso Fragoso, o brilhante militar, honra de sua classe, também se externou de modo incisivo sobre a personalidade do grande morto, dizendo:

“Nesta quadra triste da nossa história, dois homens há cujos nomes passaram vinculados à Posteridade — Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos”.

Zeferino Brasil, o vate magnífico, legítima glória rio-grandense, também celebrou em versos admiráveis:

“Rio-Grande-do-Sul, chora teu filho amado.
O teu morto querido, o maior dos teus filhos.
E no teu coração, como um grande legado,
Guarda a memória astral de Júlio de Castilhos.

Ele é morto, e com ele, oh provança suprema,
Da República é morta a estrêla da Esperança.”

E James Darci, então brilhante deputado federal, conclamou na Câmara dos Deputados:

“Tôda a sua vida é um sulco luminoso desde o longo apostolado naquela excelsa Federação de Venâncio Aires e Ernesto Alves arca bendita das nossas gloriosas tradições através da Constituinte da Organização do Rio-Grande em meio do braseiro da Revolução até a manhã do dia fatal em que o sol nascendo deu ainda uma vez início às cogitações e aos labores sem termo em que sempre se agitou.

Oh! glorioso Júlio, não morreste. Viverás ainda e sempre. Abençoada será tua memória, repetido o teu nome de bôca em bôca.

Nunca mais conseguirão separá-lo da República, nos seus dias de glória ninguém te esquecerá e nos dias de luta ou desalento brilhará ainda como um gênio tutelar ensinando-nos a ter confiança na República, a sofrer por ela, a crer com fé profunda na sua duração.

Rio-Grande terra nossa bem amada, terra distante e aflita enxuga as tuas lágrimas que o teu filho é imortal.”

No ano seguinte pelo 1.º aniversário da morte de Castilhos tomamos parte na romaria que levou ao túmulo do grande cidadão o preito de saudade e de veneração do povo rio-grandense, e do partido político de que fôra o chefe amado e respeitado.

Volveram os anos, e permitiu a Divina Providência que eu vivesse o bastante, para hoje, neste local manifestar o aprêço do Instituto Histórico e Geográfico pela vida e pela obra de Júlio de Castilhos, e expressar a minha admiração pelas virtudes e

pelos feitos do incomparável cidadão, cuja amizade cultivei com carinho, e cuja memória é objeto de fervoroso culto, que sòmente se extinguirá com o meu próprio desaparecimento.

Disse.

UMA PORTARIA

Associando-se à glorificação de Júlio de Castilhos, o director do Museu Júlio de Castilhos, dr. Alcides Maya, baixou a seguinte portaria:

“Associa-se o Museu Júlio de Castilhos à glorificação hoje, da augusta memória do seu glorioso patrono. Representa Júlio de Castilhos, para o Rio-Grande e o Brasil, uma das máximas afirmações da nacionalidade, politicamente expressa, defendida e imposta como ideal de transformação social moderna, à atenção dos outros povos do mesmo ciclo occidental. Simboliza, atento êste critério, a homenagem de nosso Instituto, ao mesmo tempo, um preito ao excelso estadista republicano brasileiro e ao conjunto de princípios gerais por êle entre nós interpretados.

Desfeitas que sejam as caligens desta hora de tormenta, registará a história que foi no Rio-Grande-do-Sul, depois de 1889, que, pela primeira vez, se tentou uma aplicação institucional das doutrinas condensadas no grande Sistema de Política Positiva, herdeiro e continuador da Enciclopédia.

Júlio de Castilhos viverá, porisso, tanto nos anais do Rio-Grande e do Brasil quanto nos fastos da civilização a que pertencemos. — (a) Alcides Maya, director.”

A batalha do Fanfa

“Ilha Sagrada”

Palestra feita ao microfone da
Rádio Farroupilha pelo nosso
consócio dr. Félix Contreiras
Rodrigues.

Caros Rádio-ouvintes.

Longe de mim o pensamento de fazer a história da batalha *do Fanfa*, cujo centenário se comemora hoje. Depois de se ter dito tudo quanto cabia sobre o caso, diante da documentação exibida, nada mais me resta do que evocar fatos e atitudes, tirando deles e delas as ilações que pareçam mais lógicas ou mais convenientes à conduta dos pósteros. (Pela lógica, apurada em desdobramentos subjetivos, podemos enxergar os fatos, como cousas amorais, a produzirem efeitos sem finalidades apreciáveis; pela conveniência, tiramos deles o que corresponde aos nossos altos destinos. Pela lógica, eles são por sua vez, desdobramentos ou consequências de fatos antecedentes; pela conveniência, procedem da imposição das forças anímicas dos diretores das correntes em que se processa a evolução social. Através de um prisma, podemos ver leis naturais em ação, através de outro, forças morais. E' para conhecer a influência daquelas, que se torna indispensável o estudo das circunstâncias que determinaram o acontecimento em questão, como se esse fôsse o centro em torno do qual gira a história nesse assunto. E, para conhecer a influência destas, se

torna forçoso apreciar a psicologia dos condutores de homens e formadores de opinião). Dentre os fatos causadores do encontro de 3 e 4 de outubro de 1836, o que sobressai com clara evidência é a recondução da Capital da Província à ordem legal por influências de Marques de Sousa, a-pesar-de prisioneiro de guerra. A êsse golpe de audácia dos Caramurús se prende a necessidade do sítio de Pôrto-Alegre por terra e por água, com a conseqüente fortificação do Itapuã; ao mesmo tempo que as possibilidades do advento de Araújo Ribeiro à sede do govêrno; assim como as da aproximação de Bento Manuel ao mesmo ponto, até então impedido pelas hábeis manobras do próprio Bento Gonçalves nas bandas da bacia meridional do Jacuí. Com a restauração da "*Leal e Valorosa Cidade de Pôrto-Alegre*" o que havia sido dividido para vencer, se concentra para, por sua vez e ao invés, triunfar. João Manuel e Neto, ao Sul, João Antônio a Oeste e Bento Gonçalves ao Centro, pareciam ter em xeque-mate as fôrças da reação com o intento claro de uma concentração rápida e fulminante sôbre a praça do Rio-Grande, depois de hostilizadas e enfraquecidas estas. Mas tudo mudou, mudando de frente a Capital, que, pela sua importância estratégica e política, deveria atrair as atividades guerreiras, congestionando-se do sangue das refregas. Mas, de nada valeram as marchas admiráveis, os sacrifícios sobrehumanos nem as compressões morais que se impuseram os chefes para a sua entrevista da Várzea. De fato, a 15 de junho passava Pôrto-Alegre às mãos dos imperialistas; a 16 era sitiada por fôrças de vanguarda que avançaram de São-Leopoldo; a 27 apertado o sítio pelo próprio Bento Gonçalves; a 30 é assaltada infrutiferamente; a 18 de julho tomba o heróico Francisco de Paula do Amaral; em agôsto chega B. Manuel com 1.000 homens de socorro; a 15 de agôsto entrevistam-se os dois Bentos; por êsse tempo — 2 de agôsto, aporta na capital o Presidente Araújo Ribeiro, vindo na esquadilha de Greenfell; a 27 cai Itapuã nas mãos dos legais.

Repito, de nada valeram aqueles sacrifícios bélicos e morais dos Farrapos. Ao contrário. Não obstante o golpe de audácia de Bento Gonçalves, cercando a Capital e assaltando-a; não obstante a sua disposição à paz, duas vezes provada, a 13 de agôsto e a 5 de setembro; não obstante todos os seus esforços, ter-se-ia

findado aí a Revolução, como decorrência da concentração das atividades caramuruas, se não contrapesassem várias vitórias farroupilhas, que descongestionaram completamente as afluências guerreiras da cabeça da Província. De fato, o próprio Bento Gonçalves vence seu homônimo a 6 de setembro em Viamão; a 19 do mesmo mês, com raro tino e astúcia, escapa-se folheiro do cerco em que o colocara o inimigo; sendo que no dia 10 de setembro, Neto derrota a Silva Tavares no Seival, ao Sul da Província, e proclama a República. Guedes e Davi Canabarro destroçam a Loureiro, na Cêrca-de-Pedra, também ao Sul, e no dia 11; no mesmo dia, Menino Diabo desbarata a Medeiros e Osório, no Jacuí.

Bento Gonçalves, pois, desbravada a Campanha, podia retirar-se rompendo o cerco, o que fez com a máxima habilidade e penetrante visão estratégica. Ele também era elemento da vida revolucionária, dos mais preciosos, à frente da maior fração das forças em movimento. Urgia acorrer aonde se processava mais eficazmente a guerra, num fluxo e refluxo característico de operações inteligentemente dirigidas. Na sua retirada havia o quer que fôsse de providencial, tanto para salvar o seu exército sitiado, como para resguardar um grupo enorme de famílias alojadas em 50 carrêtas e para golpear de vez o Império em liça mais ampla de operações. Bento Gonçalves era, incontestavelmente, um general que sabia delinear grandes movimentos, embora castigado de infelicidades de execução. Não lhe faltavam qualidades mestras, e possuía mesmo a faculdade da visão exata e da resolução pronta. Mas soía encontrar obstáculos tais, que nenhuma força humana era capaz de vencer. Essa retirada de 19 de setembro, rompendo o cerco em que estava irremediavelmente encurralado, com o trem pesadíssimo de dezenas de carrêtas peçadas de mulheres e crianças, foi a manobra de um vero general e o procedimento de um augusto patriarca. Espírito e coragem se concertaram nesse momento para realizarem o milagre da fuga, e o socorro aos companheiros darmas da campanha.

Quantas ilusões, porém, estavam já empanadas pelas nuvens que surgiam dos emisférios do futuro. A ninguém é dado adivinhar nem mesmo com o auxílio das mais positivas promessas do presente. E a Bento Gonçalves também lhe foi negado êsse dom

divino. Sou daqueles que acreditam que o chefe revolucionário teve conhecimento da Proclamação da República, no Seival, a 11 de setembro, antes de levantar o cerco; e que o fez movido também por esse acontecimento, que deslocava para as coxilhas do centro e do Sul o eixo da guerra. Não o saberia por chasque diretamente despachado de Bagé, porque não haveria tempo de alcançar Porto-Alegre um escoteiro arrancado de uma distância de seiscentos quilômetros ou 100 léguas, em cavalos de campo, no mês de setembro, época da debilidade dos eqüinos, e de eqüinos surrados pelas marchas, sem outro alimento que o pasto verde e tenro das campinas mal afloradas dos lençóis de geada. Que partisse no dia 12 dêsse mês um próprio do Seival e não estaria em tais condições antes de 18 em Pôrto-Alegre. Deveria sabê-lo, sim, por intermédio de correligionários da Capital, por sua vez conhecedores do fato, graças à chegada de Greenfell com a notícia do mesmo. *“Foi nessa grave situação da causa liberal, diz Varela, que Onofre recebeu antes de ninguém por aquelas bandas, a notícia da grande iniciativa a que se abalancara o povo em armas, a servir na primeira Brigada. (Refere-se à Brigada comandada por Antônio Neto). Guardou segredo, comunicando o fato consumado unicamente a Bento Gonçalves, que também se conservou impenetrável; exceto, adivinha-se, para Zambecari, seu oráculo ou conselheiro, e pessoa com quem vivia no mais perfeito acôrdo.”*

Por quem soube Onofre da nova é o que falta à História pronunciar-se documentadamente. Entretanto, a crer em Alexandre Boiteux (*A Marinha Imperial na Revolução Farroupilha*, pág. 43) *“Com a triste notícia da derrota do Seival e a consequente proclamação e separação da Província, chegava no dia 18 (de setembro) o chefe Greenfell a Pôrto-Alegre”*. Ora, não pode deixar de ser inteiramente plausível a convicção de que no mesmo dia tivesse chegado essa notícia, alviçareira para os Republicanos, ao acampamento dos Farrapos. A retirada já se faria à luz dessa aurora, entre sorrisos de esperança para uns e sérias apreensões para outros, sobretudo para o Chefe, cuja posição na luta armada passava a ser dêsse momento em diante um enigma. Urgia acorrer ao ponto aonde os fatos o reclamavam. *“E’ d’imaginar suas íntimas reflexões, ora doces, ora amargas”*, acrescenta

Varela com feliz penetração no mundo psicológico. E assim trabalhado por violentos atropelos morais, o Generalíssimo do movimento de 20 de setembro de 1835 avançava para a ilha do Fanfani num arco de círculo, por cujos raios equidistantes da Capital se veiculariam freqüentes até seu conhecimento as cousas sabidas de todo o mundo, desde o dia 18 de setembro até 3 de outubro. E, mais, franqueada já a navegação entre Pelotas e Porto-Alegre, não será porventura de crer que Bento Gonçalves se batera a 3 e 4, senhor do novo título — *de Protetor do Povo Livre*, que lhe conferira a Câmara de Jaguarão a 20 do pretérito? E Crescêncio, com quem estava em comunicação, ignoraria também o fato, andando em campanha aberta como andava? Sim, Bento Gonçalves sabia; e, dono dos novos aspectos da guerra e da política, muito influiria isso no seu ânimo de campeão e protetor dos povos livres. Penso até vê-lo, com os olhos da imaginação que me permite a marcha dos acontecimentos, perturbado, ao ponto de vacilar entre duas resoluções e sujeitar-se à imposição de seus comandados, no sentido daquela que a êle mesmo se antolhava como menos frutífera. Entre bater com a sua força coesa o inimigo dividido, em terra e água, e aceitar batalha fracionando-se, não podia haver duas resoluções, a menos que o General se encontrasse sob a perturbação de uma comoção terrível. O caso é que Bento Gonçalves arrinconou-se contra as águas do Jacuí, acercou-se de uma esquadilha inimiga, com o inimigo pela retaguarda, para imolar a sua glória e a glória aos seus imortais companheiros ao orgulho dos vindouros!

Seria incrível, inexplicável, essa manobra, se às preocupações que abalavam, possivelmente, os nervos do Farrapo, indigete, não acrescessem as manhas do terrível Caramuru. Ante o Bento que seguia iluminado já pela luz d'alba do dia 3 de outubro, surgia outro Bento soturnamente minaz da banda em que as sombras da noite custam mais a dissipar-se.

Esse era Bento Manuel, o defensor do Império do Brasil, na Província, aferrado à defesa da legalidade, e de marca quente, desde 31 de maio, no passo dos Cachorros, exacerbado pelo ferro de 6 de setembro, em Viamão. Ali estava a sombra de Bento Gonçalves, o pesadelo do seu sonho de liberdade; ali estava Bento Manuel menos como General do que como homem que ardia por

vingança. E tirou para sempre a desfôrta no dia seguinte, 4 de outubro de 1836.

Ei-los, pois, frente a frente, a escaramuçarem mais uma vez. Desta, porém, o derrotado de Sarandí, e o ausente do Passo do Rosário, estava disposto a colhêr um dos mais viridentes louros da sua carreira militar.

Querendo fugir à responsabilidade duma decisão soberana, Bento Gonçalves pede-a ao conselho de oficiais, e aceita afinal aquela que os levaria a todos ao desastre lamentável do dia 4, há cem anos exatamente.

Como Crescêncio os esperava com 400 homens à margem direita do Jacuí; e entre uma e outra margem havia dois finca-pés em duas ilhas, uma das quais — a do Fanfa — hoje a da Batalha ou do Ataque, quasi em frente à confluência do Arroio dos Ratos, resolveram os Farrapos cruzar o rio, dividindo a coluna numa fôrça que passaria occultamente para a ilha, e em outra que ficaria de proteção à margem esquerda, entrincheirada no cêrro do Fanfa com uma bateria de 3 canhões, para impedir os malefícios de um ataque de Bento Manuel, quando se aprecatasse da manobra farroupilha. E assim foi.

Este fêz desembarcar o coronel Gomes Lisboa à frente de fôrças bastantes para executarem aquilo que previram os revolucionários; ao mesmo tempo que o coronel Francisco Xavier da Cunha, pai do imortal poeta e orador — Félix Xavier da Cunha, na ilha, para secundar o golpe vibrado em terra. Apesar-da animosidade entre chefes imperialistas; pois que o Coronel X. da Cunha recusou-se a agir com 200 homens apenas, foi a sua offensiva levada a effeito, à arma branca com 400 soldados; mas, ainda assim, repelida pelo contra-ataque furioso dos Farrapos num corpo a corpo homérico, de 4 horas de duração, em que de 600 Gaúchos rebeldes, a-pé, sucumbiram mais de cem, apunhalados, e tombaram feridos mais de trezentos, legando-nos a medida do seu valor e do daqueles que os resistiram em retirada, depois de lhes deixarem o corpo de um dos seus comandantes— o Tenente-Coronel C. J. Ribeiro da Costa. Entrementes, eram desbaratados aqueles que, em terra firme, pretendiam proteger os pulos do continente à ilha, de ilha a ilha, e de ilha a continente, pelas investidas de Gomes Lisboa. Dessa forma, baldado foi o último ar-

rango de Bento Gonçalves ao pretender corrigir o erro. Encetou uma retirada, buscando rearticular as suas fôrças, com o fim de levar a efeito o seu plano pessoal — atacar de frente o inimigo e forçar o passo do Taquarí. Mas o lanchão, em que chegava à terra o primeiro lote de retirantes, é assaltado pelos companheiros da margem do rio, também acossados pela retaguarda; e adorna com 80 pessoas entre as quais, mulheres e crianças das que seguiam o general patriarca. Foi outra hecatombe!

Estava tudo perdido. Era mister tirar partido da vitória parcial na ilha e conseguir a rendição pondo aquela num dos pratos da balança. Foi o que fez com inteira oportunidade o Chefe rebelde; com tanta oportunidade, que os seus intuitos corresponderam às possibilidades psíquicas do lado de Bento Manuel. Para aquele estaria tudo perdido; mas para este não estava certa a vitória, depois do seu revés na ilha, e da escassez de munições diante de um inimigo disposto a morrer e municiado pelas pequenas fábricas improvisadas na ilha mesma, enquanto se combatia. E, quando não prevalecesse essa consideração de ordem prática, poderia entrar em jôgo o fator moral e pessoal, que em tais casos decide soberanamente. Entraria mais intensamente nos planos de Bento Manuel aprisionar seu êmulo e homônimo, para o ver humilhado, do que fazê-lo matar, em desespero de causa. Bento Gonçalves trucidado ali, ganharia em tamanho; Bento Manuel aprisionando-o, adquiriria benemerência, sôbre gozar um dos instantes mais felizes da sua longa existência. Tudo concorria, pois, para a salvação dos restos do exército contendor. E deu-se a rendição em condições honrosas para o campeador da liberdade e em condições de inteira ventura para o seu temível rival. Ao Ministro da Guerra, dias depois, oficiava o Comandante das Armas: *“Preferi negociar, porque a luta ameaçava fazer mais vítimas, pois as munições estavam exaustas e a resistência era violenta.”* E ao adversário, no campo de batalha respondeu: *“Recebo como irmãos e afianço serem livres de perseguições conforme as ordens do Governo do Brasil, todos os indivíduos que se apresentem e reconheçam o Governo legal do mesmo Brasil e da Província, os que se acham nesta ilha, hoje mesmo, os que estão nas charqueadas,*

dentro de quatro dias e os de Jaguarão e Pelotas, no prazo de quinze dias."

.....

Seria a deposição das armas em condições honrosas, e todo o partido possível tirado da vitória sobre Xavier da Cunha. Dos tições da fogueira os Farroupilhas faziam cavacos para um fogão que lhes daria luz e o calor de uma esperança fugaz, como a labareda mesma.

Preparava-se o seu chefe para transportar-se à margem direita do rio, onde se encontraria com Crescêncio, quando lhe é negado esse movimento, a pretêsto de que arrumava a bagagem para evadir-se. Seu cunhado Manuel Antunes é então incumbido da missão de desarmar a Crescêncio. Entretanto é revistado e acusado pelo Chefe Caramurú de ser portador de ordens subversivas e desleais de B. Gonçalves. Escreve Bento Manuel a respeito do caso: *"E, porque a força de Crescêncio, existente do outro lado, e à vista, tinha de entregar as armas, o mesmo Bento Gonçalves se ofereceu para ir fazer efetuar o desarmamento imediatamente ou no seguinte dia, ao que anuí; mas, como se avisou que ele queria levar os seus cavalos, camaradas e bagagem, suspeitei ser o seu fito evadir-se com aquela força e ir juntar-se a outras; pelo que lhe fiz propor mandar um oficial de sua confiança que iria acompanhado por outro desta força. Bento Gonçalves mandou seu cunhado, o Cap. Manuel Antunes..."* "Afinal, diz outro narrador, revistando-se a correspondência que levava Antunes, se descobriu que o chefe rebelde assegurava estar em breve com Crescêncio, a quem recomendava entusiasmasse mais e mais a sua gente."

Em vista de tais fatos, narrados por partidários do Governo, ficaram retidos Bento Gonçalves e os oficiais que ainda se não haviam ausentado, em virtude de portarias assinadas por Bento Manuel, inclusive o Conde Zambecari, que já foi detido, ao afastar-se do acampamento, por gente de Greenfell.

A. Ferreira Rodrigues aceita esta versão do procedimento do Chefe farrapo; mas justifica-a defendendo a sua memória: *"A convenção não foi respeitada; mas quem a rompeu, é preciso que se diga com a convicção de quem afirma uma verdade, não*

foi Bento Manuel, porém Bento Gonçalves; e a rompeu com legitimidade e com glória. Não pode o vencedor sem desdouro e sem traição, faltar ao pacto ajustado; mas pode o vencido rompê-lo (tem mesmo direito de o fazer) quando o movem sentimentos elevados e quando não cura da própria salvação."

Varela bate-se contra esta versão, comentando os documentos e concluindo "...descoberta a correspondência, Bento Manuel, esperto homem de guerra, deixa seguir o conivente, portador da impostura, que chega livre e desembaraçado, ao acampamento de seus amigos."

Enquanto se não exhibir o documento que prove a traição de Bento Gonçalves, também terá de ficar suspenso o julgamento de Bento Manuel; pois, se contra o primeiro existem officios portadores de acusação unilateral, contra o segundo não apparecem mais do que conjecturas. Nenhum documento articula tal imputação ao general Caramurú. E' possível a traição por quem quer que seja; mas esta não é certa; assim como não é também certa aquella, diante de depoimentos de uma parte só, que poderiam ser adrede preparados, como pretende Varela. Contudo, não é ainda convincente o argumento do autor da *História da Grande Revolução*; visto que Bento Manuel não estava presente, quando Manuel Antunes se pôs em marcha para o acampamento de Crescêncio; de forma que, por uma inadvertência de seu representante no ato da descoberta da traição, admite-se que fôsse rasgado o documento pelo próprio Antunes; ou que tenha sido escondido ou extraviado por interessados. Tudo é possível, menos provar ainda de quem partiu a traição. Há que levar em linha de conta o fato ponderável de ter estado no acampamento de Bento Manuel o presidente Araújo Ribeiro, que das resoluções daquele discordou. Neste successo, a meu ver, está contido o segredo da prisão de Bento Gonçalves. Assim como é curial que o chefe farroupilha faltasse, é curial que o Caramurú não obstante satisfeito com os resultados da vitória, tivesse cedido às instâncias e aos argumentos do Presidente da Província; e, então, retrocederia sobre seus passos. Mas isto, não passa, da mesma forma, de suposição.

Um dos dois Bentos faltou, esta é a única verdade. Mas serão, porisso, passíveis da condenação da *História*? Se pesar-

mos a finalidade de cada um dêles, teremos explicadas e justificadas as suas atitudes. — Um sacrificando-se em holocausto à sua nobre causa, o outro, agindo para salvar o princípio de autoridade e a unidade da pátria. Um e outro continuam a merecer o culto das gerações sucessivas, pelas qualidades que patentearam como homens norteadores de um povo.

A esta distância dos acontecimentos, a qual vai apagando a diferença entre os homens do passado, nenhuma vantagem adviria da revelação dessa verdade. Para a realidade Rio-grandense, tal qual apreendemo-la, hoje, convém até não ventilar, nem remover a lia que possa toldar a limpidez de um grande acontecimento da sua História. Às costas do viandante, o lago que brilha ao longe, pode extasiar, só pelo brilho, os olhares retrospectivos, e nunca mais impressionará, pela vaza depositada ao fundo, a consciência de quem se afasta mais e mais. A essa distância de cem anos a massa dos grandes vultos que nos deram as diretrizes desaparece atrás da sua cintilação perente, como a dos sóis. Esta é uma das vantagens do tempo, que, consumindo e corrompendo a matéria, brune a fama dos grandes homens, lapida a memória dos grandes lances.

De 4 de outubro de 1836 chegam-nos raios de uma fulguração tamanha, que não permitem lobrigar de onde parte ela, — se dos Farrapos ou dos Caramurús. Vem de ambos, que se separaram um dia para criarem nobres motivos de História pátria. E' que os Gaúchos compreendem que só lutando entre si acham material com que forjar os raios de uma glória digna de si.

Nótulas bibliográficas

A CÔRTE NO BRASIL — Figuras e aspectos, por *A. C. d'Araújo Guimarães*. — Livraria do Globo, Pôrto-Alegre, 1936.

Munido de farta documentação bibliográfica, o sr. Araújo Guimarães escreveu excelente contribuição para o estudo das três côrtes brasileiras: a de D. João VI, a de D. Pedro I, e a de D. Pedro II, que foi, sem favor algum, esta última, das mais esplendorosas, embora menos cheia de espalhafato. Neste particular destaca-se a de D. João VI, e com referência a escândalos nenhuma bateu a de D. Pedro I que foi, êle próprio, o mais escandaloso vulto de sua própria côrte.

Encerra o volume belo trabalho sôbre a vida fluminense, em geral, dividido em cinco capítulos sob o título genérico "Esplendor fluminense".

Só êste último trabalho bastaria para dar ao autor lugar de destaque entre nossos historiadores. Entretanto, escreveu o sr. A. C. d'Araújo Guimarães mais três trabalhos, que são os estudos sôbre as três côrtes brasileiras a que já nos referimos, todos êles não menos dignos de nota.

Em resumo: A CÔRTE NO BRASIL, é uma das mais interessantes e úteis publicações sôbre o assunto e tanto mais valiosa porque encerra, num só volume, estudo completo, embora resumido, — pois de outra forma não caberia nas 240 páginas do volume, — da história social do Brasil de 1808 a 1889.

W. Sp.

HISTÓRIA DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE — 1835-1845 — por
Dante de Laytano. — Livraria do
Globo, Pôrto-Alegre, 1936.

O sr. Dante de Laytano tem se revelado, ultimamente, grande estudioso, apresentando-nos trabalhos de real valor, destacando-se, entre êles, a obra cujo título encima estas linhas.

HISTÓRIA DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE, embora pareça, pelo título, trabalho puramente histórico, é, contudo, algo mais: além de encerrar ótima contribuição para o estudo do decênio farroupilha, traz, através tôdas as suas páginas, primoroso estudo sociológico do período revolucionário de 1835 a 1845, o que sobremodo encarece o trabalho do sr. Dante de Laytano.

Preocupado mais com a sociologia daquelas épocas do que, pròpriamente com a história, deixou, infelizmente, o sr. de Laytano passar alguns senões, especialmente no tocante aos nomes dos envolvidos na revolução, assim como os de Portinho, que está grafado João Gomes Portinho, em vez de José Gomes Portinho; — João Pedro Soares, em vez de Joaquim Pedro Soares e outros. Isso, porém, em nada diminue o valor da obra e vem, apenas, demonstrar a grande preocupação do sr. Dante de Laytano na parte sociológica que, aliás, está interessantíssima e completa, de maneira pode-se dizer perfeita, tudo quanto até esta data foi escrito sôbre o glorioso decênio.

HISTÓRIA DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE é, porisso, obra recomendável e reveladora de uma grande capacidade e poder de pesquisa, que nos vem dizer, francamente, que o sr. Dante de Laytano irá muito longe nesse terreno e formará, dentro de pouco tempo, na vanguarda da pléiade estudiosa de cousas de nossa história no Rio-Grande-do-Sul.

W. Sp.

OS AFRICANISMOS NO DIALECTO
RIO-GRANDENSE, por *Dante de*

Laytano. — Separata da Revista do Instituto Hist. e Geogr. do R. G. do Sul, Pôrto-Aelgre, 1936.

Eis outro trabalho do sr. Dante de Laytano que lhe deu lugar de destaque entre os estudiosos de questões lingüísticas no Brasil.

Não resta a menor dúvida que êste trabalho é notável e digno de todos os encômios. O que, porém, de forma alguma nos pode entrar no cérebro é a classificação que dá o sr. Dante de Laytano ao linguajar sul-rio-grandense. Classificá-lo de dialecto é tanto como dizê-lo linguajar estranho ao resto do Brasil.

Entretanto, comprovado está, a maioria dos termos classificados de regionais, nada mais são do que termos clássicos portugueses, ou expressões portuguesas em desuso. E será, o falar uma linguagem clássica em qualquer língua, formar dialecto?

Que é, afinal, o dialecto? — A nosso ver, nada mais do que uma linguagem extra, na sua quasi totalidade alheia ao linguajar comum de uma nação. Em outros termos: o dialecto é um patuá.

Quem, no Brasil inteiro, desde o extremo norte, não entenderá qualquer rio-grandense, por mais boçal que seja, no seu linguajar?

Haverá, é claro, pequenas diferenças, termos extras, criações próprias, deturpações de expressões, especialmente, como as que representam na sua quasi totalidade, a vida campesina, a vida do gaúcho propriamente dito, nas estâncias e nas fazendas. Mas também, a mesma diferença existe no linguajar do povo amazense e, entretanto, ninguém se lembrou de classificá-lo "dialecto". Diferença maior existe no linguajar baiano onde, quasi todos os termos populares, especialmente referentes à cozinha, são completamente diversos dos empregados entre nós, e de pura origem africana, quasi todos. E, contudo, não é, ainda, êsse linguajar, um dialecto.

Nem o próprio linguajar do Brasil, no seu conjunto, com todos os termos regionais usados de norte a sul, forma, porisso, linguagem dialectal com referência ao português falado em Portugal.

Como expressão típica de dialecto apresentamos o provençal.

Este sim, é legítimo dialecto. Forma, até, língua quasi independente da francesa.

Clássico foi, na Itália, a cultura dialectal, hoje proibida por Mussolini. Lá, em outros tempos, um napolitano não compreendia um romano, e um e outro não compreendiam, por exemplo, um veneziano. Entretanto, todos êles eram legítimos italianos, com a única diferença: cada qual falava o seu dialecto italiano, e nenhum dêles o verdadeiro, o puro, o legítimo italiano de Dante, Petrarca e D'Annunzio.

E é isso, unicamente isso, o que compreendemos por dialecto. Fora daí só há pequenas diferenças lingüísticas e nada mais.

Essa nossa restrição, porém, ao trabalho do sr. Dante de Laytano não implica, em absoluto, com a essência de seu estudo, em o qual muito aprendemos.

Aliás, depois da consagração quasi unânime da crítica brasileira, em nada nossa opinião de simples curioso aumentaria o valor da obra do nosso brilhante confrade.

Queremos, porém, deixar aquí registada a nossa admiração pelo estudioso, fazendo, porém, a restrição acima por simples dever de consciência, pois não concordando com a classificação de "dialecto gaúcho" feita ao nosso linguajar, deixá-la sem comentário implicaria numa deshonestidade para conosco mesmo.

W. Sp.

PRIMEIRO CENTENÁRIO DO VIS-
CONDE DE OURO-PRETO (1836-
1936 — Homenagem do Instituto
Histórico de Ouro-Preto, — Dire-
tor: dr. Vicente de Andrade Ra-
cioppi. — 1936.

Comemorando o primeiro centenário do nascimento do Visconde de Ouro-Preto, o Instituto Histórico da legendária cidade dos Inconfidentes, prestou significativa homenagem à memória do grande brasileiro, e nas páginas do trabalho organizado pelo esforçado e benemérito diretor do Instituto, encontramos o tran-

sunto do que foram aquelas homenagens na data centenária do inconfundível brasileiro.

Trabalho interessante pela quantidade de dados biográficos que encerra, referentes ao Visconde, e mais pelos discursos e outros trabalhos que lhe enchem as páginas, foi com o mais vivo interesse que as folheamos e lemos, e, unindo-nos, embora tardiamente às alegrias de Ouro-Preto nos dias de fevereiro dêste ano, saudamo-lo fraternalmente enviando ao seu esforçado e digno diretor os nossos parabens.

W. Sp.

DOZE GERAÇÕES (Notas genealógicas), por *Gaspar Antônio Vieira Guimarães*. — Rio-de-Janeiro, 1936.

Dia a dia aumentam os estudos genealógicos no Brasil. Já de todos os estados, quasi, ensaios e estudos dêsse gênero são postos à luz do dia e, assim, abrindo novos rumos ao estudo de nossa história pátria ainda tão mal contada, compreendida, interpretada.

O trabalho que ora temos em mãos, da autoria do dr. Gaspar Antônio Vieira Guimarães (segundo dêsse nome), a-pesar-de ser, exclusivamente, estudo genealógico de sua própria família, não deixa de ter, a-pesar-disso, interesse geral, mórmente sendo a família, como foi, da nobreza da terra e gente de prol, porisso, nos sucessos vários de nossa evolução social e política.

Inicia o estudo genealógico de DOZE GERAÇÕES uma erudita nota sôbre a origem da palavra PERNAMBUCO e pequeno resumo da história da terra que depois de tantos anos de renhida luta integrou-se completamente ao Brasil expulsando de seu seio os ousados holandeses.

DOZE GERAÇÕES é um trabalho digno de nota e merecedor de mais acurado estudo que, infelizmente, não nos é dado fazer neste limitado canto de que dispomos nesta Revista.

W. Sp.

LA CONFERENCIA DE PAZ DEL
CHACO, por *Pizarro Loureiro*. —
Rio-de-Janeiro, 1936.

O sr. Pizarro Loureiro é um grande estudioso da questão do Chaco e já nos deu, a respeito, curioso trabalho que tivemos o prazer de ler e comentar — “O Chaco Boreal” — publicado em 1933.

Dá-nos, agora, como remate àquele estudo, interessante trabalho sobre a conferência de paz que terminou com a luta entre a Bolívia e o Paraguai pela posse da famosa região.

Termina o sr. Pizarro Loureiro o seu recente estudo com as seguintes palavras que, data vênica, traduzimos:

“A Conferência de Paz, é digna de aplausos e admiração pela tenacidade, inteligência e espírito americanista revelado no transcurso das difíceis negociações que teve que encaminhar após a terminação da guerra boliviano-paraguaia. Tendo vencido todos os obstáculos que se opuseram à sua missão até este momento, é de esperar-se que, daqui para o futuro, realize sua atividade com igual galhardia ao abordar o questão de fundo, consolidando definitivamente, com a harmonização dos pontos de vista boliviano e paraguaio, a paz da America.”

W. Sp.

REVISTA DE LAS INDIAS, — Publicação mensal do Ministério da Educação da Colômbia. — Ns. 1 e 2, julho e agosto de 1936. — Bogotá.

E' devéras agradável passar-se os olhos por publicações do gênero desta que ora está publicando o Ministério de Educação Nacional da Colômbia.

REVISTA DE LAS INDIAS, vem substituir a não menos interessante publicação colombiana, que foi órgão oficial da Biblioteca Nacional de Bogotá, — *SENDEROS*. — Digna é, sem dúvida, de “Senderos” que foi uma das melhores revistas da América, esta que ora se nos apresenta.

Não se limita essa publicação a tratar unicamente de assuntos referentes à educação. Vai além, muito além, abrangendo todos os ramos da literatura e da arte, da história e da arqueologia.

Muito gratos à distinção da brilhante REVISTA DE LAS INDIAS, que acaba de nos visitar com seus dois primeiros números, enviamos nossos cumprimentos ao Ministério da Educação, desejando à revista a mais ampla divulgação e a mais franca acolhida. — Permutaremos.

W. Sp.

UM VOLUNTARIO DA PÁTRIA, —
Pinheiro Guimarães. (Officinas gráficas de "A Noite". Rio-de-Janeiro).

Eis aqui um livro de reparadora justiça àquele voluntário da pátria que se chamou Francisco Pinheiro Guimarães. O ilustre médico que trocou o bisturi pela espada e à frente do 4.º de Voluntários da Pátria, tomou parte em tôda a guerra do Paraguai, desde a rendição de Uruguaiana até os últimos estampidos de Cêrro-Corá, apenas com uma breve interrupção na Côte para tratamento dos ferimentos recebidos, bem merecia êste belo trabalho, escrito com muito entusiasmo e carinho por seu próprio filho — o Dr. Pinheiro Guimarães.

A nobre e heróica memória de seu pai, por certo, não seria jamais esquecida enquanto o amor às nossas tradições não morrer de todo, como desejam e querem os comunistas... E eu que, de vez em quando, curioso da história e orgulhoso de nosso passado, percorro as páginas dos livros de um Bormann, de um Tasso Fragoso, de um Souza Doca, ou as ordens do dia e os Diários do Exército, existentes no arquivo de nosso Instituto, ou ainda os jornais da época e essas magníficas coleções das sátiricas "A Vida Fluminense" e "A Semana Ilustrada", que felizmente possuo em meu arquivo, das quais o autor se serviu em parte, já de há muito vinha me apaixonando por essa figura simpática de herói que foi Pinheiro Guimarães. Poeta, médico, romancista, ex-oficial cirurgião da marinha, deputado à Assembléia provincial fluminense, jornalista, político, o Dr. Pinheiro Guimarães

mal os clarins tocaram a reunir logo, abandonando tudo, conforto, interesses, Côrte, pôs-se à frente do bravo 4.º de voluntários cariocas, escrevendo com os seus paisanos, lindas páginas de bravura nos campos do Paraguai. No Passo-da-Pátria com Osório, em Tuiuti ferido por três vezes, na tomada do Estabelecimento sob às ordens de Andrade Neves, no Estado-Maior do Conde d'Eu êle soube ser sempre dos primeiros.

Há no livro dêsse filho extremoso, que é o Dr. Pinheiro Guimarães, algumas considerações sôbre o venerando Visconde do Rio-Branco talvez demasiado amargas que êle bem poderia ter dispensado, levando em conta o nervosismo da luta, o papel político que o diplomata tinha de representar no Paraguai e ainda o cuidado que lhe inspirava a pouca experiência do jovem Conde d'Eu, embora êste estivesse, como estava, cercado de um brilhante Estado-Maior e de grandes e experimentados generais, entre os quais o nosso Osório.

Outro reparo a fazer-se seria sôbre a tomada do Estabelecimento. Certamente foi o Dr. Pinheiro Guimarães, com o reforço de sua brigada acudindo a tempo por ordem de Caxias, quem tomou a segunda trincheira pelo flanco esquerdo penetrando naquele reduto. Mas, não se deve esquecer que quem o comandou foi Andrade Neves, obrigado, porisso mesmo, a citá-lo em sua parte de combate e a recomendá-lo (o que devia ter feito com alegria) pelo seu "valor e entusiasmo".

O livro, em suas 378 páginas, está bem feito, muito embora aquí e ali, pareçam certas divagações meio deslocadas do assunto. O autor do livro que, pelas citações feitas no mesmo, parece ser um leitor assíduo de Emil Ludwig, Stefan Zweig e outros modernos biografadores, conquanto nos apresente uma biografia movimentada, ágil, animada, moderna, de seu valente progenitor, ainda assim mostra não seguir por completo os ensinamentos dêsses apreciados mestres que movimentam, sempre, os seus vultos dentro dos acontecimentos sem jamais perdê-los de vista, senão quando absolutamente necessário para uma que outra explanação, presa, todavia, à vida que estudam.

Que houvesse alguma prevenção dos militares de carreira contra os voluntários é bem razoável, uma vez que se tratava de corpos improvisados com chefes pouco conhecedores da arte da

guerra. Isto, porém, foi só no comêço, porque depois a luta serviu-lhes de escola e se tornaram tão bons quanto os melhores soldados do Brasil. Aliás, o próprio Caxias afirmava que “depois das primeiras batalhas cria-se nos exércitos em campanha a aristocracia da bravura!... Ora o 4.º de voluntários sempre teve um lugar à parte, nos primeiros julgamentos: era um corpo de elite, da Córte, perfeitamente equipado e treinado militarmente, com um chefe inteligente e reto, e sobretudo tendo a bossa para a vida militar, como o seu próprio filho o confessa, quando o mostra aluno do Colégio Militar e tenente da marinha, embora médico, na sua mocidade. Daí o grande papel que o 4.º sempre representou, assim como o seu denodado comandante.

Agora ainda uma pequena retificação de um militar: O “dia do soldado” comemora-se a 25 de agôsto e não a 24 de maio como consta de página 296. E’ o dia do nascimento de Caxias... E, para terminar, os meus aplausos ao inteligente autor de “Um Voluntário da Pátria”.

De P. A.

RES DIVINAE, — *Walter Spalding.*
(Niterói. Escolas Profissionais Salesianas. 1936).

Entre os nomes da nova geração gaúcha, que trilham pelos “caminhos do Nazareno”, pondo de parte todo o respeito humano, verdadeiros soldados do Cristo, Walter Spalding ocupa lugar saliente e forma na vanguarda com êsses outros extrênuos defensores dos postulados católicos, no Estado, que são Adroaldo Mesquita da Costa, Coelho de Souza, Dámaso Rocha, Mário Bernd, François Nehmé, Baltazar Barbosa e outros cujos nomes não me ocorrem no momento. Todos êles na esfera de suas atividades intellectuais, não perdem ocasião de proclamar bem alto a sua fé.

Walter Spalding, com “Os Eternos Caluniados”, “Na Seara da Igreja” e êste seu livro de agora “Res Divinae” é sempre o mesmo apologista da igreja católica. Defensor dos jesuítas em “Os Eternos Caluniados”; relatador das belezas da doutrina católica em “Na Seara da Igreja”; é, em “Res Divinae”, o apologista da vida pura da Virgem Maria e de vários santos, e o poeta

de Cristo. Versado como é, na literatura e na história do catolicismo, dá-nos a conhecer em sínteses bem feitas, muita coisa interessante que se tem escrito alhures sobre a igreja romana. Mas, em todas as suas lucubrações sobre a religião que abraçou, revela-se sempre o historiador que é, de tal modo esse moço está identificado com a nobre arte de Tácito.

E' um belo livrinho, de excelente e proveitosa leitura esse "Res Divinae" que as Escolas Profissionais Salesianas acabam de editar na sua já volumosa série "Leituras Católicas". E aqui apresentamos os nossos parabens ao nosso distinto confrade do Instituto, Walter Spalding, por mais este trabalho útil que veio incorporar à sua já volumosa bagagem lítero-histórica.

De P. A.

"REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DE 1827" (Imprensa do Estado-Maior do Exército. 1936).

A bibliografia que gira em torno da anexação do Uruguai ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina, é simplesmente enorme, mormente se nos fôsse possível reunir tudo quanto se tem escrito no Brasil, no Uruguai, e na Argentina sobre a debatida questão que culminou com a batalha do Passo do Rosário, a 20 de fevereiro de 1827 e teve o seu epílogo com o tratado de 30 de agosto do ano seguinte, quando o governo imperial reconheceu a independência do vizinho país.

Ainda no ante-penúltimo número desta revista tratávamos do "Arquivo do General Lavalleja", ultimamente publicado no Uruguai, e constituído de cartas e officios dos anos de 1826 e 1827, intimamente relacionados com a referida Cisplatina. Faz pouco recebi de Setembrino E. Pereda o livro de sua autoria "La Leyenda del Arroyo Monzón", que trata sobre Lavalleja e Rivera, por onde se vê que, no Uruguai se discute se os 33 orientais famosos eram todos orientais ou não, se as glórias da arrancada pela independência daquele país cabem ao primeiro ou ao segundo dos nomes acima aludidos.

Agora mais um importante documento acaba de aparecer,

com o título acima, constituído de um diário escrito em alemão pelo então capitão Antônio Adolfo Frederico de Seweloh, que serviu no Estado-Maior do Marquês de Barbacena e assistiu a Batalha do Passo do Rosário. Trata-se de um interessantíssimo manuscrito, que se encontrava esquecido no Arquivo do Itamarati e que foi passado para o português pelo Sr. General Bertoldo Klinger, contendo ainda várias plantas desenhadas pelo autor. Este precioso documento, é verdade, já havia sido traduzido, no século passado, pelo bacharel Tomaz Alves Nogueira, tendo sido publicado em 1874 pela Revista do Instituto Histórico Brasileiro, mas a tradução não foi acompanhada das plantas e ficou no conhecimento de poucos estudiosos. A excelente tradução do Sr. General B. Klinger, traz uma biografia de Seweloh, à guiza de prefácio, escrita pelo ilustre historiador militar, Sr. Tenente-Coronel F. de Paula Cidade, além de várias notas elucidativas, tanto dêste oficial como do tradutor.

E' de um valor inestimável este precioso diário, em tão boa hora traduzido e dado à lume.

De P. A.

“CONFERÊNCIAS SÔBRE HIGIENE” — *Ildefonso Juvenal* (Tipografia da Livraria Central. Florianópolis. 1935).

O autor do presente folheto, meu velho conhecido, é oficial farmacêutico da força pública de Santa-Catarina e, ao mesmo tempo, apreciado homem de letras no Estado “barriga-verde”. Autor já de vários trabalhos literários muito bem tecidos e equilibrados, Ildefonso Juvenal vem se impondo, entre os seus co-estaduanos, pelo seu formoso talento, que dia a dia mais se aperfeiçoa.

O folheto ora em apêço não é uma obra onde se possa aquilatar do valor literário do autor, valor êste do qual o signatário desta breve apreciação já teve ocasião de pôr em evidência, em outra oportunidade. Trata-se apenas de três conferências sôbre higiene pronunciadas na corporação a que pertence, tendo por temas a varíola, o asseio corporal e o combate ao alcoolismo.

Como bem disse o Dr. Donato Melo, Diretor de Higiene do Estado vizinho, estas conferências foram feitas “com inteligência, bastante clareza e em linguagem singela e acessível àqueles que, não sendo profissionais, tiveram a ventura de, assistindo-as, proveitosamente compreendê-las.”

De P. A.

BOLETIM DE FILOLOGIA (Montevidéu. Junho de 1936).

Uma ótima publicação, que os bons fados façam com que siga adiante, é este primeiro número do tomo I do “Boletim de Filologia”, publicado sob a direção do “Instituto de Estudios Superiores” da Universidade de Montevidéu e que tem como orientador o conhecido filólogo Dr. Adolfo Berro Garcia.

Traz o Boletim, nas suas 121 páginas, abundante matéria sôbre glotologia, assim intitulada: “Filosofia del Logos”; “Notas sobre Nomenclatura de la Ciencia del Lenguaje”; “Prontuario de voces del lenguaje campesino uruguayo”; “La Ortofonía y el Lenguaje”; “Unificación de las declinaciones latinas”; e “Apuntes sobre Etimología francesa”. E, como se vê dos títulos, matéria de muito valor, de pêsso e erudição.

No trabalho de autoria do Dr. Adolfo Berro Garcia sôbre as “voces del lenguaje campesino uruguayo”, observa-se como grande cópia de vocábulos portugueses ou brasileiros são de uso corrente nas campinas do país vizinho tal como se verifica em nosso Estado com muitos espanholismos que adotamos em nosso linguajar, mostrando isso, claramente, a interpenetração dos dois povos latinos. Vemos alí: Abichado, de abichar; aventado, de aventar; pedregullo, tirado do nosso pedregulho; bicheira, de bicho; Cacunda (vocábulo este que provávelmente o Uruguai recebeu do Brasil, mas que não é português e sim africano, sendo no bundo — “macunda” e no quibundo — “ca-ricunda”); chanta, de cantar; engallolar, de engaiolar-gaiola; fariñeira, de farinha; facón-facão; filingo, de filho; judiar-judiar; e lobisón-lobishomem, etc.

Eis aí uma amostra de “Boletim de Filologia” que bem diz o quanto vale êle.

De P. A.

MARECHAL JÚLIO ANACLETO
FALCÃO DA FROTA, — Dados
biográficos, pelo coronel *Laurê-
nio Lago*, Rio-de-Janeiro, 1936.

Pequeno folheto, publicado especialmente pelo Estado-Maior do Exército para divulgação no próprio seio do exército na data centenária do nascimento do marechal Falcão da Frota, o ensaio do coronel Laurênio Lago é bastante interessante e belo subsídio para a história militar do Brasil.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

REVISTA DO MUSEU PAULISTA, tomo XX, junho de 1926. — Belo volume de 776 páginas, com interessantes estudos sobre botânica, zoologia, mineralogia, etc. — Direção do dr. Afonso E. Taunay. — São-Paulo.

BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, N.º 25 a 28 — Ano III — Setembro a Dezembro de 1936. — Como sempre, repletos de matéria útil e interessante. — Rio-de-Janeiro.

REVISTA MILITAR BRASILEIRA, Ano XXVI — n.º 2 — abril a junho de 1936. — vol. XXXV. — Direção do Chefe da 5.ª secção do E. M. E. — Publica estudos históricos, geográficos, científicos, econômicos, pedagógicos, etc., além de assuntos militares. Traz em anexo a segunda parte do belo trabalho do coronel Rêgo Monteiro. — “Dominação espanhola no Rio-Grande-do-Sul”. — Rio-de-Janeiro.

REVISTA MILITAR BRASILEIRA, número especial dedicado ao Duque de Caxias, sob a direção do coronel Manuel Colares Chaves, e redação do capitão Severino Sombra. — 25 de agosto de 1936. — Belo volume com 300 páginas profusamente ilustradas. — Rio-de-Janeiro.

FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA-CATARINA. — 1835-1935. — Álbum histórico das atividades da Força Pú-

blica de Santa-Catarina, profusamente ilustrado, oragnizado pela comissão especialmente designada, composta dos srs. major Cantídio Quintino Regis, capitão João Cândido Alves Marinho, 1.º tenente Demerval Cordeiro, 2.º tenente José de Souza Lima, e 2.º tenente farmacêutico Ildefonso Juvenal (Secretário). — Florianópolis.

BOLETIN DE HISTORIA Y ANTIGUEDADES, órgano de la Academia Colombiana de Historia. — Diretor Gustavo Otero Muñoz. — Ns. 261, 262 e 263, junho a agosto de 1936. — Imprenta Nacional — Bogotá.

BOLETIN DE LA ACADEMIA DE LA HISTORIA, Año IV — n.º 10. — Enero y Abril — 1936. — Imprenta Nacional, Panamá.

GEOGRAPHICAL REVIEW — Published by "The American Geographical Society of New York, — October 1936. — New York.

Atas das sessões do Instituto no corrente ano

Ata da 47.^a sessão ordinária

Ao primeiro dia do mês de abril de mil novecentos e trinta e seis, numa das salas do Museu Júlio de Castilhos, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou de inúmeras peças, entre as quais as seguintes: carta do senhor Artur de Abreu Prates oferecendo ao Instituto um retrato a óleo do barão do Cêrro-Largo, bis-avô do ofertante; circulares do senhor M. A. Teixeira de Freitas, director-geral do Ministério da Educação e Saúde Pública, sobre Congressos de História da Arte e Numismática a serem realizados este ano, na Europa; do escritor P. A. Martin, da Califórnia, comunicando que o embaixador Osvaldo Aranha foi seu hóspede durante alguns dias e que referiu-se ao admirável trabalho que os nossos consócios estão fazendo na preservação da história do Rio-Grande-do-Sul; comunicação do Instituto Histórico da Baía sobre a posse de sua nova diretoria; da qual é presidente o doutor Teodoro Sampaio; do senhor Félix Contreiras Rodrigues fazendo-se representar nesta sessão pelo senhor Walter Spalding. Passando-se à ordem do dia, o secretário fez detalhada exposição do assunto referente ao terreno em que deve assentar a futura sede social, que é à Avenida Borges de Medeiros, canto da rua Fernando Machado, dependendo a concessão do terreno de uma per-

muta ajustada entre a Prefeitura e o proprietário do imóvel contíguo, com frente à rua Fernando Machado. O senhor Adroaldo Mesquita, pedindo a palavra, diz conhecer e deu informações a respeito. O senhor presidente resolve designar os senhores Adroaldo e Duarte para, em comissão, de que êle, presidente, fará parte irem á Prefeitura em demanda da desejada solução. Essa mesma comissão tratará do assunto atinente às subvenções em atraso, para o que se fará acompanhar do tesoureiro do Instituto. O secretário comunica ter recebido carta do confrade senhor Florêncio de Abreu avisando-o da conveniência de ser requerido em tempo nova subvenção do govêrno federal, para o que já fêz o respectivo expediente; submete, igualmente, à apreciação dos confrades um officio ao senhor governador do Estado reiterando o pedido de autorização para a impressão dos anais do Congresso de História realizado no ano transato. Foram aprovados. Pede, igualmente, o secretário a nomeação de um segundo secretário para auxiliá-lo no expediente da secretaria, já volumoso. Foi nomeado o senhor Walter Spalding, que exercerá as funções do cargo cumulativamente com as funções de bibliotecario. Esgotado o assunto da ordem do dia, o senhor presidente lembra a conveniência de ser celebrado no corrente ano o dia Pan-Americano, que passará a quatorze, e convida o senhor Adroaldo a fazer o discurso dessa solenidade, sendo o convite accito. O secretário propõe outra sessão para o dia trinta, anniversário do combate de Rio-Pardo, sendo aprovado e designado para orador o senhor De Paranhos Antunes. O senhor Manoelito de Ornelas oferece à biblioteca do Instituto vinte e quatro volumes das obras completas de Bartolomeu Mitre, pelo que recebe os agradecimentos do presidente. O senhor Leonardo Macedônia, antes de encerrar a sessão, saúda com carinhosas palavras o senhor Lindolfo Collor, cuja presença no Instituto êle constata com o merecido aprêço, pois, sócio fundador do Instituto, membro da comissão da Revista, em seu aparecimento, é da autoria do distinto confrade o artigo de apresentação dessa nossa publicação que desde o primeiro número até hoje não teve solução de continuidade. O senhor Lindolfo Collor agradece a saudação e diz que, embora afastado da terra natal, jamais a esqueceu e que, voltando, reencetava sua atividade no Instituto, ao qual estava

ao inteiro dispor. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata. Em tempo: O secretário comunica ao senhor presidente que o processo de admissão do senhor doutor Afonso de Escragnole Taunay, proposto para sócio correspondente, se acha pronto, sendo favoráveis os relatórios tanto da comissão de história como de admissão. O senhor presidente lê, de conformidade com o parágrafo quinto do artigo sexto dos estatutos, submete-o à discussão e, em seguida, à votação, verificando-se ter sido eleito, unânimemente, o senhor Afonso de Escragnole Taunay para sócio correspondente do Instituto.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

Ata da 32.^a sessão extraordinária

Aos quatorze dias do mês de abril de mil novecentos e trinta e seis, às vinte horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo e mais: grande número de membros da “Academia Rio-grandense de Letras” e sociedade literária “Fundação Eduardo Guimarães”, bem como elevado número de cavalheiros e exmas, famílias, o senhor Otelô Rosa, vice-presidente, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. O nosso confrade, justificando a ausência do senhor Leonardo Macedônia, que se achava enfêrmo, declarou que a presente sessão extraordinária fôra convocada em homenagem ao Dia da América, e que, para êsse fim, iria dentro de poucos minutos dar a palavra ao nosso confrade senhor Adroaldo Mesquita da Costa, orador do Instituto. Feita a leitura das efemérides do dia, passou-se ao expediente, que constou de uma única peça, officio do nosso confrade senhor Aurélio Pôrto, solicitando a colaboração do Instituto no “Dicionário Enciclopédico do Rio-Grande-do-Sul”, utilíssima obra em vias de publicação. O senhor presidente, depois de se referir em termos elogiosos ao trabalho

do nosso consócio Aurélio Pôrto, disse que, em tempo oportuno, o Instituto nomearia uma comissão para colaborar na obra citada. Dada a palavra ao senhor Adroaldo Mesquita, este nosso confrade leu aplaudidíssima conferência sobre o assunto da ordem do dia. O senhor Otelo Rosa, dando por encerrada a sessão, agradeceu a presença de todos pelo seu comparecimento a esta reunião do Instituto. Antes, porém, o senhor Contreiras Rodrigues, nosso confrade e presidente da Academia Rio-grandense de Letras, convidou o senhor Otelo Rosa para, na qualidade de membro da diretoria do Instituto e Secretário da Educação, continuar à mesa na sessão que ia realizar a Academia, ao que acedeu prazerosamente o senhor Otelo Rosa. E nada mais havendo, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

Ata da 33.^a sessão extraordinária

Aos trinta dias do mês de abril de mil novecentos e trinta e seis, às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo e mais: grande número de exmas. famílias, o senhor Eduardo Duarte, secretário perpétuo, na ausência do senhor presidente, que se acha enfêrmo, e na do senhor vice-presidente, abriu a sessão, declarando ter sido a mesma convocada em comemoração ao nonagésimo oitavo aniversário do combate do Rio-Pardo. Feita, a seguir, a leitura da ata anterior que foi aprovada, e das efemérides do dia, passou-se ao expediente que constou da oferta dos “documentos que se referem ao inventário de Cosme da Silveira e Ávila”, pelo senhor Pedro Castelo Sacarello. Dada, em seguida, a palavra ao orador nomeado, senhor De Paranhos Antunes, este produziu brilhante alocução sobre o memorável feito de 30 de abril de 1838. O discurso do orador, que foi uma das mais belas peças por êle produzidas, recebeu da numerosa assis-

tência os mais calorosos aplausos. Antes de encerrar a sessão o senhor secretário perpétuo, no exercício da presidência, referiu-se em brilhante improviso ao orador, à data, e à peça do senhor De Paranhos Antunes, recebendo, também, ao terminar, calorosa salva de palmas. Encerrada a sessão às vinte e uma horas e três quartos, e nada mais havendo a tratar, eu, Walter Spalding, segundo secretário, lavrei, para constar, a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

Ata da 48.^a sessão ordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de mil novecentos e trinta e seis, às vinte e meia horas, numa das salas do Museu Júlio de Castilhos, reunidos os consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou de inúmeras peças, entre as quais as seguintes: Proposta para admissão como sócio efetivo do dr. Dante de Laytano. O senhor presidente manda proceder à leitura dos respectivos pareceres, os quais, sendo favoráveis à admissão do candidato, procede-se à eleição, por escrutínio secreto, verificando-se ter sido unânimemente eleito sócio efetivo o senhor Dante de Laytano. O senhor presidente marca o dia cinco de agosto próximo para a recepção do candidato. Comunicação feita pela Comissão Central da Comemoração do Bi-Centenário do Rio-Grande-do-Sul confirmando a aclamação do nome do senhor Leonardo Macedônia para presidente de honra da citada comissão. Ofício dos clubes Rotary de Pelotas e Rio-Grande, assinado pelos respectivos presidentes, propondo a efetivação de um Congresso de História, a dezenove de fevereiro do próximo ano, na cidade do Rio-Grande, em comemoração ao bi-centenário da fundação do Rio-Grande-do-Sul. O se-

nhor presidente, depois de várias considerações, submete o assunto à discussão. Usam da palavra diversos consócios, inclusive o secretário perpétuo que informa ter tratado dêsse assunto, largamente, em sua recente viagem às cidades do Rio-Grande e Rio-de-Janeiro, tendo encontrado da parte dos nossos consócios ali residentes e de várias outras pessoas que se dedicam ao estudo do nosso passado, as melhores disposições para a realização dêsse Congresso. Finda a discussão e pôsto o assunto em votação, resolve-se que o Congresso seja efetivado, confiando-se o seu agasalhamento, naquela cidade, aos dois clubes, autores da proposta. O Rotary Clube de Bagé propõe, igualmente, uma comemoração ao ato da proclamação da República de Piratini, a onze de setembro próximo, in loco, que é, como se sabe, no município de Bagé. Por proposta do secretário perpétuo é êste officio submetido à apreciação do nosso confrade senhor Contreiras Rodrigues, para que sôbre o mesmo emita seu parecer. O senhor presidente, referindo-se ao próximo Congresso, disse que até à presente data não houvera despacho da solicitação feita ao govêrno do Estado para o financiamento da impressão dos anais do Congresso realizado no ano passado e que, convindo ser essa publicação feita sem maior demora, submetia o assunto à decisão dos confrades. Diversas considerações são expendidas pelos nossos consócios, resolvendo-se por fim que o trabalho seja feito a expensas da tesouraria do Instituto, certo de que, em tempo oportuno, o govêrno indenizará o Instituto da despesa feita. Informa ainda o senhor presidente que no corrente mês deverá proceder-se à eleição da diretoria que deverá servir no próximo triênio, designando, para êsse fim, o próximo dia vinte e nove, feitas as necessárias comunicações. A respectiva posse será a cinco de agôsto, na forma regulamentar. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, escreví, para constar, a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

Ata da 13.^a sessão de Assembléia Geral

Aos vinte e nove dias do mês de julho de mil novecentos e trinta e seis, numa das salas do Museu Júlio de Castilhos, às vinte e meia horas, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia assumiu a presidência e, verificando número legal, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, passou-se à leitura do expediente que constou apenas de uma carta do senhor Félix Contreiras Rodrigues emitindo parecer sobre a comemoração proposta pelo Rotary Clube de Bagé à data centenária da proclamação da República Rio-grandense, no Seival. Após a leitura dêsse parecer, o senhor presidente reportando-se à correspondência atinente ao assunto, esclarece-o, abrindo a discussão. Diversos consócios usam da palavra, todos, unânimes, concordando com a comemoração e, por último, o secretário perpétuo, mostrando a impossibilidade do Instituto em tomar qualquer iniciativa por não lho permitirem suas finanças, propõe que se officie, nesse sentido, ao govêrno do Estado sugerindo o levantamento de um marco comemorativo do glorioso feito no local designado, para o que haveria tempo, embora tão próxima esteja aquela efeméride. Submetida a votos, foi essa proposta aprovada. O senhor Aurélio Pôrto propôs que na referida data realizasse o Instituto uma sessão solene, o que foi também aprovado pela assembléia, sendo o senhor Pôrto designado pelo senhor presidente para fazer, nessa sessão, uma conferência alusiva ao ato.

Ordem do dia. O senhor presidente, annunciando que a presente sessão fôra convocada com o fim de se proceder à eleição da nova diretoria e comissões permanentes, suspende os trabalhos por quinze minutos para o preparo das chapas. Reaberta a sessão, segue-se o processo da eleição, servindo de escrutinadores os senhores Adroaldo e Guerreiro Lima. Recolhidas as cédulas e feita a apuração, verificou-se o seguinte resultado: Para presidente, doutor Leonardo Macedônia Franco e Souza; vice-presidente, professor Otelo Rosa; segundo secretário, professor Walter Spalding; orador, doutor Adroaldo Mesquita da Costa; tesoureiro, professor Afonso Guerreiro Lima; bibliotecário, professor Walter Spalding.

Comissões permanentes. Fundos e orçamento: doutor Adroal-

do Mesquita da Costa, professor Jorge Bahlis, doutor Lindolfo Collor e senhor Clemenciano Barnasque. *História*: Professor Otelo Rosa, doutor Darcí Azambuja, doutor Félix Contreiras Rodrigues, coronel Aurélio Pôrto. *Geografia*: Professor Afonso Guerreiro Lima, doutor João Maia, tenente Deoclécio De Paranhos Antunes e doutor Alcides Maya. *Arqueologia, Etnografia e Paleontologia*: Professor Jaci Antônio Louzada Tupí Caldas, desembargador Francisco Rodolfo Simch, professor Jorge Bahlis e doutor Armando Dias de Azevedo. *Folclore e língua dos indígenas*: Coronel Manuel de Faria Corrêa, professor Walter Spalding, doutor Dante de Laytano e senhor Manoelito de Ornelas. *Estatutos e Comissão da Revista*: Doutor Adroaldo Mesquita da Costa, coronel Emílio Fernandes de Souza Doca, professor Otelo Rosa e doutor Eduardo Duarte. *Admissão de sócios*: Doutor Armando Dias de Azevedo, professor Afonso Guerreiro Lima, coronel Gaston Hasslocher Mazon e doutor Eduardo Duarte. Todos os candidatos obtiveram quatorze votos cada um. Proclamado êsse resultado, o senhor presidente anunciou que a posse seria feita, na forma do estatuto, a cinco de agosto próximo, no salão da Faculdade de Direito. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

Ata da 34.^a sessão extraordinária

Aos cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e seis, às vinte e meia horas, no salão nobre da Faculdade de Direito, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo e grande número de convidados, entre os quais várias representações de autoridades civis e eclesiásticas, o senhor Leonardo Macedônia, convidando para tomarem assento à mesa os senhores Tenente Waldo Menezes, representante de sua excelencia o senhor governador do Estado, e desembargador André da Rocha, reitor da Universidade, assume a presidência e declara aberta a sessão.

Depois de explicar à assistência os fins da presente sessão, o senhor presidente levanta-se, no que é acompanhado pelos presentes, e profere o compromisso de bem servir o Instituto no cargo para cujo exercício havia sido reeleito. Os demais membros da diretoria e comissões permanentes são, igualmente, empossados dos respectivos cargos. O senhor Leonardo Macedônia lê, em seguida, o seu discurso regulamentar, importante peça na qual passa em revista, a largos traços a vida do Instituto desde a sua fundação. Ao terminar, o senhor presidente é fartamente aplaudido pela assistência. Deixou de ser feita a leitura da ata da reunião anterior e relatórios da secretaria, tesouraria e bibliotecário, para não alongar demasiadamente a sessão. O expediente constou de duas cartas, uma da Academia Rio-Grandense de Letras fazendo-se representar na sessão pelos senhores doutor Mário Bernd, Arí Martins e Sante Uberto Barbieri e do senhor cônsul inglês excusando-se do seu comparecimento por motivo de luto no consulado. O secretário perpétuo lê as efemérides do dia, comentando-as. Seguiu-se a recepção do novo consócio senhor Dante de Laytano, eleito membro efetivo, o qual prestou compromisso e passou a ler o discurso regulamentar. Nessa oração o recipiendário agradeceu a sua eleição e fez demorada análise da literatura histórica brasileira, comparando-a com as estrangeiras, notadamente as de origem latina. Ao terminar, recebeu o novo consócio prolongados aplausos do auditório. Estando designado o senhor Contreiras Rodrigues para saudar o novo confrade e não podendo o mesmo comparecer, por motivo de enfermidade, mandou à mesa o discurso que deveria proferir, o qual, por determinação do senhor presidente, é lido pelo secretário perpétuo. Por último, o nosso consócio senhor Adroaldo Mesquita, orador reeleito, presta, em longa oração, tocante homenagem aos extintos confrades doutor Antão de Faria e desembargador José Boiteux, o primeiro membro efetivo e o segundo correspondente. E nada mais havendo, o senhor presidente, depois de agradecer o comparecimento dos presentes, declarou encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

Ata da 49.^a sessão ordinária

Aos oito dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e seis, às vinte e meia horas, na sede provisória do Instituto, presentes os membros que assinaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou de várias peças, entre as quais um expressivo ofício do Rotary Clube do Rio-Grande manifestando o seu entusiasmo pela resolução tomada por este Instituto, de realizar naquela cidade, o seu segundo Congresso de História. Respondendo ao ofício desta secretaria, afirma o Rotary Clube do Rio-Grande estar resolvido pela Prefeitura local o agasalhamento do Congresso, ficando a cargo da mesma todas as despesas decorrentes da realização do certame. Passando-se à ordem do dia, entrou-se na discussão do regimento interno desse segundo Congresso, sendo o projeto aprovado com as emendas apostas. Feita a leitura da relação das teses a serem versadas, estabeleceu-se acalorada discussão, tendo o senhor Aurélio Pôrto solicitado vista da citada relação para emitir seu parecer a respeito. Consultada a casa, foi deferido, ficando a discussão adiada para nova reunião. O senhor presidente comunica ter correspondido ao convite do Rotary Clube de Porto-Alegre para associar o Instituto às festas comemorativas ao Dia da Pátria, tendo, acompanhado do nosso confrade senhor Dante de Laytano, comparecido à reunião daquele Clube. Disse ainda o senhor presidente que o nosso consócio Laytano proferira magnífico discurso, recebendo, ao terminar, fartos aplausos das pessoas presentes. O senhor Aurélio Pôrto, após várias considerações, propõe a reforma do estatuto social, pois que o atual, em vista do desenvolvimento do Instituto, já se tornou deficiente para a vida da associação. O secretário perpétuo informou ser o assunto de sua cogitação e que trabalha no mesmo, esperando apresentar, brevemente, um projeto. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

Ata da 35.^a sessão extraordinária

Aos onze dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e seis, às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presente elevado número de pessoas, entre as quais representantes dos senhores governador do Estado, Comandante da Região, Assembléia Legislativa do Estado e os consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Feita a leitura da efeméride do dia, o senhor presidente diz ter convocado esta sessão com o fim de ser comemorado o centenário da proclamação da República Rio-grandense, no Seival. Estando previamente designado o nosso confrade, senhor Aurélio Pôrto para orador da solenidade, foi-lhe concedida a palavra. O senhor Aurélio passa a fazer a leitura de importante trabalho, no qual estuda, em detalhe, a vida de Antônio de Souza Neto e o feito do Seival, proclamando a independência política do Rio-Grande-do-Sul, sob o regime republicano. O trabalho do nosso confrade despertou grande interesse na assistência, tendo recebido, ao terminar, fardos aplausos. O nosso confrade senhor Otelo Rosa, pedindo a palavra, disse que, como secretário de Estado, referendou o decreto declarando feriado o dia onze e, entrando em considerações, explicou porque foi tomada essa data para simbolizar o grande feito histórico. E fazendo um retrospecto da história farroupilha, no que se refere a citada data, disse que o combate foi a dez, a proclamação a onze e a sua ratificação com a assinatura da ata a doze. Em vista disso resolveu o govêrno do Estado feriar o dia onze, pois que, sete de setembro, é o dia da Pátria, conquanto ninguém ignore que a nossa independência foi processada por etapas. O senhor presidente anuncia a realização do segundo Congresso de História, a dezenove de fevereiro do próximo ano, na cidade do Rio-Grande e agradecendo a presença de todos, encerrou a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) Leonardo Macedônia

Ata da 36.^a sessão extraordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e seis, no Museu Júlio de Castilhos, às onze horas, presentes os membros do Instituto que firmaram o livro respectivo, representantes do senhor Governador do Estado, comandos da Região e Brigada Militar, Conselho Municipal e outras corporações, e, bem assim, elevado número de cavalheiros, o senhor presidente declarou aberta a sessão explicando à assistência os motivos da mesma. O secreário perpétuo faz a leitura das efemérides do dia e, em seguida, o senhor presidente faz a leitura da sua conferência na qual foca a personalidade de Júlio de Castilhos que o dia assinala como o trigésimo terceiro aniversário do seu falecimento. Esse belo estudo do senhor Leonardo Macedônia sobre a vida do excelso rio-grandense, apreciando-a sob vários aspectos, quer como político, sociólogo, legislador e chefe de governo, produziu magnífica impressão na assistência, recebendo o conferencista, ao terminar, os mais calorosos aplausos e cumprimentos dos presentes. O senhor Augusto Bianchi, funcionário do Museu do Estado, leu uma portaria do nosso confrade senhor Alcides Maya, diretor da Repartição, na qual se associa à homenagem que se prestava à memória do eminente Júlio de Castilhos. A leitura dessa portaria despertou palmas da assistência, tendo à mesma se referido, em termos de grande aprêço, o senhor presidente do Instituto. Cumpre notar que se encontrava na sala, belamente ornamentado de flores, um grande retrato de Júlio de Castilhos e várias outras relíquias que evocam o grande repúblico, entre os quais a sua máscara, em gesso. E nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradece à assistência o seu comparecimento e encerra a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

ÍNDICE

III TRIMESTRE:

A Guerra das reduções — 1.º Ten. Henrique Oscar Wiederspahn	3
Bandeira e brasão farroupilhas — Walter Spalding.....	19
Balanças & Drogas — Dr. Fernando Osório.....	31
Marechal Salustiano — Leopoldo de Freitas.....	59
Toponímia gaúcha — Pedro Castelo Saccarello.....	65
Caxias e Bento Manuel Ribeiro — Walter Spalding.....	75
Nótulas bibliográficas	149
Publicações recebidas	157
Regimento Interno ao 2.º Congresso de história e geografia sul-riograndense	159

IV TRIMESTRE:

A Assembléia dos Deportadores — Paulino Jacques.....	167
Origem do homem, pelo Irmão Teodoro.....	187
Uma Instituição benemérita, por Celso Schröder.....	205
Os Dragões do Rio Grande do Sul, por Walter Spalding.....	219
Documentos (Memoria dos serviços prestados pelo mestre de campo André Ribeiro Coutinho, no governo do Rio Grande de São Pedro, dirigida a Gomes Freire de Andrade, em 1740).....	237
O dia Pan-Americano, conferência do dr. Adroaldo Mesquita da Costa	251
O Combate de Rio Pardo, conferência do 1.º Ten. De Paranhos Antunes	257
O 16.º aniversário do Instituto. Discurso do dr. Leonardo Macedonia	269
O elogio de Antônio de Faria e José Artur Boiteux, pelo dr. Adroaldo Mesquita da Costa	275
Discurso de recepção do dr. Dante de Laytano.....	285
Discurso do dr. Félix Contreiras Rodrigues saudando o dr. Dante de Laytano	295
A proclamação da República de Piratini, conferência do sr. Aurello Porto	301
O aniversário da morte de Julio de Castilhos, conferência do dr. Leonardo Macedonia	315
A batalha do Fanfa, "Ilha Sagrada", palestra do dr. Felix Contreiras Rodrigues	327
Nótulas bibliográficas	337
Atas das sessões do Instituto no corrente ano.....	351

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Dr. João Maia.

Tenente Dioclecio de Paranhos Antunes.

Dr. Alcides Maya.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E PALEONTOLOGIA:

Prof. Jaci A. L. Tupi Caldas

Desembargador Francisco Rodolfo Simch.

Prof. Jorge Bahlis.

Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.

Prof. Valter Spalding.

Dr. Dante de Laytano.

Manoelito d'Ornelas.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Cel. E. F. de Souza Doca.

Prof. Othelo Rosa.

Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SÓCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Cel. Gaston Hasslocher Mazon.

Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura da Revista:

Por ano 15\$000 rs.

Por fascículo trimestral 4\$000 rs.

Preço da coleção até 1930 1:000\$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.